

## ATA DEGRAVADA DA 162ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2 - Aos quinze dias do mês de setembro de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual  
3 da Criança e Adolescente – CEDCA realizou-se a centésima sexagésima segunda Plenária  
4 Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,  
5 onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adenor Martins da Silva - CMAS/  
6 Rib. das Neves, Márcio Caldeira – ASSPROM, Guilhermina Torga – SEF, Edir Pretrucelli Carayon  
7 Xavier – SEE, Nívia Soares da Silva – SEDESE, José Ismar da Costa – SINIBREF, Elizabeth E.  
8 Milwarde - COGEMAS, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Maria Juanita Godinho Pimenta –  
9 Sedese, Sônia Terezinha de Abreu – CMAS/O.Branco, Cristiane Nazareth da Silva –  
10 ISJB/Salesiano, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Fernando Henrique  
11 Guimarães Rezende - Seplag, Jansen Maxwell de Freitas Santana - CMAS/Montes Claros, Mario  
12 Roberto Amaral – MDC/MG, ; conselheiros suplentes: Maria de Fátima Mayrinck –  
13 CMAS/Manhuaçu, Maria de Lourdes Damasceno – SEAPA, Volney Lopes de Araújo Costa –  
14 PSIND, José Fernando Antunes Millane – COGEMAS, João Ademar Specht – AJEAS, Miraneide  
15 do Carmo e Souza – SES, Eliane Silva Gonçalves CMAS/Cel. Fabriciano; os convidados: Glauco  
16 Gonçalves-UHE Candonga, Sandro Horta-UHE Candonga, Mário Coelho-Hy Brazil Energia,  
17 Joaquim Martins-Hy Brazil Energia, Glauber Freitas-Hy Brazil Energia, Fabiana Patrícia  
18 Natividade-DGSuas, José Alexandre Fonseca-PM Rio Doce, Bruno Menezes-Hy Brazil Energia,  
19 Sônia Maria Campos-Ministério Público/MG, Kelem Cristina Pereira da S.S-SEDESE, Maria do  
20 Carmo Barcelos-atingidos Candonga, José Maria-Atingido Candonga, João Bosco Mesquita-  
21 Consórcio Candonga, Cleiton Eli-Candonga, Llyrakitan p. Ribeiro-Consórcio Candonga; membros  
22 da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Heloisa de Araújo Campos,  
23 Rosalice Tassar, Maria Inês Veloso Corrêa, Maria Luisa Carvalho e Erika Ribeiro da Cruz. O  
24 presidente inicia a plenária: “Bom dia! Senhoras e senhores conselheiros, sejam bem vindos a  
25 essa nossa centésima sexagésima segunda plenária ordinária. Nós estamos hoje aqui com vários  
26 convidados. Quero informar-lhes que... aos nossos convidados, primeiramente desejar um bom  
27 dia, informar-lhes que as nossas assembleias são sempre públicas, portanto aberta a todo  
28 cidadão que desejar e quiser participar das mesmas. E ao mesmo tempo, referenciá-los aqui: é,  
29 Glauco Gonçalves da UHE de Candonga. Sandro Horta da UHE de Candonga, Mário Coelho, Hy  
30 Brazil Energia, Joaquim Martins da Hy Brazil Energia. Se eu falar errado, vocês me desculpem,  
31 mas está Claudia? Claudia Freitas? Da Hy Brazil? Glauber? É Glauber? É Glauber. Fabiana  
32 Patrícia, DgSuas - SEDESE, José Alexandre, PM Rio Doce. Lucia Maria Gomes, PM Rio Doce.  
33 Bruno Menezes, Hy Brazil Energia. Sônia Maria, MP, MO, Ministério Público. Dra. Sônia está aí?  
34 Kelen Cristina da SEDESE, Maria Soares da SEDESE/SUBAS. Dra. Sônia seja bem vinda. Esse  
35 Conselho já há muito tempo, tinha sempre a presença da Promotoria Pública conosco. E por uma  
36 questão de até de justificativa muito plausível, uma doença acometida do Dr. Celso. Ele ficou  
37 ausente alguns tempos, e nos fizemos uma empreitada para que a gente tivesse, o Ministério  
38 Público aqui presente. Então seja bem vinda, e é com muito prazer que a gente a tem aqui. Nós  
39 temos uma pauta já previamente determinada, e eu quero só ressaltar a todos e a todas, que esta  
40 pauta antecede a nossa Conferência Estadual. E como tal, todos os Conselheiros que compõem  
41 esse órgão público de formação paritária, têm feito várias conferências regionais que antecede a  
42 estadual. E assim sendo, os nossos compromissos, com os vários municípios do estado, têm sido  
43 bastante árduos e têm tomado em muito as nossas agendas. Assim sendo, eu gostaria de  
44 esclarecer a todos que, no que diz respeito a tratativas sobre projetos de empreendimentos  
45 ligados a geração de energia, nos temos pautado o item dois, que nos vamos estar tratando da  
46 relatoria de processo da CGH de Alto Brejaúba, que vai ficar a cargo da Conselheira Cristiane. E  
47 a CGH de Brejaúba a cargo da Conselheira Beth Leitão. Mas está no item 2. Além destas duas  
48 situações que são relatos. Nós daremos apenas uma informação de algumas tratativas sobre o  
49 projeto de Candonga. E a gente quer se permitir aqui, não entrar em maiores detalhes sobre  
50 estas situações, em função da vasta agenda que nos temos, para não prejudicar o cumprimento  
51 da pauta. A maioria dos senhores sabe, que a minha fé é Cristã, e dentro dela eu rogo a Deus  
52 que a paz esteja com nós no dia de hoje. Queria comunica-los ainda que a apreciação da ata da  
53 Plenária da 159ª. Vocês haverão de lembrar, que nós contratamos uma empresa para fazer a  
54 degravação, em função da dificuldade que estava tendo, e do tempo para degravação aqui com o  
55 serviço interno. O serviço em primeira mão não ficou a contento, e a gente está fazendo uma  
56 aferição da primeira degravação e já está ocorrendo algumas adequações. Mas depois da 159ª  
57 nós já tivemos três que já foram feitas dentro daquilo que se espera. Esperamos que a gente  
58 possa acertar e fazer uma equalização que a gente possa dar prosseguimento a isto aí. Então  
59 fica prejudicada a aprovação da 159ª. E dessa forma, a gente passa para o item seguinte, que  
60 seria a justificativa de ausência. Então a centésima apreciação da ata plenária. 159ª ordenada de

61 5 minutos. OK? A oitava que foi a primeira? **Conselheiro Marcelo:** É porque no material que a  
62 gente recebeu, estava escrito 159<sup>a</sup> mas no texto todo falava na 158<sup>a</sup>. Eu até pontuei isso nas  
63 minhas ponderações, eu levantei nas minhas ponderações essa situação. Eu não sei se ela era  
64 158 ou 159. Essa foi uma dúvida que a gente colocou. **Presidente:** OK. Então os conselheiros  
65 receberam de forma errada, equivocada como 158<sup>a</sup> e é nona. É isso? Por favor, queiram corrigir e  
66 aceitem as nossas desculpas. Nós não temos nenhuma justificativa de ausência, até então, feita  
67 de forma escrita nem por telefone. Portanto, consideramos que a casa esteja cheia. Pois não,  
68 Conselheiro José Fernando. Por favor, aí eu vou mais uma vez, pedir também que se  
69 identifiquem, na representação, em função da degravação. **Conselheiro José Fernando:** José  
70 Fernando, representando aqui o COGEMAS. É só justificar a ausência na parte da manhã, da  
71 Beth, que ao caminhar para aqui, ela me ligou e na parte da tarde ele estará presente. Beth  
72 Leitão do COGEMAS também. **Presidente:** Os senhores receberam também, a nossa pauta. E a  
73 gente abre como de costume, para apreciação e inclusão de pontos. Se houver, os conselheiros,  
74 por favor, gostariam de manifestar, para que a gente possa aprovar, ou não. Pois não.  
75 Conselheiro Adenor e logo em seguida, Conselheira Juanita. **Conselheiro Adenor:** Bom dia a  
76 todos e todas. Sr. Presidente eu gostaria de fazer um ponto de pauta. **Presidente:** Você poderia  
77 falar qual o ponto de pauta? **Conselheiro Adenor:** Referente à eleição do representante do  
78 governo e da sociedade civil da região metropolitana. Da URCMA da região metropolitana.  
79 **Presidente:** OK. Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Eu, é só o informe que eu quero  
80 falar sobre a resolução nº 71 do Conselho Nacional do Ministério Público: expansão do PAIF no  
81 estado este ano. Expansão 2011 do co-financiamento federal e ainda a nova adesão dos  
82 municípios do programa do EPC na escola, para que os representantes desse Conselho que têm  
83 acento nos conselhos municipais, já levem daqui hoje, essas informações. **Presidente:** OK.  
84 Assim sendo, eu pergunto a plenária se aprovamos o ponto de pauta? OK. Nós temos alguns  
85 pontos a serem deliberados, dentre os quais o que diz respeito a conferência estadual e  
86 encontros regionais. Primeiro, existe uma proposta. Antes até de passar para este ponto, eu  
87 quero aqui só, aproveitar o momento e de início da nossa plenária. E com muita alegria, a gente  
88 dar posse a nossa Conselheira Nívia, que é a nossa Sub Secretária de Assistência Social do  
89 Estado. Para quem ainda não a conhece, por favor, Nívia, fique de pé. Portanto, é quem  
90 responde hoje pela Sub Secretaria de Assistência Social, na Secretaria de Desenvolvimento  
91 Social, órgão a qual este Conselho está vinculado. Seja bem vinda Nívia, considere-se  
92 empossada, como Conselheira. Nós estamos também com a Conselheira Guilhermina, que está  
93 aqui. Não ainda poderemos dar posse, mas seja bem vinda Guilhermina, tomara que você fique  
94 conosco, em função da gente não ter ainda a correspondente de forma oficial, muito embora a  
95 gente tenha a comunicação do conselheiro que você a sucede. OK. Mas seja bem vinda ao nosso  
96 grupo. Eu tenho certeza que você vai somar muito aqui conosco. O ponto seguinte é a letra B que  
97 fala dos pontos a serem deliberados, e o um é a Conferência Estadual e Encontros Regionais.  
98 Então existe uma proposta do Conselho Estadual para a Conferência Estadual. A minuta está  
99 sendo passada no slide. Quem vai fazer é você? Pode ser que sim. Eu penso que a ... Exato. Eu  
100 acho que é interessante, principalmente para os conselheiros que estão fazendo, ver a visão,  
101 embora a gente não tenha terminado. Eu só gostaria que talvez pudesse ficar na parte do  
102 informe, para gente teria uma oportunidade melhor para trocar informações. Eu passo a  
103 Consolação, por favor, para passar, a cada item, dentro desta proposta para a Conferência. E aí  
104 está aberto aos conselheiros para fazer uma reflexão, ainda que rápida, mas dar a sugestão  
105 necessária. **Secretária Executiva:** É uma proposta construída pelo Marcelo, Eu, Geraldo e a  
106 Nilce. Participou deste processo, para a gente tirar um pouco daquilo que já foi falado, nas  
107 conferências municipais. Quem participou representando o Conselho, naquele material algumas  
108 dessas estavam incluídas e outras a gente também foi pegando no caminho dos encontros  
109 regionais, como a questão das comunidades quilombolas, dos povos indígenas. Então a gente  
110 teve contato com esse público e aí a gente está fazendo alguma proposta em relação a eles, bem  
111 como, a questão das regionais que foi solicitações reincidentes, ao Presidente, que pudesse estar  
112 apoiando a reestruturação inclusive das diretorias regionais. E por isso começa aí por ela.  
113 Reestruturar as diretorias regionais da SEDESE, com recomposição de recursos humanos e de  
114 estrutura de funcionamento. Pode ler direto tudo? Ofertar às comunidades quilombolas, povos  
115 indígenas e tradicionais, proteção social específica, considerando as suas peculiaridades. Eu não  
116 sei a forma, eu foi ler tudo, depois quem quiser comenta. Acho que cada um... Pode ser assim?  
117 Desvincular a composição dos Conselhos, tão somente para as entidades de assistência social,  
118 incluindo as entidades que compõe: inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios.  
119 Iniciar o processo de organização das conferências no ano que a antecede. A mobilização, fazer  
120 a mobilização. Construção conjunta com o CNAS. Levantar os impactos ocorridos nos

121 municípios, de forma articulada com os três entes federados com a aplicação das novas regras  
122 sobre a inscrição e certificação de entidades. E por fim, estabelecermos três âmbitos de governo,  
123 capacitação para os trabalhadores das entidades de assistência social, visando a melhoria da  
124 qualidade dos serviços prestados. Essas três, essas quatro últimas, de C a F, a gente está  
125 reproduzindo aquilo que estava para as conferências municipais. **Presidente:** Está aberta a  
126 Plenária. Eu penso que, principalmente para os conselheiros, pode ser que exista a necessidade,  
127 mas se houver, a gente vai comentar uma a uma. Conselheira Juanita, logo em seguida Márcio.  
128 **Conselheira Juanita:** Consolação desculpa, eu estava fazendo a redação de um texto aqui e eu  
129 comi mosca. Essa proposta do CEAS para a conferência estadual, está tendo como parâmetros  
130 as etapas regionais, porque ainda não foram consolidadas as deliberações das conferências  
131 municipais. É isso? **Secretária Executiva:** É. Toda conferência o Conselho Estadual, ele delibera  
132 algumas propostas para que os grupos de trabalho junto com o consolidado municipal, também  
133 trabalhe. Esse ano a gente vai estar apresentando, não somente isso, vai estar constando  
134 inclusive na resolução que é o próximo item, a proposta do CEAS, FANACEAS e o consolidado  
135 municipal. **Conselheira Juanita:** Pois é. Então significa que: nas oficinas, além dos quatro  
136 subtemas que serão trabalhados. As deliberações tem que sair dos quatro Subtemas indicados  
137 pelo CNAS, nos vamos ainda trabalhar com esses itens de A a F. É isso? **Secretária Executiva:**  
138 Isso. Só que dentro da resolução colocamos. Vocês vão apreciar. Por que isso é um fato novo.  
139 Foi de ontem, realmente para hoje, que nos tentamos, o Marcelo. Nós colocamos na resolução  
140 que, as propostas tanto do CEAS, quanto FONACEAS, elas não vão ser alteradas, ou vão ser  
141 validadas, ou não. Então é uma proposta que o Conselho está fazendo, por quê? Se aqui for  
142 deliberado, já passou por um colegiado de deliberação. E lá referenda-se isso, ou não.  
143 **Conselheira Juanita:** Eu estou tendo dificuldade para entender, porque para mim está  
144 redundante. Isso aí está repetindo os quatro subeixos do tema geral da conferência. Quando  
145 você vai pegar lá no ar. Reestruturar as diretorias regionais da SEDESE com recomposição de  
146 recursos. Isso aí afeta diretamente a questão... (trecho de 10 segundos corrompido). Por isso que  
147 eu não estou entendendo, porque? Nos sub itens do tema geral da conferência a gente tem que  
148 trabalhar com a ... O CNAS sugere a gente trabalhar com aquela estrutura de quadros, que,  
149 buscando a interpretação daqueles Subtemas, no meu entendimento, inclui isso aí. Aí eu não sei,  
150 se a gente não vai fazer uma coisa redundante? Na minha interpretação é a mesma coisa. Aí eu  
151 queria maiores esclarecimentos. **Conselheiro Marcelo:** Você me permite um aparte presidente?  
152 **Presidente:** Pois não. Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo do CRES. Quando a  
153 gente analisou esta proposta, eu até também, no primeiro momento, eu pensei nesta questão que  
154 a Juanita está falando. Mas nos estamos fazendo uma conferência estadual, dentro de uma  
155 realidade estadual e penso que é muito importante as questões que estão sendo postas ali, a  
156 exemplo. Aí já aproveitando. A questão da reestruturação das diretorias regionais, apesar de ser,  
157 de constar como subtema, essa questão, de uma forma geral. Mas nós temos uma realidade local  
158 que é muito importante. A exemplo, nas três regionais que eu fui fazer conferência, que foi: São  
159 João Del Rei, Poços de Caldas e Varginha. Se a estrutura das diretorias regionais, me perdoe, é  
160 vergonhosa. Os diretores regionais, viu Nívia, eles trabalham com muito carinho, isso aí a gente  
161 verifica, mas a estrutura que é posta para eles, é uma estrutura que, não é estrutura. E inclusive  
162 assim, a ponto dos colegas terem, pelo menos em duas que eu fui, eles terem que tirar dinheiro  
163 do bolso, para fazer o lanche para os delegados. Então, quer dizer, é uma situação séria, que eu  
164 acho que, estando como uma proposta, vem fortalecer ainda mais a gestão do SUAS aqui no  
165 Estado. Aquele segundo ponto, foi uma questão que foi levantada no segundo seminário dos  
166 quilombolas aqui no Estado. Ocorreu acho que foi em Montes Claros, eu não sei. Então eles  
167 vieram com uma demanda enorme, daquilo que eles estão querendo. E como a gente não tinha  
168 como colocar todas as questões, porque elas são muito pontuais. A gente tratou de colocar como  
169 uma... de forma geral, esses pontos. Eu concordo Juanita, que é Subtema diz respeito de uma  
170 forma geral. Mas eu penso que, se nós colocarmos essas propostas, como sendo propostas do  
171 Conselho Estadual, da mesma forma que o FONACEAS trouxe propostas que foram deliberadas  
172 lá no fórum, para que todos os Conselhos Estaduais pudessem também aprovar. Isso vai como  
173 forma de referendo, ou não. **Presidente:** Veja bem. OK. Eu vou passar a Fátima, depois eu quero  
174 me manifestar, eu estou inscrito. Fátima, por favor. **Conselheira Maria de Fátima:** Bom dia a  
175 todos. Fátima, Manhauçu, Conselho Municipal de Assistência Social. Quando fala ali em  
176 reestruturar as regionais da SEDESE. Eu fiz conferências em vários municípios e eu senti assim,  
177 uma dificuldade, assim a listagem que a gente tinha do Conselho Estadual, que o município  
178 participaria do Encontro Regional, no dia X em tal lugar, ele pertence a outra regional. Inclusive lá  
179 em Santa Bárbara do Leste, pertence a Timóteo, e veio participar do encontro regional em  
180 Governador Valadares. Eu tenho uma lista que eram 74 municípios, hoje são 82. Então até a

181 gente não sabe qual o município que pertence a qual regional. Santa Bárbara participou em  
182 Valadares e está na regional de Timóteo. E os municípios são muito perto, e cada um está numa  
183 regional. É outra coisa que eu gostaria de entender, é como faz a divisão? Eu tenho município  
184 que está a 20 km de Manhuaçu, que está lá no Timóteo, o outro está lá no Muriaé. E nos vamos  
185 todo mundo muito próximo. Até para trabalhar em questão como de URCMAS, seria muito mais  
186 fácil. E a gente tem município que está próximo da gente, e para gente, são três regionais que a  
187 gente pertence, na minha região ali da vertente do Caparão. A gente está incluído em três  
188 regionais diferentes. O que torna mais difícil até para a gente saber como trabalhar se cada uma  
189 está direcionada para uma regional. **Presidente:** OK. Vamos lá. É bom que a gente abra, até  
190 antes de comentar, porque quem faz corre o risco de estar sendo redundante, naquilo que é o  
191 objetivo. Mas na realidade, quando a gente fala da reestruturação das diretorias das regionais da  
192 SEDESE, com recomposição de recursos humanos e estrutura de funcionamento. Além das  
193 outras, nós estamos priorizando, aquilo que de uma forma muito abrangente, os temas da  
194 Nacional vieram. Para, além disso, a compreensão nossa aqui em Minas, é que, não é  
195 descumprir a diretriz nacional, mas cumprir da maneira que vem, mas tão somente entrar  
196 naquelas peculiaridades que são inerentes ao nosso Estado, em função da grande distância  
197 física, do grande tamanho que é o nosso Estado, que mais parece um continente. E nesse  
198 sentido, quando a gente faz isso, a gente tem muito mais propriedade, inclusive de dar, uma  
199 parcela de contribuição efetiva, para um nacional, porque eles não conseguem enxergar a  
200 diversidade que o nosso Estado tem. E nosso Estado tem um Jequitinhonha que fica uma  
201 distância léguas do sul, nós temos um triângulo que fica uma distância enorme do Salto da  
202 Divisa. E por aí vai. Essa é a situação. E no que diz respeito a diretorias regionais, a gente  
203 precisa ter a compreensão de algumas situações, que a gente precisa fazer uma discussão.  
204 Quando de fala de recursos humanos, o Estado está com, aí aberto agora, com uma situação de  
205 abrir um concurso público, nesse seguimento. A gente não conhece ainda o detalhamento, a  
206 nossa Sub Secretária pode estar colocando. Juanita. Se isso vai contemplar a estruturação das  
207 diretorias regionais. Mas também, nos vivemos um momento de modificação, onde o trabalho sai  
208 da Secretaria de Desenvolvimento do Estado. Então também, não sabemos ainda, é um  
209 momento de transição, e a gente não sabe ainda, qual é o tamanho, de que forma que vai ficar  
210 isso. A outra situação é que: é muito importante que, as diretorias regionais se some, com esse  
211 seguimento nosso que é de assistência social. É muito importante que este Conselho tenha como  
212 parceiro como um ente que se soma para fortalecer o seguimento, às diretorias regionais. A  
213 experiência disto tem sido vivida ao longo das conferências regionais, e agora se fez presente  
214 mais uma vez, nesse ano. O que a gente vê, é que existe realmente uma situação muito difícil de  
215 operacionalização, por parte das diretorias regionais, em função da infraestrutura operacional  
216 mínima necessária, para que elas funcionassem realmente com um... no tamanho, no quesito que  
217 existe, que ela é importante, que precisava se somar. Mas isso envolve também, um aspecto  
218 político, de tratativa, dentro da própria Secretaria de Estado, enquanto órgão gestor deste  
219 Conselho. Conselheira Fátima, as colocações que você faz. É bom a gente lembrar que quando  
220 nós estabelecemos a resolução para fortalecer a união de conselhos deste nosso Estado, foi na  
221 tentativa de tentar democratizar mais, não só o processo do nosso seguimento, da discussão da  
222 normativa da política pública de assistência, mas também, no sentido de fortalecer um espaço  
223 institucional próprio, para avançar na democracia representativa, e levamos em consideração a  
224 união de conselhos, como espaço para troca de informações, capacitação permanente e plena. E  
225 isso tem acontecido. Essa relação não guarda a relação direta com as diretorias da regional  
226 SEDESE. Isso ficou muito claro para todos nós. Então daí, pode ser que você está tendo uma  
227 compreensão de diretorias, municípios, que não faz parte da diretoria, e de participação de  
228 diretorias, em várias, uma ou duas, ou até mais, união de conselhos. O que este Conselho fez, foi  
229 privilegiar a união de conselhos. E quando privilegiamos isso, é ainda lembrar, que nós temos  
230 quatro uniões de conselhos, que foram subdivididas. Para você ver o tamanho do nosso Estado.  
231 Nós temos união de conselhos que se subdivide. Nós tivemos ali no triângulo, fazendo regional  
232 do triângulo, em Ituiutaba, nós tivemos em Ituiutaba, já está lá no nariz de Minas Gerais,  
233 geograficamente falando. Nós tivemos municípios para participar com 320 km de distância. Então  
234 quer dizer, fica inviabilizando, se isso não se fizer com subdivisões para propiciar um raio de  
235 distancia, que pode dar oportunidade aos municípios de participar. A outra situação, no que diz  
236 respeito a ofertar às comunidades quilombolas. Aí Juanita, eu te diria o seguinte: o quê que a  
237 gente viu, nós temos representações de quilombolas e indígenas. E isso se fez através de fala  
238 politizada, fala que a gente pode assistir e ver. Fala de quem realmente tem propriedade para  
239 falar, inclusive, com representação indígena, de fato e de direito. E no caso de quilombolas, a  
240 situação de requerer como tal, e na situação de quilombolas, o próprio CRAS dentro dos seus

241 municípios. Então é uma situação, que eu penso que a gente tem que dar uma tratativa, em  
242 função, de priorizar, tal qual a normativa traz essa priorização. Quando a gente fala da  
243 desvinculação da composição dos conselhos, tão somente para entidades de assistência social,  
244 incluindo entidades que pressupõe inscrição de serviços, programas e projetos. Isso nós temos  
245 levado a todos os municípios. A normativa hoje, diz que as entidades de saúde, devem buscar o  
246 Ministério da Saúde, para conseguir o registro, e através desse registro, a isenção fiscal, via  
247 Receita Federal, Ministério da Fazenda. Ela diz que as entidades de educação, devem procurar o  
248 Ministério da Educação, para conseguir o registro, e através deste registro, ser condição **sine**  
249 **qua non**, para atingir a isenção fiscal, buscada via Receita Federal através do Ministério da  
250 Fazenda. Porém, ficou para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, as  
251 entidades de assistência social, entendida como tal, dentro da normativa atual, entidades de  
252 assistência social, que deverão se inscrever, nos Conselhos Municipais de Assistência Social. E é  
253 esta inscrição, condição **sine qua non**, para que ela chegue ao Ministério do Desenvolvimento  
254 Social e Combate a Fome. Consiga o registro da entidade, e a partir dali, o encaminhamento para  
255 a Receita Federal, expedir a isenção via Ministério da Fazenda. O que ocorre é que, muitas  
256 entidades, que são de saúde, que são de educação, e/ou de outras pastas, que não são de  
257 assistência social, mas têm projetos, programas e serviços de assistência social. Então esses  
258 programas, projetos e serviços podem ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência. O que  
259 vai ser inscrito é o programa, projeto e serviços. E nesta condição, o que a gente observou é que  
260 muitos municípios, principalmente de porte 1 e 2, que é de até 20.000 habitantes e 50 para o  
261 porte 2. A gente tem dificuldades de fazer uma composição, principalmente da parte da  
262 sociedade civil, com entidades, no número de conselheiros necessários, para compor o  
263 Conselho, suficiente para fazer a composição. O que a gente está observando, é que nos vamos  
264 ter vários conselhos no porte 1 composto com uma maioria absoluta de trabalhador e/ou de  
265 usuários e beneficiários. E a gente sabe, pela própria experiência tem mostrado que o usuário e  
266 beneficiário, não estão devidamente capacitados e qualificados para responder a altura, dentro de  
267 um órgão colegiado de formação paritária, isso pode tornar a quebrar a paridade dos conselhos.  
268 Uma vez que vai acontecer muito a subserviência desses conselheiros, pelo fato de exercer um  
269 benefício. E a gente tem mostrado isso nos municípios de porte 1, que essa retaliação acontece,  
270 inclusive a perseguição política. E aí eu diria, nem política, é politiqueria. Isso é o que a gente tem  
271 visto na prática. Então o que a gente quer, é que as entidades, que tem programa, projetos e  
272 serviços, independente, se de saúde, educação e outras pastas, possam se inscrever. Possam se  
273 inscrever não, na qualidade de entidade de assistência, mas compor o Conselho, até para trazer  
274 para a sociedade civil, a expertise que tem nestas pastas e tornar mais igualitária a condição da  
275 sociedade civil e do governo. Porque por parte dos conselheiros governamentais, os prefeitos  
276 indicam: Secretaria de Saúde, de Assistência, de Educação, para essa expertise de vir para a  
277 mesa. Senão uma parte da sociedade civil ficará lesada no que diz respeito a essa expertise.  
278 Para além dessas outras situações que eu coloco. Eu penso que é um tema que a gente precisa  
279 sim, ter em mente essa discussão, mas estar aberto para a plenária. Quanto a organização do  
280 processo das conferências, o que a gente tem observado, e discutimos isso também no Fórum  
281 Nacional dos Conselhos Estaduais, é que normalmente, essa diretriz que vem do Conselho  
282 Nacional, é uma diretriz que não traz a democracia participativa no que diz respeito a contribuição  
283 dos estados de forma prévia e antecipada. Então se discute aquilo que o governo entende, que é  
284 para discutir e não aquilo que é necessário discutir de acordo com a demanda requerida por parte  
285 dos municípios. E é bom lembrar mais uma vez, que o nosso Estado tem 15% dos municípios  
286 brasileiros, então nós sozinhos temos um peso pesado, no que diz respeito a essa representação  
287 dentro governo federal. Daí essa importância. Quando a gente fala dos impactos ocorridos nos  
288 estímulos de forma articulada, nos três entes federados, para aplicação das novas regras, sobre  
289 inscrição e certificado de entidade. Mais uma vez, nós estamos tendo essa dificuldade. Nos  
290 temos na maioria dos nossos municípios de porte 1 e 2, e é bom lembrar, que município de porte  
291 1 no nosso estado são 645, e mais. 615. 674 mais 145 de porte 2. Se somar os dois, porte 1 e 2,  
292 nós temos mais de 90% de representação. Então eu penso que a política nossa tem que ser  
293 pensada em função da necessidade de porte 1 e 2. E não de metrópole e grande porte, que é a  
294 minoria. Com todo respeito, é a minoria. Então o que a gente vê ali, o que está ocorrendo, é que  
295 esses impactos, que acontecem, é de forma não articulada, porque as regras que a gente tem,  
296 elas simplesmente tiraram o acesso, de muitas instituições. Aí eu quero frisar, principalmente as  
297 instituições que é de meio rural, comunidades rurais, comunidades de associação de bairros e  
298 comunitárias, que fazem sim, serviços de assistência social. Porém, não é uma entidade de  
299 assistência social, tal qual está a normativa atual. E aí fica assim: para o conveniamento com o  
300 poder público, existe a necessidade da inscrição. E que até então, a inscrição era feita no

301 Conselho Municipal de Assistência. Por mesmice, ou por uma normativa que permitia. Normativa  
302 que não permite mais. E aí a gente se pergunta: Então essas entidades, por não ser mais de  
303 assistência social, vão ficar simplesmente sem inscrição? E aí perde o poder legal de poder  
304 vincular ao poder público? É isso? Se é isso que nos queremos, nos vamos aniquilar, só na  
305 cidade de Montes Claros, mais de quatrocentas instituições rural. Algumas cidades aqui a gente  
306 pode citar. São mais de trezentas e algumas cidades de porte médio. E elas fazem e vão  
307 continuar fazendo. Então o mínimo que a gente tem que pensar, é que alternativa de solução que  
308 nos vamos dar, e apresentar, porque nós é que carregamos a expertise dessa inscrição, até  
309 então. Precisamos criar outro Conselho, outra Secretaria, que seja um gabinete de governo. Uma  
310 alternativa que seja. Mas não eliminar do processo, a normativa não veio para dividir. Penso eu e  
311 entendo que ela veio para somar. E se assim é, não podemos excluir estas entidades. E aí é uma  
312 tratativa que a gente tem que fazer. E tenho plena convicção e certeza, até pelo fato de já ter  
313 estado num nacional, que o nosso Estado é que dará maior contribuição para isso, em função do  
314 número de entidades que a gente tem. No que diz respeito a estabelecer esses três âmbitos de  
315 governo: capacitação para os trabalhadores. O que a gente tem visto, é que, sempre que a gente  
316 fala em capacitação, Juanita, aí você tem essa caminhada muito melhor do que eu até. Pela  
317 própria condição sua, na função que exerce. A gente vê sempre que o mundo acadêmico vem  
318 trazendo, essa capacitação e qualificação. E ela normalmente, ela sozinha, por si só, não vai  
319 conseguir dar o que é necessário, para os conselheiros, o que é necessário para os  
320 trabalhadores do SUAS como um todo. Inclusive para os trabalhadores da rede sócio-  
321 assistencial. É necessário que se tenha um cunho, Secretária, Nívia, e você conhece bem, na  
322 trajetória sua de Conselho. Já. Eu ainda tinha cabelos, a gente já estava conselheiro de Belo  
323 Horizonte, Sabará, etc. Então o que a gente vê, Juanita, se a gente não tiver o cunho, da  
324 aplicabilidade da normativa, e da operacionalidade, com essa experiência prática, com esse  
325 linguajar prático, da execução. O mundo acadêmico não vai dar conta de fazer a normativa se  
326 cumprir. Então existe esse estreitamento. Agora para os conselheiros que aqui estão, que  
327 representam os municípios, por favor, eu sei que vocês sabem disso, mas tenho isso em mente.  
328 Isso precisa se tornar na prática, uma permanência nossa. E por isso, a URCMA, tem essa  
329 importância fundamental. Que é a troca de informação, das várias experiências, dos vários  
330 municípios, que têm peculiaridades diferentes. Então a explicação que a gente tinha, bem  
331 detalhada, é essa. Continua aberta. Eu tenho a inscrição do Dr. José Ismar. E depois Juanita já  
332 se inscreveu novamente. **Conselheiro José Ismar:** Bom dia a todos. Presidente, a sua fala, ela  
333 deixa esse conselheiro, muito satisfeito. E prova que, as palavras desse conselheiro, não foram  
334 apenas lançadas ao vento. E que essas palavras, elas estão sendo ouvidas, trabalhadas,  
335 analisadas e traz um incômodo, ou trouxe um incômodo aos colegas aí, que sentaram e  
336 construíram esse saber, que está sendo exposto. Bem, diante da realidade hoje, que se encontra  
337 a assistência social, e nós andamos muito pelo interior, nas nossas caminhadas. E temos a  
338 sensibilidade de sentir, de ouvir, esse conselheiro que está lá no município, longe, e que vive esta  
339 realidade aí, que foi muito bem colocada por vossa senhoria. Primeiro lugar, eu gostaria, de me  
340 ater ali ao item C. O item C, eu colocaria ali, a questão das entidades, ou organizações de  
341 assessoramento, de defesa, garantia e promoção de direitos sócio-assistencial. Não é possível,  
342 caminharmos a construção, a consolidação do SUAS, sem colocar esses atores, nos conselhos.  
343 Ou a possibilidade desses atores, estarem nos conselhos. Então, assim penso eu, que deveria  
344 acrescentar ali, assim como: entidade ou organização de assessoramento de defesa e garantia  
345 de direito. Porque isso? Porque no interior, não tem esse entendimento. Esse entendimento ele  
346 não é claro hoje, para o interior. Então entidades que fazem assessoramento, assessoramento,  
347 garantias, promoção de direitos, não estão conseguindo entrar nos conselhos municipais de  
348 assistência social. Estão sendo colocados à margem do Conselho. Então, eu enfatizo e peço, a  
349 esta plenária, que ao deliberar, delibere pela inclusão da entidade e organização de defesa,  
350 garantia e promoção dos direitos sócio-assistenciais. Findo o item C. Eu gostaria também, acho  
351 muito proposital, a questão da discussão da conferência no ano anterior. Então que colocasse ali,  
352 que os debates no ano anterior, à conferência, fossem debates pré-conferência. Então que o  
353 debate, o encontro da conferência ele fosse acompanhado de pré-conferências, no ano anterior.  
354 No item E. No item E presidente, eu gostaria da sua atenção. No item E a questão é a seguinte: a  
355 concepção de assistência social, nós temos que trabalhar muito essa questão da concepção de  
356 assistência social. Nós temos que ver que a assistência social, ela não pode ser tão simplória,  
357 entendida de uma maneira tão simplória, como ela está sendo atendida, ou entendida. O senhor  
358 já manifestou. Faça a questão. O que eu tenho a falar é o seguinte: que nessa concepção, a  
359 Constituição Federal já traz lá no artigo 203, claramente essa questão, quando o legislador  
360 chama, as entidades beneficentes de assistência social, chama, os movimentos sociais, a estar

361 participando na formulação e implementação dessa política de assistência social. Veja bem  
362 presidente, é oportuno falar, que o artigo 203, ele foi construído numa época, em que nós  
363 estávamos saindo do regime militar e que existia nesse país, uma militância muito grande,  
364 sobretudo a militância da criança e do adolescente, que é bem lembrar, que nos perdemos nosso  
365 irmão, recentemente, Prof. Antônio Carlos, que deu, lutou, deu sua vida, em defesa da criança e  
366 do adolescente. Então não podemos, hoje, fazer uma leitura diferenciada, tirando do Conselho,  
367 ou da participação popular, esses atores. Isso é uma injustiça que se faz, é uma injustiça. Então  
368 nós não podemos hoje, tirar da atuação, da formulação, da implementação, da consolidação do  
369 sistema único de assistência social no Brasil, essas pessoas. Isso é uma injustiça muito grande,  
370 muito grande. Então, caros colegas, se ateiam nas nossas deliberações, nas nossas falas, ao  
371 artigo 203 da Constituição Federal, e o 204. Que é no 204 que ele traz a participação, para o  
372 contexto da formulação da implementação da política de assistência social. Então é aí que nós  
373 devemos nos apegar. 203 e sobretudo ao 204, que chama, que nos chama, que chama a  
374 sociedade civil à participação. E o nosso modelo, nosso regime é democrático, não há que se  
375 falar mais em ditadura, ou outro regime. É democrático, foi opção da sociedade brasileira. Agora  
376 não nos cabe, querer regular, ou querer diminuir, ou querer, colocar à margem a participação dos  
377 movimentos sociais, as entidades. Não podemos gente, a gente tem que ter essa concepção. Eu  
378 agradeço muito aos nossos colegas aqui. A Consolação, a gente, tem conversado muito sobre  
379 isso. E vocês que fizeram esse trabalho aí. A outra questão é a seguinte: Então, que tivessem  
380 essa concepção de assistência social, não tão simplória assim. Porque que hoje, colega Marcelo,  
381 você é assistente social também, colega de profissão, advogado. Há que se entender, e eu creio  
382 que você participou e entende. Eu sei que é da sua militância. Entender que, chegará o momento,  
383 se nós persistirmos, ou tivermos uma persistência, em defender essa posição, fragmentada, essa  
384 posição simplória, de assistente social, que nas nossas escolas nós não vamos ter assistente  
385 social, não justifica, por escola é educação. Na saúde, nós não vamos ter mais assistente social,  
386 porque é saúde. É saúde. Então gente, vamos ter mais sensibilidade, ter a percepção que  
387 assistência social, é desenvolvimento social. É desenvolvimento social. Não deveria estar a placa  
388 de Secretaria de Assistência Social não, é Secretaria de Desenvolvimento Social. Nós temos que  
389 ter essa concepção, se não vai ficar essa fragmentação aí, ad eterna. Feito isso. Eu gostaria que  
390 fosse incluído no item F, que fossem incluídos também presidente, as entidades. A entidade ali só  
391 está trabalhador, deveria ser das entidades. Não a capacitação das entidades, não é dos  
392 trabalhadores, eu estou falando outra coisa. O quê que me chama isso gente... **Presidente:**  
393 Ismar, só questão de ordem. Ali quando a gente colocou para trabalhador das entidades, foi até  
394 eu que tirei hoje cedo, pela manhã as sete e meia, aqui com Consolação. Vamos tirar entidade,  
395 porque entidade não se capacita se capacita o trabalhador da entidade. Só um minutinho. E  
396 quando a gente falou de trabalhador, a gente não quis dizer empregado. Então, a gente falou de  
397 trabalhador, porque o dirigente de entidade sem fim lucrativo, também é um trabalhador e aliás eu  
398 diria até de forma mais sacrificada, porque nem remuneração ele pode ter. Por força de lei. Então  
399 aí, tem essa inclusão. Mas se quiser a gente pode especificar mais, também para os dirigentes.  
400 **Conselheiro José Ismar:** Eu gostaria que ficasse bem claro, essa questão, da capacitação das  
401 entidades. Porque as entidades estão muito fragilizadas gente. Estão muito fragilizadas e nós  
402 sabemos que, como o presidente falou os diretores das entidades, são pessoas voluntárias, eles  
403 não têm disponibilidade às vezes, porque depende do salário para sobreviver, mas eles não têm  
404 o espaço, eles não recebem essas informações, que aqui chega neste Conselho. Então essa  
405 capacitação também, deveria ser estendida a eles. Deveria. Tanto a preocupação deveria ser do  
406 órgão municipal, principalmente, prioritariamente, em estar capacitando estas entidades, dentro  
407 da proposta da política nacional de assistência social. **Presidente:** OK, José Ismar. Conselheira  
408 Juanita. **Conselheira Juanita:** Bom. São duas questões. Primeiro, é discordar do Conselheiro  
409 José Ismar, no que tange a conceito de assistência social. Aí, eu não posso me calar diante  
410 disso, porque assistência social é uma política, de proteção social, da mesma lógica que saúde,  
411 educação, e outras demais. Desenvolvimento social engloba, mais de uma política. Agora  
412 assistência social é uma política de interface, que precisa das outras políticas públicas, para dar a  
413 proteção social ao seu público alvo. Agora que é diferente de desenvolvimento social, sim. A  
414 outra questão, voltando a nossa pauta. Aí eu gostaria de não concordar com os conselheiros, e  
415 fazer a minha defesa, no sentido de: de todos os esclarecimentos que terem sido feitos aqui, não  
416 me convenceu. Não discordando dos conselheiros, mas colocando a redundância, da proposta.  
417 Nós somos um Conselho Estadual, e nós já tínhamos conversado isso antes aqui, anteriormente  
418 à conferência, logo no início, quando nós estávamos inclusive olhando o orçamento de 2011. Não  
419 sei se vocês se lembram, nos tínhamos conversado de: trabalhar nas oficinas, que este conselho,  
420 pegaria propostas maiores, macros, para a gente ter como carro chefe do conselho estadual.

421 Lembrando duas delas, que era: Concurso público, aumento do financiamento do CEAS, porque  
422 não se faz política pública, sem financiamento. Então assim, eu não estou discordando dessas  
423 questões, eu só estou querendo mostrar para os senhores, da redundância. Agora, quando a  
424 gente coloca no item B, ofertar as comunidades quilombolas, povos indígenas e tradicionais, eu  
425 quero discordar dos senhores. Isso aí é expansão de serviço. Ofertar as comunidades  
426 quilombolas, tem que ter, tem que ser um critério, para esse Conselho colocar quando, o órgão  
427 gestor apresentar aqui critérios de partilha para recurso de orçamento. Colocar, priorizar  
428 quilombolas e povos indígenas na partilha do recurso do Estado. Agora, as outras, as demais, a  
429 questão de levantar os impactos ocorridos, isto também eu concordo, porque foi uma questão  
430 discutida aqui, principalmente pela sociedade civil, que nós vamos levantar e levar isso para a  
431 Conferência Nacional. Por causa da questão da identificação das entidades de assistência. Aí  
432 englobando, atendimento, assessoramento e defesa. Agora, quanto às demais questões é que eu  
433 não consigo entender, porque que elas vão entrar separadas. E eu não estou querendo aqui,  
434 defender a questão de diretoria regional da SEDESE, eu estou aqui como Conselheira  
435 Governamental. E não estou aqui pegando no item A. Diretoria regional da SEDESE, órgão  
436 gestor estadual da política do Estado, não é tão diferente da realidade municipal. Nós temos um  
437 problema estruturante no SUAS que é a gestão. E a gente tem que encarar isso na conferência  
438 estadual, de uma forma macro. Já foi colocada aqui, pela ex-subsecretária, a questão da decisão  
439 do governo de fazer o concurso. Então assim, eu não estou entendendo, é porque que, nos  
440 estamos trabalhando de uma forma sistêmica. Esse Conselho tem a obrigação e a função de  
441 zelar por este sistema. Isso aí para mim, não traz nada de novo, do que os quatro subtemas. A  
442 não ser, a não ser, a questão dos impactos ocorridos, porque isso é uma questão que, nos  
443 fizemos – esse período transitório de identificar essas entidades, com a especificidade de  
444 assistência, ele está sendo curto, e está trazendo prejuízo para o controle social do município. A  
445 questão da capacitação é fato, é subtema. E nós não pudemos falar, estabelecer, nos três  
446 âmbitos de governo, isso é questão sistêmica do SUAS. Nós temos que trabalhar com plano  
447 estadual de capacitação, o plano estadual de capacitação tem indicadores e parâmetros  
448 municipal, estadual e nacional. Então assim, as únicas questões que eu estou discordando aí, é  
449 da letra E, que isso já estava decidido, isso tem que ser levado. E a questão da letra B, que uma  
450 questão de priorizar a partilha do recurso do Estado. Ademais é redundância. Aí eu gostaria de  
451 pedir aos conselheiros para pensar nisso, porque a gente vai ficar apresentando proposta do  
452 Conselho Estadual, não está diferente da diretriz do nacional. Os conselheiros não conseguiram  
453 me convencer. Muito obrigado! **Presidente:** Conselheira Fátima. **Conselheira Maria de Fátima:**  
454 Ó meu presidente, é só para eu fazer um esclarecimento sobre URCMAS. Para mim está claro  
455 que independente de onde o conselho está, ele pode participar de uma reunião da união regional.  
456 A nossa dificuldade no interior é o seguinte: você manda um convite, o município te responde,  
457 que não vai, apesar de ele estar a 5km a 10 ou 12, do meu município, ou de Governador  
458 Valadares, é que ele vai, na regional da SEDESE. Mesmo que você explique que a união regional  
459 não tem que seguir aquela divisão da SEDESE, o município só disponibiliza um carro, para que  
460 os conselheiros participem, se ele está naquela regional SEDESE, que ele está inscrito, que ele  
461 faz parte. Então, a dificuldade, assim, eu entendi, parte. Que eu posso juntar os municípios ali da  
462 minha vertente, do Caparaó, todos numa reunião. Agora os municípios respondem para gente  
463 que, o carro só é disponibilizado para os conselheiros participarem, naquela regional aonde ele  
464 faz parte. O interior ainda não entendeu, que independente de ele estar na regional de Valadares,  
465 Muriaé, Timóteo, Almenara, seja onde for, ele pode participar. Aí o órgão gestor lá, não  
466 disponibiliza o carro, porque ele não está naquela regional. Eu entendo que, pode participar em  
467 qualquer uma. Eu já foi na de Timóteo, eu vou em Muriaé, pode me contar em qualquer uma.  
468 Onde me convida eu vou. Agora, os municípios têm dificuldade de um dia assim, ir lá. Eles acham  
469 que só tem que ir, ou é no conselho estadual, ou naquela regional aonde ele pertence.  
470 **Presidente:** OK. Fátima. É só a gente lembrar um pouquinho que, esse processo de  
471 fortalecimento das URCMAS é novo, a gente não ia ter um fortalecimento tão rápido. Mas, ainda  
472 assim, é um processo de conquista, a URCMAS ainda vai acabar convencendo, os órgãos  
473 gestores municipais, dessa participação. E mais do que isso até, que a gente fortalece via  
474 resolução, eles precisam fazer leitura da resolução nossa e fazer cumprir. Eu gostaria agora que  
475 fizesse a fala a Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Cristiane. Inspecção São João  
476 Bosco. Bom dia a todos e a todas. É só uma questão. Eu estou tentando lembrar aqui,  
477 Consolação. Você poderia me ajudar. Me parece que na Conferência passada, nos adotamos  
478 também esse procedimento, o Conselho, ele aprovou algumas propostas, propostas macros, não  
479 foi isso? E levou para discussão nas oficinas. Ta correta esta forma? A lógica é a mesma. Então  
480 nos estamos aqui levantando propostas que serão levadas para a Conferência e discutidas nas



481 oficinas. A única coisa que eu não entendi, e eu não estou querendo discutir ainda a questão das  
482 temáticas, que deve ir para a votação. É a, parece que vocês falaram que a proposta teria que  
483 ser não fosse discutida e sim referendada. Eu queria só um esclarecimento em relação a isso.  
484 Tá? **Presidente:** OK. A nossa secretária executiva, Consolação. Por favor. **Secretária**  
485 **Executiva:** A proposta é que seja apresentado, e se for aqui deliberado, e que não possa alterar.  
486 Por que se, na conferência. Pois é, pela lógica, hoje, que foi apresentada a metodologia que  
487 aquela resolução que a gente encaminhou. Então, pensando naquela lógica, que eles vão alterar,  
488 para chegar ao número X, do que vem do município, essa e a do FONACEAS. Porque ela não  
489 entra, é proposital. E aí, eu queria saber se eu posso até continuar aqui na minha fala, porque eu  
490 vou estar falando sobre isso. É proposital essa redundância. Porque nós discutimos, de não  
491 entrar com isso dentro dos eixos mesmo. De ser algo a mais. Por quê? Mesmo sabendo, a gente  
492 sabe do próprio sistema único, tudo que saia, porque foi muito redundante às vezes. E propostas  
493 às vezes, bem esmiuçadas, em relação, até chegar num documento maior. Então num processo  
494 de implementação, num processo em que, tudo é importante, mas a gente tem determinadas  
495 prioridades, às vezes a gente extrai determinadas propostas para isso. Em relação à comunidade  
496 quilombola, por mais que seja incluir em critério, eu até perguntando. Na lógica do orçamento, a  
497 gente teria, que eu acho que a gente podia muita a redação, e melhorar essa redação, inclusive  
498 com o que foi posto. Por quê? Se a gente for pensar em critério de partilha, até com o piso  
499 mineiro, a gente não tem muito agora, como priorizar para uma demanda nova. E quando a gente  
500 coloca aqui. Apesar de não estar também, ainda sendo, a gente não colocou uma referência de  
501 âmbito, para implementação. Ela cabe inclusive para o âmbito federal. Por quê? Pensam-se  
502 vários projetos que são complementários, conforme dispõe o próprio sistema único de assistência  
503 social, que é possível de ser feito. Mas não se pensa especificamente nestes povos. E a fala  
504 dele, nos encontros regionais, o Geraldo pode até mencionar isso. Foi muito clara, e assim, de  
505 emocionar mesmo as pessoas. Então a exclusão desse grupo, está muito forte ainda. E se a  
506 gente de usuário, a gente só está pensamento no usuário do CRAS, que não chega nessa  
507 população. Inclusive, a indígena, uma indígena colocou dentro do fórum nosso, que ela não  
508 consegue ter acesso a nenhum serviço. Que ninguém identifica. Ela não é uma cidadã do  
509 município, ela não é cidadã daquela comunidade, ela não tem direito por que já estava ali antes,  
510 como indígena. Então ela colocou para a gente, até a identificação como pessoa, até para  
511 trabalho. Ela tem problema de ser incluída no mercado de trabalho. Então foram levantadas  
512 muitas questões, que eu acho que, a meu ver, é até um avanço do Conselho sim, a gente pensar  
513 no usuário, de uma forma diferenciada. Porque só pensam – ah é população de rua, é a questão  
514 do imigrante. Então, toda conferência, inclusive, as falas elas estão em torno de um tipo de  
515 usuário. Ou aquele que teve acesso ao CRAS. E os que não estão tendo acesso? A busca  
516 está vindo aí para isso. Mas existe uma falta de busca, inclusive para esse tipo que não está  
517 sendo falado. E está como prioridade, inclusive no próprio sistema e na própria NOBE. Então, eu  
518 acredito, que algumas dessas questões. Eu gostei muito da fala da Juanita. Eu acho que a gente  
519 poderia até ampliar, que seja incluído isto como critério. Que seja ou priorizada essa oferta. Incluir  
520 a questão do concurso público, vinculado, essa questão da reestruturação da própria diretoria.  
521 Mas isso aqui, foi uma demanda de todas as sete diretorias que nós estivemos. E fora as outras,  
522 que os conselheiros estiveram, falando que, pedindo assim: Conselho pelo amor de Deus, leva  
523 uma proposta para a Conferência Estadual. E não foi só uma identificação. Não é Geraldo? O  
524 Geraldo recebeu isso lá. E publicamente. Então é até uma resposta que o Conselho tem que dar,  
525 porque em sete encontros regionais, recebemos isso publicamente, coloque isso como prioritário  
526 na conferência. Em relação a incluir aqui a entidade de assessoramentos, José Ismar, e defesa.  
527 Isso já está incluído, porque a entidade de assistência social é assessoramento, defesa de direito  
528 e de atendimento. Então eu acho que essa aqui, eu acho que não seria, a gente não teria como  
529 estar incluindo. Agora as outras contribuições, eu acredito Geraldo, em questão de  
530 encaminhamento, que a gente poderia incorporar isso, e melhorar essas propostas nesse sentido  
531 da redação. **Presidente:** Conselheiro José Ismar. Eu só pediria antes. Como você foi citado na  
532 fala de Juanita, que a gente não entrasse no debate, no quê que é assistência ou  
533 desenvolvimento. Acho que todo mundo aqui está claro o quê que é, por favor. **Conselheiro**  
534 **José Ismar:** Não, não é isso não. É simples. É só falar para a Conselheira Juanita, é o seguinte.  
535 A concepção, quando eu falo de desenvolvimento social, é quando na acolhida, no atendimento à  
536 pessoa, você ver a pessoa como um ser integral. Porque só essa preocupação de ver a pessoa,  
537 na sua necessidade de assistente social. Mas também de saúde, de educação. Nós não  
538 queremos só comida. Já muitos que já falam lá. Então ter essa sensibilidade. Aí que eu trago a  
539 questão do desenvolvimento social, é nessa perspectiva. No mais eu fico satisfeito que você  
540 acolheu. Sobre a questão da Consolação que eu fui citado também. Eu persisto em colocar,

541 justamente, no momento que a gente está para construção da política. Esse saber que nós  
542 temos, não é o mesmo saber, que muitas cidades, muitos conselheiros aí no interior estão tendo.  
543 Então o que pode ser colocado a mais, não vai prejudicar em nada, pelo contrário, vai ajudar  
544 mais para a compreensão. **Presidente:** Penso que nessa questão da reafirmação do José Ismar,  
545 não prejudica. Se a gente ao invés de colocar entidade de assistência, colocar entidade de  
546 atendimento. E aí a gente acrescentaria, com assessoramento, defesa e garantia. Aí na  
547 completude, sem ser redundante, poderia estar contemplando. Eu propositalmente, Conselheira  
548 Nívia e nossa subsecretária, a deixei por último, porque eu sabia que tem outras falas, que ia  
549 envolver possivelmente a resposta que você quer dar, então, por favor. **Conselheira Nívia:** Bom  
550 dia a todos. Eu quero dizer que é com muito prazer, com muita satisfação, que eu passo a  
551 assumir hoje esse lugar, no Conselho Estadual de Assistência Social. Que não é um lugar novo,  
552 eu venho desse trabalho, dessa militância de conselhos. Já fui presidente de conselho municipal,  
553 já implantei vários conselhos municipais. Fazia parte agora do conselho municipal de assistência  
554 social de Belo Horizonte. Já estive com vários companheiros aqui, em outros conselhos, em  
555 outros momentos e outros espaços. Mas como eu estou chegando agora a este Conselho.  
556 Conselho Estadual de Assistência Social é a primeira vez que eu participo. Já participei do da  
557 Criança e Adolescente, do Estadual. Já participei por muitas vezes, como sociedade civil. Eu  
558 venho do terceiro setor, venho do serviço público e do terceiro setor. Eu sempre tive duas  
559 identidades, na área da assistência social. E agora, mais recentemente, eu tenho participado  
560 mais pelo serviço público. Venho da Prefeitura de Belo Horizonte, e estou disponibilizada para a  
561 Secretaria de Desenvolvimento Social, a convite do Secretário Wander Borges e do Governador  
562 Anastásia. Então é com muito prazer e com muita honra que eu venho ocupar este espaço, e  
563 quero dizer que, que eu estou dando o melhor que eu posso de mim, com a minha experiência  
564 profissional e com a minha devoção à assistência social. Eu gosto muito, faço muito isso, porque  
565 eu gosto. Eu escolhi esta profissão e é nela que eu quero ficar, e é dela que eu quero fazer, a  
566 minha carreira profissional e pessoal. Então, justificando que é a primeira vez que eu participo  
567 deste Conselho, dessa gestão. Eu quero pedir desculpas, se eu for equivocada, em alguns  
568 pontos que eu vou fazer da minha fala, porque eu não participei deste processo de construção,  
569 que vejo que hoje está muito avançado. Aproveito para parabenizar o trabalho do CEAS. Todos  
570 os espaços que a gente tem ido, pela SEDESE, a gente tem ouvido falar muito bem do trabalho  
571 desta gestão, deste Conselho. Desta secretaria executiva, e trago aqui, inclusive, na última  
572 reunião da CIT em Brasília, foi citado. O trabalho do CEAS. Particularmente do Geraldo, no  
573 FONACEAS. Então dizer da satisfação de está vindo fazer parte desse grupo, que tem tido este  
574 brilhantismo, na trajetória da construção da política de assistência social. E aí, com relação a esta  
575 proposta que está sendo apresentada a esta plenária. Eu queria dizer o seguinte: eu fui  
576 contemplada em várias falas aqui, principalmente na da Juanita. Com relação, a alguns pontos  
577 que trazem uma certa redundância sim, para os objetivos dessa conferência estadual. E  
578 principalmente, Juanita, eu acredito que por nós que estamos na gestão, no governo, na  
579 execução da política, talvez isso fique mais claro do que para quem não está. Ou sociedade civil,  
580 ou governamentais, mas de outras secretarias, talvez não tenham isso muito claro, porque,  
581 obviamente, não é a prática de vocês, como é a nossa. Então eu gostaria de sugerir. Muitos  
582 pontos que a Juanita disse, eu concordo com ela. Mas eu gostaria de fazer algumas sugestões,  
583 por considerar que é uma reivindicação muito legítima. Aqui é um espaço legítimo. Dizer também,  
584 que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, está promovendo uma série de seminários,  
585 intitulados: Pobreza e Desigualdade, nas diversas regionais do Estado. E que muitos desses itens  
586 que estão aí, e eu estou acompanhando alguns seminários, por convocação do Secretário  
587 Vander Borges, que gostaria de estar acompanhando, mas por questões de agenda, não é  
588 possível. Ele me incumbiu então de fazer esse acompanhamento. E fazer o acompanhamento  
589 com o compromisso da Secretaria de Desenvolvimento Social, de no final desses seminários, tirar  
590 das diretrizes que vão ser encaminhadas para o Governo, a nossa avaliação, enquanto órgão  
591 executor, mas enquanto também, o órgão legítimo para executar essa política, e reconhecer, e  
592 tomarmos para nós, o que realmente compete ao governo de estar, buscando mais avanço para  
593 a assistência social. Então alguns desses itens, estão também, sendo contemplados nesse  
594 seminário da Assembléia Legislativa. Mas aí, quando nós, que somos do Governo, deparamos, a  
595 gente, eu acredito que foi a surpresa da Juanita. A gente pensa assim: mas nós já estamos  
596 fazendo isso. Ou isso é possível de ser otimizado dentro do que a gente já faz. E aí eu vou citar  
597 alguns exemplos, que é o item da capacitação. E aí já está lá. Incluindo o plano de capacitação  
598 da gestão. Item F. Nós já estamos desenvolvendo, e este ano, desenvolvemos com muito mais  
599 desenvoltura e com muito mais amplitude, o plano estadual de capacitação profissional.  
600 Apresentamos ontem, na Assembléia Legislativa, na apresentação do PPAG, e fomos muito

601 elogiados. Minas é o primeiro estado a ter uma diretoria de capacitação. E essa capacitação ela  
602 não é voltada só para o trabalhador, ela passou a ser voltada neste ano de 2011, para todos os  
603 atores sociais da rede sócio-assistencial, gestores municipais, conselheiros municipais. Temos lá,  
604 em algumas, eu já pude perceber, até a presença de conselheiros estaduais, da criança e do  
605 adolescente, na nossa aula tele presencial, que é uma das modalidades da capacitação. Então a  
606 gente percebe a amplitude desse plano de capacitação. Mas eu acho que é legítimo, tá Juanita. E  
607 aí eu te peço licença para defender, que alguns itens, é mais do que legítimo que a gente leve  
608 sim, como um complemento para os temas que vão ser discutidos nas oficinas. Porque eles são  
609 redundantes, mas como disse muito bem o Geraldo. Eles falam da nossa especificidade, do  
610 Estado. Então eu acredito, que ela pode ser levada como um adendo, como um complemento. E  
611 aí, acho que merece ser destacado lá no momento da discussão, das oficinas. Que é um  
612 referendo, e que é adendo, encaminhado do CEAS, para ser incluído naquela discussão  
613 temática. Agora, alguns itens, eu acho que é redundante, e que realmente não teria nem  
614 necessidade, de estar indo para a conferência. Porque são questões que já estão postas, que já  
615 está no planejamento e na execução da política de assistência social, como Juanita disse, por  
616 exemplo, o item B. Nós poderemos simplesmente, destacar, talvez destacar no critério de  
617 partilha. Mas, a Secretaria de Assistência Social, a política estadual de assistência social, já  
618 trabalha as comunidades quilombolas e povos indígenas, como um público prioritário. Até por  
619 questões do cadastro único, do programa bolsa família. Então isso para nós, é óbvio. A gente já  
620 faz. Mas, acho que não deixa de ser legítimo, estar sendo lembrado, ou destacado, mais uma vez  
621 no espaço da Conferência Estadual. E com relação ao concurso público, o Geraldo pediu que  
622 desse notícia, eu queria só trazer a notícia mais recente. Que essa semana nós estivemos em  
623 reunião com a Secretaria de Planejamento, que é a Secretaria responsável por executar, por  
624 organizar e realmente executar o concurso público. Ele já está em fase final, de contratação da  
625 empresa. Nós estivemos reunião com os representantes das empresas que se candidataram, a  
626 assumir o concurso. Na verdade, o governo, ele não tem nenhum interesse em ter lucro, ele não  
627 pode, ele por si organizar o concurso. Então ele terceiriza, ele abre um espaço, para as empresas  
628 que se candidatem a realizar o concurso, dentro dos critérios que são definidos pelo Governo,  
629 pela Secretaria de Planejamento, e de Desenvolvimento Social. E ficamos essa semana entre  
630 duas, duas últimas entidades que adequaram a proposta mais próxima dos critérios que a  
631 SEDESE e que a SEPLAG colocaram. Não vou dizer ainda os nomes, porque ainda vai fechar  
632 essa semana. A SEPLAG, qual a empresa que realmente vai ser a escolhida. A gente opta pela  
633 questão de melhor preço, de qualidade, de idoneidade, de renome. Então temos grandes  
634 empresas que, são conhecidas aí, nessa área de concursos. E provavelmente, nos próximos dias  
635 a gente já vai ter a definição, para então a gente poder colocar datas. Data para lançamento do  
636 edital, data para a realização das provas. Acredito eu que na Conferência Estadual, já estejamos  
637 com isso tudo definido, para ser então divulgado na Conferência. Mas que, já está assim, quase  
638 que finalizado o processo de organização, de formalização do concurso. E com relação a  
639 adequação física e de estrutura material e operacional para as regionais da SEDESE, o  
640 Secretário Vander Borges, já me colocou, essa preocupação, de ter ciência dessa realidade. Ele  
641 já visitou quase todos os escritórios regionais da SEDESE. Eu tenho ido também, acompanhando  
642 o seminário do Legislativo, ele tem sido sempre aonde a gente tem alguma sede da SEDESE. E  
643 eu tenho visitado, e realmente, a gente constata essa realidade que está sendo colocada. Mas  
644 dizer que já é uma preocupação do Secretário, não só com relação as regionais da SEDESE, tá  
645 gente, com relação aos Conselhos também. A gente tem tentado atender, na medida do possível,  
646 as reivindicações. A Consolação, assim que eu cheguei lá, ela já esteve lá, me colocou um rol de  
647 reivindicações, a gente já tem atendido em algumas, não é Consolação, na medida do possível.  
648 Mas a nossa expectativa, esta muito recente, de mudarmos para um novo espaço, que inclusive o  
649 Secretário esteve lá, visitando a obra esta semana, disse que está muito bacana, que já está bem  
650 em fase final de acabamento mesmo. Ele tem cobrado, tem acompanhado de perto. Por entender  
651 que realmente é urgente essa necessidade de fazer essa adequação. Mas que a adequação para  
652 as regionais da SEDESE, é uma questão que já está na pauta. Que já está na mesa dele, como  
653 uma preocupação urgente, mas que depende que demanda um investimento maior, mas eu  
654 acredito que, não vai demorar muito, a gente já vai ter por parte do Governo, uma definição e um  
655 planejamento, com relação a essa adequação das estruturas. Tanto de recursos humanos, que  
656 agora o concurso vai atender em grande parte, e posteriormente com adequação de estrutura  
657 física. **Presidente:** Obrigada! Conselheira Nívia, e Subsecretária. Consolação eu volto para você  
658 então, para dar continuidade aí. Por favor. **Secretária Executiva:** Eu acho que, diante das falas,  
659 só uma sugestão de encaminhamento é que, primeiro a gente poderia votar se o Conselho vai ter  
660 um documento. Porque teve duas falas em relação a isso, a gente vai apresentar um. Em

661 seguida, se assim for aceito, votar cada proposta. E aí eu já sugiro, com as observações que  
662 foram aqui levantadas. Que a gente faz a inclusão da redação para não precisar, talvez de estar  
663 deliberando também redação. E aí vota cada uma delas, para ver qual que vai compor este  
664 documento. Então a sugestão destes dois encaminhamentos para votação, Sr. Presidente.  
665 **Presidente:** OK. Eu penso que a plenária está devidamente esclarecida, e assim sendo,  
666 pergunto se a gente pode submeter à apreciação? Como sendo esta proposta, do Conselho  
667 Estadual, para a discussão na Conferência. Nós temos uma posição de Juanita, contra, em  
668 função da redundância, e pelo motivo que todos nós ouvimos. E uma posição de  
669 compartilhamento em parte, por parte da Conselheira Nívia. E as outras foram feitas discussões.  
670 Pergunto se a plenária está devidamente esclarecida se podemos votar? OK? Pois não.  
671 **Conselheira Juanita:** Bom, essa é a proposta que foi apresentada. Eu não discordo que o CEAS  
672 tem que ter uma proposta. Até que eu tenho que ser coesa, com as nossas discussões anteriores  
673 deste o início desse Conselho, onde nos tínhamos tirado indicativos anteriores. E eu fui uma das  
674 pessoas que fiz essa defesa. Então eu gostaria de apresentar uma outra proposta, porque aqui  
675 nós vamos ter que julgar duas. Essa primeira, e a outra proposta que é: O concurso público, que  
676 essa conferência, a Conferência Estadual de Assistência. A questão de reestruturação da  
677 SEDESE, eu não vou aqui me debater novamente, porque eu já pus a minha defesa. E tem uma  
678 fala de nossa subsecretária, colocando a questão do órgão gestor. Então assim, eu não estou  
679 questionando. Somente para finalizar. A questão da estrutura da SEDESE, e aí eu falo com o  
680 presidente e com a secretária executiva. Se isso foi uma demanda de sete etapas regionais, essa  
681 demanda vai aparecer na Conferência Estadual, nas oficinas. Ponto. A redundância minha é  
682 nesse sentido. Mas se esse Conselho entende é proposital, eu como governo não posso apoiar  
683 essa questão da estrutura regional da SEDESE. Então eu faço uma contra proposta de: da gente  
684 pegar em três propostas, fechadas como nós tínhamos discutido aqui. Concurso público em  
685 âmbito estadual, aumento do orçamento do FEAS e a questão do levantamento dos impactos  
686 ocorridos nos municípios. Que nós já tínhamos feito essa articulação com a sociedade civil aqui.  
687 Muito obrigada! **Presidente:** A sua idéia é outra proposta, que elimina essa como um todo. Ou  
688 você tem proposta de tentativa de inclusão de algum ponto que você colocou? **Conselheira**  
689 **Juanita:** Então. Eu falei que é outra proposta. Porque nós vamos ter duas propostas aqui. Essa  
690 com os itens A e G. E a minha proposta, que é com três propostas. Concurso público, aumento  
691 do orçamento do FEAS, e incluindo a letra E, que é levantar os impactos ocorridos no município.  
692 **Presidente:** OK. A plenária está esclarecida dessa outra proposta da Juanita? Está claro? É de  
693 inclusão? Não é de inclusão, o dela é de substituição, ou é essa, ou é a proposta que ela nos  
694 traz. Na qual, na proposta que ela nos traz, ela cita dois itens nossos aqui. E suprime os outros. A  
695 plenária está esclarecida? OK. Então nos podemos votar. Se votemos esta proposta do Conselho  
696 Estadual, como sendo do Conselho Estadual para discussão na Conferência, nós então vamos  
697 melhorar algumas situações de redação, que for necessária. O que for de português, nós  
698 podemos passar para especialista depois. Se não tiver, então a gente vota na proposta que a  
699 Juanita fez. OK? Por favor, por favor então. Quem estiver de acordo com essa proposta do  
700 Conselho Estadual, para discussão na Conferência Estadual, queira levantar o crachá. Desculpa  
701 aí o pessoal, eu vou voltar atrás. Quem pediu? Conselheira Nívia. Eu vou voltar atrás em função  
702 de ser a primeira plenária dela como Conselheira. Normalmente eu não voltaria, porque já estava  
703 em processo de votação. **Conselheira Nívia:** Eu só gostaria que você repetisse a primeira  
704 proposta que você citou aí, que eu não peguei muito bem. **Presidente:** Tá. Nós temos essa  
705 proposta feita pelo Conselho Estadual, já discutida e entendida. Com algumas retificações e/ou  
706 complementações ali aventadas. A outra proposta Juanita nos traz. Mas não é de  
707 complementação, é de supressão dessa como um todo. E é uma proposta que ela traz, incluindo  
708 dois quesitos que estão ali citados, mais a situação do aumento do recurso para o FEAS. Não é  
709 isso Juanita? Quer repetir? Eu vou pedir a Juanita que repita. É bom que fica claro para a maioria  
710 também. **Conselheira Juanita:** Pelo o que eu estou entendendo. A proposta são duas propostas.  
711 Essa primeira, que é a como foi apresentada, vai ter algumas adequações de acordo com as  
712 falas dos conselheiros. A outra proposta, que é a exclusão. Que é a proposta que eu apresento.  
713 Que são três itens: Concurso público em âmbito estadual, aumento do orçamento do Fundo  
714 Estadual de Assistência e o levantamento dos impactos ocorridos no município. **Presidente:** Está  
715 claro? Pergunto à plenária se está claro? Conselheira Nívia? Está OK? Então tá. Que tiver de  
716 acordo com esta colocação feita. O que está lá na lâmina. Para ser discutida na Conferência  
717 Estadual, como sendo proposta do Conselho Estadual. Por favor levante o crachá. 1, 2, 3, 4, 5, 6,  
718 7, 8, 9. Bom quem estiver de acordo com a proposta feita pela conselheira Juanita, por favor,  
719 levante o crachá. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Nós tivemos um empate. Que maravilha em sô. Muito  
720 bem, isso quer dizer o quê? Que nós precisamos fazer nova discussão. E eu penso que não. Já

721 está discutido. Nós precisamos... mas eu quero ainda assim compartilhar. Que esse negócio de  
722 ficar sozinho, tem hora que a gente fica solitário e é ruim para caramba. Eu penso o seguinte.  
723 Que a gente pode, é seguir o regimento, a gente vai fazer a decisão. Mas eu só gostaria de  
724 entender o seguinte: eu penso que ali nada contrapõe aquilo que vem por parte do órgão gestor,  
725 pensado enquanto governo. O que a gente quer na verdade é somar, e buscar a fortalecer aquilo  
726 que a gente necessita em função de demanda que a gente observa. A outra situação é que, a  
727 Juanita traz um quesito muito importante, que penso sem nenhum demérito para os outros dois,  
728 que é a inclusão do fortalecimento do Fundo. Isso aí nós gostaríamos de incluir na nossa. E aí eu  
729 gostaria de deixar essa proposta como sendo do Conselho Estadual. Pode ser assim? Isso. Com  
730 inclusão dos pontos que a Juanita traz. Que eu acho que é importante. Pode ser? Muito obrigado.  
731 Agradeço a compreensão. E eu peço desculpa aqueles que não tiver de acordo com o meu  
732 pensamento, mas penso que é uma contribuição para o Estado. Sim, com certeza. Mas ainda  
733 assim eu prefiro me... Essa foi legal. Eu ainda vou ter alguns companheiros aqui, depois nesse  
734 trono aqui, para mim ter o voto de vingança. Não conselheira Nívia. Podemos ir então para o  
735 ponto seguinte? A minuta de resolução sobre a conferência. Vocês haverão de lembrar todos  
736 aqui. Já têm esta experiência. As nossas – normalmente, as nossas normativas de regimento, é  
737 aquela coisa enfadonha, cansativa e repetitiva. Já conhecida e sabida pela maioria. Não é,  
738 conselheira Nívia, sabe disso. Então nós temos aí a minuta de resolução. Ta OK. E aí eu pediria.  
739 Está com elas no slide? Ta OK. Podemos acompanhar por lá? Sem fazer leitura, ou alguém quer  
740 fazer leitura, acha que é necessário? Não, OK. **Secretária Executiva:** Só esclarecendo. Foi  
741 enviando por e-mail. A apresentação dos destaques, contribuições só do Marcelo e da Cristiane.  
742 E houve o copilado. Do Marcelo acatado todo. Da Cristiane a gente também já esclareceu que foi  
743 acatado na programação. Não é Cristiane? E do Marcelo, é a questão da própria formatação da  
744 resolução, que não estava no padrão, de normativa mesmo. Então foi acatada. E aí a gente tem  
745 alguns destaques de uma nova redação, em virtude inclusive dessa reunião que ontem tivemos  
746 aqui. Bom. Aí senhor presidente, eu posso ler os destaques, para a gente poder votar?  
747 **Presidente:** Com certeza, e eu quero só clarear mais uma vez. Porque tem conselheiros novatos,  
748 peço desculpas, mas nós vamos ter que falar. Nós temos uma concordância feita nesse plenário.  
749 Que é, todos os nossos trabalhos são encaminhados, usando a tecnologia de informação. E a  
750 gente tem a contribuição de forma antecipada, para se ganhar tempo em plenário. E assim  
751 sendo, a gente só discute aquilo que foi mandado como complementação, retificação e/ou a  
752 ratificação dela. Por favor. **Secretária Executiva:** No artigo 6º, os trabalhos em grupo da Nona  
753 Conferência Estadual, obedecerão (depois eu corrijo) os seguintes critérios, aos seguintes  
754 critérios. E aí o Marcelo havia apontado, que aqui, realmente, a redação estava confusa, no que  
755 se referia aos trabalhos, no material que seria colocado em trabalho em grupo. Então ontem, nos  
756 fizemos uma nova redação. Então no inciso terceiro, os grupos terão como material para o  
757 trabalho. A) Consolidado das propostas estaduais e federais, constantes dos relatórios das  
758 conferências municipais, encaminhados ao CEAS, dos municípios que adotaram o modelo do  
759 anexo 4, da resolução do CEAS nº 360/11 quadro 1 e C. B) O consolidado de que trata o inciso  
760 anterior, conterà 80 propostas, 80 resultados alcançados e 80 resultados esperados. C) Proposta  
761 do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, FONACEAS, para as  
762 conferências estaduais. D) Proposta do CEAS. Isso para ficar mais claro. OK? Eu vou indo, se  
763 alguém tiver, fala ainda, destaque, alguma coisa, para a gente abrir a apresentação, que houve  
764 só a solicitação de colocar. Você quer conduzir? Eles estão querendo. **Presidente:** OK. Está  
765 aberto a inscrição. Quem? Pois não. Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** É só uma  
766 dúvida. Ta Consolação. E aí eu queria que o Marcelo me ajudasse nisso. É o seguinte: A forma  
767 de conferência, o modelo de conferência, sempre é: propostas municipais que são encaminhadas  
768 ao estado, que são encaminhados ao nacional. Quer dizer, existe aí agora um órgão novo que é  
769 o FONACEAS. E o FONACEAS não é, ele não tem poder deliberativo. Então quando vem uma  
770 proposta do FONACEAS para a conferência estadual, para ser apreciado e que não pode ser  
771 modificado, isso me chama a atenção, assim. Se isso é legítimo? Eu entendo que, ele pode sim,  
772 apresentar propostas para a Conferência Estadual, os delegados apreciarem e aí, pode até  
773 deliberar sobre. Mas se não puder nem alterar, eu não sei, isso é dúvida mesmo. Tá Marcelo?!  
774 Eu gostaria que você me ajudasse aí, nessa questão, porque é um órgão novo e nós nunca  
775 trabalhamos com propostas vindas do FONACEAS. **Conselheiro Marcelo:** Nós também fizemos  
776 esta discussão e nos preocupamos com isso. Mas o quê que nós pensamos. Primeiro que já  
777 existiam as deliberações das conferências municipais já definidas. 80, 80 e 160. Não é isso? Isso.  
778 E de lá elas podem ser modificadas. E de lá, e de lá vieram também. E eles só poderiam definir 5,  
779 não é isso? Quando nós analisamos essa questão do FONACEAS e do CEAS. Nós analisamos  
780 sobre a lógica de que, são instâncias deliberativas. O FONACEAS também é uma instância

781 deliberativa. Pelo que o presidente Geraldo lá do FONACEAS está informando. E a gente  
782 também, na época que a gente construiu o estatuto, ele falava que ele era deliberativo. É  
783 deliberativo, as suas decisões são deliberativas. São votadas e são deliberadas. Da mesma  
784 forma que o CEAS. Também delibera sobre as suas decisões. Não é isso? Então, dentro dessa  
785 lógica, é que pensou-se, não poder modificar, mesmo porque, elas vêm do FONACEAS que é  
786 uma instância, um fórum de discussão, de conselhos estaduais, que nos representa. Agora, me  
787 preocupa essa legitimidade sim. Me preocupa deles não poderem mexer. Mas aí me veio a  
788 preocupação que a gente até discutiu ontem. Eu e a Consolação. Ora, como que nós vamos levar  
789 uma proposta do FONACEAS e mexer. Por isso que a gente pensou: ela ser analisada, e ser  
790 referendada ou não. Entendeu? Foi dentro dessa lógica. O CEAS apresentou essa proposta aqui,  
791 ela passou por uma plenária, nós decidimos sobre esse ponto. Agora levamos para a Conferência  
792 Estadual, os grupos vão discutir, eles vão deliberar, referendar ou não essa proposta. Se não  
793 referendar, está fora. **Presidente:** Só para clarear um pouquinho. Para quem ainda não sabe. O  
794 FONACEAS é um fórum, foi criado para ser um espaço onde se discute as questões do controle  
795 social. Ou seja, lá faz parte: Presidente, Vice Presidente e Secretária Executiva dos Conselhos  
796 Estaduais. E Minas hoje têm a Presidência desse fórum nacional, através da minha pessoa.  
797 Então lá se discute as questões dos Conselhos Estaduais, de forma paritária. Porque tem o  
798 Presidente e o Vice Presidente, que normalmente são sociedade civil ou governo. Se discute lá  
799 as questões que vem, não só da normativa. E assim sendo, houve uma deliberação neste Fórum.  
800 Que aquilo foi tirado, no Fórum. Fosse trazido para todos os Conselhos Estaduais. Estamos  
801 fazendo essa discussão lá nos seus vários estados. Uma vez o Conselho Estadual, plenária,  
802 entendeu como sendo aquela decisão do Fórum, incorporar à conferência estadual. E é isso que  
803 é a nossa pretensão, porque elas estão em todos conselhos. E lá tem uma vantagem. Além de  
804 estar de forma paritária, não tem só, presidentes da sociedade civil, nós temos também governo.  
805 Então tem essa vantagem. Aí, se a plenária dos conselhos estaduais, referendou. Aí sim nós  
806 vamos para a Conferência Estadual. E a influência do Fórum Nacional, com essa visão geral do  
807 país, é exatamente para influenciar mesmo na política. Continua, por favor, Consolação.  
808 **Secretária Executiva:** É, eu acho só para não confundir com a instancia de deliberação do  
809 sistema. Talvez a gente tira o termo deliberados e põe aprovados que a gente não confunde com  
810 a instância mesmo de deliberação. Porque aí a gente colocou deliberados até por dicionário  
811 mesmo. Porque deliberado é aprovado. Mas aí a gente, nesse sentido para não confundir. E aí no  
812 artigo 11. Porque. o que eu verifiquei, que parece que a cópia que foram para vocês, a gente já  
813 tinha feito uma alteração, na distribuição da vaga, das vagas para a Conferência Nacional. E foi  
814 aqui no trabalhador com dois e prestador com 1. Pelo que a gente pode verificar. E a proposta  
815 era dois aqui no prestador e um aqui no trabalhador. Considerando que: a formação deste  
816 Conselho, a gente tem dois representantes titular de trabalhadores e nós temos quatro de  
817 prestador. Então era para dar um peso mesmo, e entendendo também, que mesmo sendo a  
818 conferência, a valorização de seus trabalhadores, as entidades têm trabalhadores, e as pessoas  
819 que aqui representam também são trabalhadores. Era nesse entendimento. Ta? Pode continuar?  
820 No artigo 12, sobre a escolha dos delegados. Então foi incluído, para além do horário aqui  
821 estipulado, que eles vão ter que apresentar para a escolha. Parágrafo primeiro: o processo de  
822 eleição ocorrerá em câmeras simultaneamente, de acordo com o porte do município, e a  
823 representação. Mediante a presença do delegado candidato. Parágrafo segundo: para cada  
824 delegado, será eleito um suplente vinculado. Parágrafo terceiro: na impossibilidade do delegado  
825 titular eleito participar da Conferência Nacional, deverá comunicar ao CEAS, por escrito, para  
826 convocação de seu suplente. Porque essa inclusão? Foi até depois que a gente conversou. Eu e  
827 o Marcelo. Foi depois para adequar o regimento interno. Então falou assim: simplifica o  
828 regimento, para não ter questões, que possam ser polêmicas, inclusive, a gente coloca na  
829 normativa. Como a gente já tinha falado sobre o processo de escolha, era necessário esse  
830 detalhamento, para que a gente, senão a gente teria que deliberar todo o processo na plenária,  
831 correndo o risco de isso não ser aprovado. Já esta. Tem tudo nele. Tem em cima. Tem aonde  
832 que eles vão escrever previamente. **Conselheiro José Ismar:** Na impossibilidade do titular não  
833 estar presente? Tem o prazo para ele estar comunicando? Mas ai é outra coisa, minha filha.  
834 Doença é justificável. **Presidente:** Esse é difícil. Dr. José Ismar, esse é difícil a gente prever.  
835 Mesmo porque esse incidente, ou acidente, pode ocorrer na última hora. **Conselheiro José**  
836 **Ismar:** Há duas situações de prazo. O prazo justificado que é a questão de doença. Tudo bem, é  
837 justificado. Mas o ... isso é mais para funcionalidade. Eu estou vendo ai, mais vendo como  
838 funcional. **Presidente:** Ela é mínima, ela é mínima. E quando ocorrer. Ainda que seja de última  
839 hora, vai ter uma equipe lá, uma comissão vai estar lá para decidir sobre isso. Ta OK? Considera  
840 contemplado, Conselheiro José Fernando? OK. Obrigado! **Secretária Executiva:** E,

841 considerando o artigo terceiro e quarto, que falam sobre normativa do Conselho Nacional, e que  
842 ainda não saiu essa normativa, que é a questão do quê que eles vão arcar. A gente sabe que,  
843 sempre, eles estão arcando aí com as despesas, em relação a sociedade civil, e governamental  
844 não. Mas como é uma normativa deles. Nós estamos sugerindo. Conversamos ontem. Suprime  
845 isso, e quando sair a deles, a gente só informa. Isso aqui tira da nossa, que a gente não precisa  
846 estar aí. Tudo bem? Então pela aprovação. **Presidente:** OK. Conselheiro Marcelo. **Conselheiro**  
847 **Marcelo:** Ô Consolação, volta naquela proposta que a gente fez lá em cima. É questão de  
848 redação só mesmo. Mais encima. Vê se vocês estão de acordo. No item A: consolidado das  
849 propostas estaduais e federais, constantes dos relatórios das conferências municipais.  
850 Encaminhados ao CEAS, pelos municípios e não dos municípios. Não é isso? E lá no artigo 11, a  
851 Nívia também atentou para uma questão. Está escrito dívidas e não, de vidas. É divididas. A  
852 gente vai ter que depois fazer um olhar mais clínico nisso aí. **Presidente:** É só tirar um d agora,  
853 está sobrando. OK pessoal. Alguma outra contestação? Pois não. Eu vou voltar ao Conselheiro  
854 Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** É, eu não sei se isso será objeto de estar nesta proposta. Mas  
855 isso é comum no Conselho Estadual, e aí, a gente tem que fazer essa discussão. Sobre a  
856 participação dos demais conselheiros estaduais, que não comporem o grupo dos oito. Como que  
857 será essa discussão? Como será feito isso? Porque em outras conferências a gente já discutiu.  
858 Poderá esse conselheiro que ficou de fora dos oito, ir na sua base e disputar? Ou ele não poderá  
859 participar? Lembrando que nas conferências anteriores, foi feita esta discussão, e ele pode  
860 participar. Mesmo com entendimento divergente de alguns. **Presidente:** A nossa secretária  
861 executiva, Consolação. **Secretária Executiva:** Como das outras vezes, e eu até comentei isso  
862 ontem também, nessa reunião. Que nós temos 140 vagas para 1000 pessoas que vão estar  
863 disputando. O Conselho com 40, está disputando 8. Então ele está sendo privilegiado, se a gente  
864 for analisar em termo de representação para a conferência. Inclusive, já determinado pelo  
865 Conselho Nacional. Então, eu, na minha opinião, e aí vai muito técnica mesmo, de análise disso,  
866 até na construção desses, dessa minuta, é que o conselheiro não deveria estar disputando junto  
867 com o município. Entendendo que a representação do Conselho está se fazendo nestas oito  
868 pessoas. **Presidente:** Há controvérsias? Não. Pode. **Conselheiro Marcelo:** Bom, eu quero  
869 colocar para reflexão também para análise. E aí em cima da fala da Consolação, eu quero fazer  
870 outra fala. Não é? Estar certo que é super legítimo essa questão de que o Conselho Estadual já  
871 está com oito vagas em cima, de uma outra proposta de 140, que já são maioria. Bom. Mas a  
872 gente tem considerar outros aspectos. Aspectos referentes a participação. Aspectos referentes ao  
873 comprometimento. Aspectos referentes a expertise que estes conselheiros têm. E a forma como  
874 esses conselheiros poderão participar e contribuir na discussão nacional. Então é sobre esse  
875 aspecto. É que nas outras conferências, essas discussões eram feitas aqui no Conselho Estadual  
876 em cima disso. É que, esses conselheiros, considerando a sua experiência, eles terão maiores  
877 condições ou melhores condições, sem desconsiderar, é lógico, os outros delegados que estão lá  
878 na disputa. De contribuir também no processo em âmbito nacional. É, e aí a gente vai também  
879 analisar um outro aspecto. Que é. O processo de escolha naquele espaço, quando da escolha  
880 dos delegados, é um processo democrático também. E ali, o conselheiro estadual que estiver  
881 participando, ele vai participar em igualdade de condições também com os outros. E aí vai ser  
882 como é todo processo de escolha de um delegado. Ele vai ter que se defender e dizer da sua  
883 condição de participar do processo. Então, eu estou levantando para vocês, questões que foram  
884 discutidas anteriormente, para contribuir na hora da nossa decisão. O outro aspecto é o que a  
885 Sônia apontou aqui. O fato de alguns conselheiros saírem do Conselho na próxima gestão. O que  
886 a gente discutiu ontem também é... Hoje somos conselheiros, quem vai ser eleito na Conferência  
887 Estadual, serão entidades. Não é? E essas entidades ainda não terão indicado os seus  
888 representantes. Só que o fórum legítimo de escolha do delegado, é na Conferência. Então nesta  
889 Conferência, aqueles que não irão participar, são delegados naquele momento. Então, portanto,  
890 eles vão ter que participar desse processo de escolha dos oito. **Presidente:** Alguma posição  
891 contrária? Não? OK. Isso é bom. Agora a situação que Consolação coloca, todas duas são  
892 plausíveis e têm fundamentações. Eu acho que é muito mais questão de interpretação de cada  
893 um. Se por um lado, fica parecendo que o conselheiro estadual, por ser conselheiro estadual,  
894 quer participar, então fica no ar, parecendo que é muito mais vaidade pessoal, mas por outro lado  
895 tem a fundamentação realmente de experiência que acumula, ao longo de, inclusive de  
896 entendimento daquilo que é a realidade que acontece nos vários municípios. Não tão somente de  
897 um, ou de até uma regional. Para mais do que uma regional. Então tem essa fundamentação.  
898 Então eu penso, que é muito mais de interpretação. E aí é bom que gente leve isso como  
899 decisão. É bom que essa plenária tenha esse entendimento, e a gente possa definir isso aqui.  
900 Porque também não fere o princípio da democracia se levar isso para discussão em grupo. Eu

901 posso falar por mim. Mas não vou dar o voto aqui agora. No momento certo eu vou falar, e quero  
902 qualificar o meu voto. **Conselheiro Marcelo:** Teve um outro aspecto também que me veio aqui. A  
903 conferência estadual, nós conselheiros estaduais, somos conselheiros natos dela. Se a gente  
904 entender dentro da lógica da escolha de delegados. Então nós também, teríamos que ir para as  
905 conferências municipais, para a gente poder ser escolhidos. Da mesma forma, no âmbito  
906 nacional, como delegados natos, eles teriam que vir para o âmbito do estado, das suas  
907 federações e nas entidades e participar também dentro do processo. Por isso que privilegia, entre  
908 aspas, “privilegia” aqueles conselheiros estaduais, porque eles já são natos mesmo naquele  
909 processo da conferência estadual. **Presidente:** O privilégio é esse. É exatamente estar lá na  
910 estadual, já tendo pulado uma etapa, que provavelmente, poderia não passar. Se fosse para  
911 municipal. Bom, ainda assim, fica a reflexão de cada um. Mas, eu penso que, já está colocado as  
912 duas situações. Nós podemos votar isso? É bom que se vote? É isso? Então vamos votar. Então  
913 veja bem. Uma situação é: os conselheiros poderão se colocar nos grupos, para ser eleitos lá em  
914 plenária. Aqueles que não forem eleitos pelo próprio conselho. E quero até ressaltar, que a  
915 sugestão que foi dada ali, de levar uma outra vaga para o prestador de serviço, que era uma só.  
916 Tirando do trabalhador que seriam duas. Foi proposta pelo próprio trabalhador. Então vocês  
917 viram que existiu a nobreza de pensar grande. Não foi só o fato de pensar grande. É exatamente  
918 porque nós temos quatro conselheiros de prestador de serviço, e dois de usuário e dois de  
919 trabalhador. Então ficaria totalmente desproporcional. Então para tentar se cumprir um princípio  
920 de justiça, no que diz respeito a proporcionalidade, foi feita a sugestão, acatada pelos senhores.  
921 Então nos temos duas situações. A primeira é: os conselheiros estaduais vão sair daqui, nesse  
922 processo eleitoral, aqueles que forem eleitos, vão para a nacional, sem ter direito a concorrer lá  
923 na estadual. Essa é a um. E a dois é aquela que vão poder concorrer. É isso? Está claro? Não?  
924 OK. Isso. A Consolação fez uma justificativa, o Marcelo fez outra e algumas complementações.  
925 Pode ser assim? OK. Ta. A Consolação defende o fato de: conselheiros serem eleitos aqui pelo  
926 Conselho. Dentro da situação que está se colocando. O Marcelo, ele não sei se defende, ele vai  
927 votar. Ele só fez a colocação que: é um ponto de discussão em todas as conferências, da  
928 situação de: poder sim, o conselheiro não eleito aqui pelo Conselho, estar fazendo a disputa de  
929 vaga lá para a nacional. E houveram argumentações e fundamentações de ambas as partes. Só  
930 que fica a critério de cada um, pensar ou decidir. Mas é bom que a gente decida aqui, e já leva  
931 isso decidido, para evitar outras... Porque chega lá, qualquer que seja o comentário, para o bem  
932 ou para o mal, foi deliberado em plenária. *C'est fini*. OK. Pode ser assim? **Conselheira Sônia**  
933 **Terezinha:** Eu estou enganada. Mas por exemplo, eu sou CMAS Ouro Branco. Na minha  
934 conferência municipal, eu não saí como delegada. Então, eu não vou estar delegada na estadual.  
935 Então eu não posso concorrer. **Presidente:** Não. Isso foi colocado aqui também. Como  
936 conselheiros natos que somos, da conferência estadual, poderemos participar sim. Isso foi  
937 colocado, eu não sei se você ficou atenta. Ta. OK. **Conselheira Sônia Terezinha:** Eu não sou  
938 delegada CMAS Ouro Branco. Não posso. Só pode concorrer para a nacional quem é delegado.  
939 Eu não sou delegada. **Presidente:** OK. Nós vamos respeitar as inscrições, sem debate. Por  
940 favor, Conselheiro Adenor. **Conselheiro Adenor:** Eu também entendo assim como Sonia. Eu  
941 também em Ribeirão, como eu já sou delegado nato aqui. Eu não saí em Ribeirão. Eu priorizei  
942 em levar seis conselheiros, seis pessoas, e eu, sendo que eu já estava participando da  
943 conferência, como delegado nato aqui. Se eu não saio aqui, para ir para Brasília, por exemplo. Se  
944 eu não saio aqui, eu não tenho como lutar lá. Porque lá eu não estou inscrito. Ou como delegado  
945 nato eu tenho esse direito. A minha pergunta é essa. **Conselheiro Marcelo:** Deixa eu tentar  
946 esclarecer. Nós somos delegados natos. Sendo delegados natos o quê que pressupõe isso?  
947 Pressupõe que nós, dentro da própria natureza, nós temos condições de votar e ser votados.  
948 Você enquanto representante de conselho municipal, você vai disputar na base dos conselhos  
949 municipais. Eu estou no CRES, sou representante dos trabalhadores. Irei participar, do processo,  
950 como o Volney também, dos trabalhadores. E assim por diante. Dentro das suas bases de  
951 representação. E não, você não vai lá mais, você não vai mais para a conferência disputar na  
952 conferência estadual, como conselheiro de Ribeirão da Neves, nem como conselheiro de Ouro  
953 Branco. E sim como conselheiro do CEAS, dentro da representação de Conselhos Municipais.  
954 **Presidente:** OK. Conselheira Fátima, por favor. Deixa ela pegar o microfone por favor, que está  
955 sendo gravado. **Conselheira Fátima Bergamini:** Bom dia a todos. Para quem não me conhece,  
956 sou Maria de Fátima, estou retornando a este Conselho hoje. Já fazia parte daqui. Porém eu  
957 estou com uma dúvida Geraldo, que eu quero dizer assim. Eu entendi o que a amiga ali disse, de  
958 Ouro Branco. Se ela perder a vaga aqui, que ela é nata. Nós aqui não vamos disputar nas outras  
959 categorias lá, porque nós somos natos. Nós estamos aqui hoje como conselheiro nato. Então, ela  
960 tem vontade de participar pelo município. Nas outras vagas, na categoria dela de conselheiro



961 municipal. Como que isso vai ficar então? Se a gente que, não pode abrir uma brecha assim, de  
962 repente, a gente participa aqui como nato. E também nós não podemos participar de outro pleito,  
963 não. Vai ser só esse? Isso que é a dúvida que eu quero saber? Saímos como nato, mas nós não  
964 vamos ter chance de outras não? Se já é nato eu sei. Nós já estamos no coisa. Mas nós não  
965 vamos ter outra chance? Se a gente não for votado aqui, porque de repente eu cheguei agora, eu  
966 não sei. Quantos que vão ser representantes aqui dos natos? Quantos que vão sair? **Presidente:**  
967 Conselheira Fátima. A sua colocação já foi devidamente esclarecida. Eu não sei se você  
968 conseguiu perceber a ... OK. Todos os conselheiros aqui, disputa o espaço para estar na  
969 nacional, como sendo do conselho, naquelas representações que ali está. Em não sendo  
970 contemplado para estar na nacional, ele pode ir. Ele já é conselheiro nato da conferência  
971 estadual. Ele pode ir para o seu seguimento disputar em igualdade de condição, com aqueles que  
972 participaram da conferência municipal. Porque ele é nato. Isso não fere o processo democrático,  
973 porque ainda lá no seguimento, eles podem não querer eleger-lo para estar em Brasília. Mas  
974 privilegia, porque ele queima uma etapa lá de estar no municipal. Penso que está muito claro.  
975 Está muito claro. A questão que pode acontecer para mais do que isso aqui, é divergência de  
976 entendimento. E divergência de entendimento, nos vamos manifestar via voto. Pode ser assim?  
977 Então pronto. Quem for a favor de que o conselheiro, que vai disputar dentro do Conselho, a vaga  
978 para ir para a Nacional, se ele não for contemplado com as vagas do Conselho, ele disputa no  
979 seu seguimento, lá. Na conferência estadual. Por favor, levante o crachá. Então vamos lá. Por  
980 favor. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Quem for favorável que não dispute lá no seguimento,  
981 por favor levante o crachá. 1, 2, 3, 4. Nós já estamos em votação, por favor, conselheiros. Quatro  
982 votos. Então o conselheiro que não for contemplado para a Nacional, aqui no Conselho Estadual,  
983 poderá disputar lá. Em igualdade de condição. Democracia lá vai prevalecer. Ainda que com  
984 privilégio. Mas decisão da plenária. OK. Eu disse que gostaria de qualificar meu voto. Só disse o  
985 seguinte: eu penso assim, porque? Estará muito melhor qualificado, sem nenhum demérito, para  
986 os municipais. Pelo fato de o conselheiro estadual, correr as regionais, que é muito mais que um  
987 único município, que é muito mais que uma região só. Ele tem um entendimento maior, portanto  
988 está melhor qualificado para levar para a nacional. No entanto eu disse que ia qualificar. Porque  
989 eu, não disputaria jamais como conselheiro. Não disputei nenhuma delas como conselheiro, e se  
990 eu perder aqui, eu não irei para Brasília. Mas eu gostaria só de qualificar meu voto. Pois não?  
991 Podemos dar continuidade então? A resolução, de acordo com o que foi colocado. Então,  
992 considera-se aprovada. Nós vamos fazer só a retificação de algumas questões de português.  
993 Consolação por favor, você podia falar da programação. **Secretária Executiva:** Apresentando a  
994 programação agora mais detalhada, e houve uma alteração pequena nela aqui, foi a solicitação  
995 inclusive da Conselheira Cristiane. Quando a gente tem aqui, no painel temático, que seria a  
996 avaliação da gestão do controle social no Estado de Minas, então ela pede a inclusão da:  
997 Avaliação comparativa sobre o cumprimento das deliberações da 8ª Conferência Estadual de  
998 Assistência Social, ou seja, a conferência anterior. E que fique assim mesmo registrada, mesmo  
999 se a gente entender, que já está na avaliação, para inclusive ter um documento que se fale que, o  
1000 Conselho fez essa devolução, já dentro da sua programação, está prevista esta devolução, a  
1001 todos os representantes, todos os delegados. Acho que vocês tiveram acesso à programação por  
1002 e-mail. Não é isso? Não. Então lê tudo? **Presidente:** OK. Nós vamos. Para esse item aí, eu  
1003 preciso abrir. E-mail recebido. OK. **Secretária Executiva:** Então, de 8 às 12, credenciamento.  
1004 Abertura às 9 horas. 10 horas a votação do regimento. Que vocês também vão ter a oportunidade  
1005 de vê-lo hoje. 11 horas, painel temático. Então já falei qual seria. Aqui a secretária de estado de  
1006 desenvolvimento social, presidente do Conselho Estadual. E aqui, a gente ainda está vendo, a  
1007 Comissão Organizadora ainda está verificando a possibilidade, da assembléia e ministério  
1008 público. Por foi delegada a Comissão Organizadora, inclusive, estar tratando sobre essa matéria.  
1009 As 13 horas, almoço. As 15 horas, processo de escolha da sociedade civil e dos conselhos, para  
1010 compor o Conselho Estadual. Então está aqui, o nosso processo de escolha. As 19 horas, as  
1011 quatro oficinas, simultâneas, respeitando os eixos estabelecidos na normativa do Conselho  
1012 Nacional. Indicado para estratégia e estruturação da gestão do trabalho do SUAS, a SEDESE, a  
1013 SUBAS. MDS, SINTBREF e CRES, por serem as entidades titulares aqui, dentro do Conselho.  
1014 Representando o trabalhador. No item 2, re-ordenamento e qualificação dos serviços sócio  
1015 assistenciais. A SEDESE, dentro da equipe de qualificação. Eu estaria apresentando isso. A três.  
1016 Fortalecimento da participação do controle social, o Conselho Estadual, o Conselho Nacional e  
1017 uma URCMAS estaria representando aqui. A oficina quatro. Centralidade do SUAS, erradicação  
1018 do sistema pobreza no Brasil. A SEDESE, através da Sub Secretaria de Projetos Especiais, o  
1019 CEAS e a Assembléia Legislativa, inclusive em virtude do Seminário. No dia 21, 8 horas.  
1020 Trabalho em grupo, de 8 as 12. 12 horas almoço. Retornando as 14. E as 19 tiragem do

1021 delegado. Como vocês viram, na metodologia, eles já fizeram a inscrição prévia, de quem quer  
1022 ser o candidato. Porque vai ser tudo via sistema. Inclusive os conselheiros estaduais, que assim  
1023 quiseram, vão ter que respeitar também a metodologia e fazer a inscrição prévia lá, pelo sistema.  
1024 Dia 22, às 8 horas, trabalho em grupo. Às 12 o almoço. Às 14, começaria a plenária final e as 18  
1025 o encerramento. Pronto senhor presidente. **Presidente:** Conselheira Juanita. **Conselheira**  
1026 **Juanita:** Eu só gostaria só de sugerir. Porque está ótima a programação. No painel 1. Eu estou  
1027 voltando na redundância. Se é uma avaliação da gestão, só pode ser em cima das últimas  
1028 deliberação da conferência. Porque gestão só trabalha em cima da deliberação. Segundo, a  
1029 questão da inclusão da Assembléia, Ministério Público, numa mesa de avaliar a gestão da  
1030 política. Aí eu pergunto a esta plenária. Com qual objetivo? Com relação as oficinas temáticas, eu  
1031 achei que ficou ótima a composição. Mas não acho que deva colocar: SUBAS, Qualificação,  
1032 Subsecretaria de Projetos, é SEDESE. O órgão gestor é SEDESE. A indicação é do nosso  
1033 secretário. Abaixa de novo, por favor, mais. Ficou ótimo, parabéns pela... nó..., Comissão  
1034 Organizadora da Conferência. **Presidente:** Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Então  
1035 Juanita. É só fazendo um esclarecimento, porque que eu solicitei a inclusão dessa questão. Até  
1036 participando das conferências municipais, uma das questões que conversamos até, com outro  
1037 conselheiro. A gente, aspas, criticou. É o fato de as vezes, ter uma apresentação sobre a  
1038 avaliação da gestão municipal, mas não fazer isso de forma clara, comparando com aquilo que foi  
1039 deliberado em conferência. Porque uma coisa é eu apresentar a avaliação. Avançamos nisso,  
1040 desafios nisso. Outra coisa é você falar assim: olha, na conferência, foi deliberado isso, e a gente  
1041 conseguiu isso. E aquilo que não foi alcançado, porque que não foi alcançado. Tudo bem que  
1042 pode ser isso que vai ser feito. Se for ótimo. Mas nas conferências municipais, e eu, foi por isso  
1043 que eu pedi para destacar, isso. Nas conferências municipais as vezes a gente via, gestores que  
1044 apresentavam a avaliação, mas ta, o quê que isso tem a ver com a conferência. Você tinha. E os  
1045 delegados nossos, conselheiros, não vamos lembrar ali de pronto, quais foram as deliberações  
1046 da conferência passada. Então que realmente, a apresentação seja comparativa. E aquilo que  
1047 não foi de fato alcançado, que haja a justificativa. É só para ficar mais claro. Ta, não é, nem  
1048 questão de, é redundância mesmo. Isto tem que ficar claro na apresentação. **Presidente:**  
1049 **Conselheiro Marcelo:** Eu até entendo a preocupação da Cristiane. Mas eu  
1050 penso que também, é realmente, está um pouco redundante ali. O que poderíamos talvez, para  
1051 sanar esta questão. Era de solicitar das pessoas que vão compor a mesa, de uma forma  
1052 antecipada. Que eles façam essa avaliação prévia. Não é? Então, no convite que for fazer ao  
1053 secretário, no convite que for fazer ao presidente, a gente coloca a ementa daquilo que a gente  
1054 pretende. Isso. E aí a gente tira essa questão aí, que nos preocupa. Eu tenho uma outra  
1055 preocupação, nessa questão das oficinas, porque. Nas outras conferências, a metodologia era  
1056 um pouco diferente, geralmente era uma pessoa que fazia, uma oficina. Não era assim? E agora  
1057 estão sendo propostas, por exemplo, aonde que o CREAS vai participar, está sendo proposta  
1058 quatro participações. Qual que vai ser o tempo que vai demandar a fala desse pessoal? Com  
1059 mais debate, e tal. Então a gente talvez, a gente teria que preocupar, para até mesmo, por  
1060 exemplo, eu levar. Eu levar lá para minha base, qual que vai ser a fala. Isso. Isso. E eu fique  
1061 preocupado agora no finalzinho da fala da Consolação, essa escolha, essa tiragem de delegado,  
1062 que cada delegado terá que fazer a sua inscrição previamente. Eu queria, eu queria, só para  
1063 esclarecer. **Secretária Executiva:** O regulamento que a gente acabou de aprovar, que a nova  
1064 resolução que a gente vai publicar. Consta que, para se candidatar a delegado a conferência  
1065 nacional, eles tem um período. Da tarde do dia 20, e da parte da manhã e tarde do dia 21. Então,  
1066 isso tem que fazer na organização do evento. Quem não fizer essa inscrição prévia. Porque? Nós  
1067 estamos querendo chegar, já nos grupos mais organizados. Com o nome de quem se candidatou,  
1068 qual que é o município, e inclusive, para orientar e tentar tirar critérios mais razoáveis para essa  
1069 escolha. Como maior representação, maior número de municípios, não ter dois as vezes por  
1070 município. Nós estamos querendo melhorar o processo de escolhe e garantir a maior  
1071 representatividade na Conferência Nacional. **Presidente:** Marcelo quer a réplica. **Conselheiro**  
1072 **Marcelo:** E aí vem uma situação. Em cima do que nós votamos agora a pouco tempo. Os  
1073 delegados da conferência estadual, de âmbito estadual. Como vai ser simultâneo, como, em que  
1074 momento, que esses delegados estaduais, que não forem eleitos na sua base, vão poder ir para  
1075 a base, na base do seu seguimento? Então como que ele vai se inscrever como delegado?  
1076 Entenderam? Ele vai ter que definir. Ele vai para a base, ou ele vai para o estadual? Ou a eleição  
1077 dos conselheiros estaduais, elas ocorrerão em momento anterior, já que, nos temos o nosso  
1078 quorum lá numa reunião. Porque normalmente, as reuniões, a gente faz reuniões, antecipadas.  
1079 De repente, nesta reunião, sairiam os delegados e no momento oportuno ele, participaria da  
1080 base. **Presidente:** Eu quero concordar com o Marcelo, no que diz respeito ao horário. Se a

1081 maioria do plenário, foram nove votos a quatro. Entende que deve participar, então o horário tem  
1082 que ser antecipado. Da estadual, deve ser antecipado. Se não fere a decisão que já aconteceu. E  
1083 nós não vamos discutir ela. Não vamos voltar nela. Então nos vamos discutir aqui horário. Precisa  
1084 ser antecipado. Pois não. Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Só uma questão então.  
1085 Nessa perspectiva. Entendendo que nós conselheiros, durante a conferência, a gente se envolve  
1086 em várias atividades, a gente está lá trabalhando, muitas vezes está na oficina. Quer dizer, não é,  
1087 não tem como, você largar, para ir para a coisa... Então tem que se pensar muito bem, qual que  
1088 vai ser esse horário? Para evitar que o conselheiro esteja envolvido com alguma atividade, e  
1089 tenha que deixar esta atividade, para poder participar do processo de escolha. Dos delegados.  
1090 Então eu acho que pensar muito bem isso. Porque o ano passado quando tinha reuniões. Na  
1091 conferência passada, às vezes tinha reuniões, a gente não ficava sabendo, exatamente porque  
1092 você estava, no local distante, considerando a infra-estrutura. E até você se deslocar até o local  
1093 da reunião, a reunião já tinha acontecido. Então, acho que é só, ter então, já sairmos daqui então,  
1094 com essa clareza, de qual momento será essa escolha. **Presidente:** OK. Conselheira  
1095 Consolação. **Secretária Executiva:** Conselheira? Já Virei. **Presidente:** Desculpa. Secretária  
1096 Executiva. **Secretária Executiva:** Meu presidente, olha. Aqui. Porque todo mundo leu a  
1097 normativa. Eu vou dar só um puxãozinho de orelha aqui. Porque todo mundo leu o que está aqui.  
1098 Por isso que deliberaram por essa resolução. Consta que, essa inscrição prévia, é só para, não é  
1099 para o Conselho Estadual. No primeiro momento. Não seria para o Conselho. Então a vaga do  
1100 conselho não está determinada aqui, na hora da escolha. O que eu entendi, que talvez, até a  
1101 plenária hoje, como algumas pessoas falaram, já poderiam escolher hoje, ou marcar na  
1102 conferência, um horário que não está posto no regulamento para o Conselho Estadual. É porque  
1103 todo mundo leu, o regulamento, e sabe que consta que não tem esse período para os  
1104 conselheiros estaduais. **Presidente:** Vamos ter que pensar no horário. Que vai ser pela manhã.  
1105 Penso que todos nós sabemos da programação que foi feita. Tem que ser uai. O Conselho tem  
1106 que tirar um horário. Para não prejudicar a própria votação que já aconteceu. Não é? OK. Nós  
1107 vamos pensando. Podemos voltar depois, na programação, só para cuidar desse horário?  
1108 Podemos? Porque aí cada um pensa no momento, e a gente fala. Isso. Nós gostaríamos de  
1109 submeter às colocações que foram feitas, e Juanita fez uma colocação. Marcelo fez uma defesa.  
1110 Eu quero ratificar a defesa, a colocação da Juanita, em número, gênero e grau. Eu também  
1111 partilho dessa posição. Mas de qualquer maneira, esta aberto aí. Vamos consertando por favor,  
1112 Consolação. Já. Não. Fez uma colocação Juanita, o Marcelo fez uma defesa, e eu estou  
1113 ratificando a colocação do Marcelo. Mas está aberto, para quem quiser fazer a defesa da maneira  
1114 que está. Se não, a gente corrige. **Secretária Executiva:** Eu não entendi. Porque quando a  
1115 comissão, ela reuniu. A Nívia é a coordenadora e o Geraldo também. Aí, foi levantado que: para  
1116 fazer a avaliação, da gestão. Tem outros órgãos também de controle social, no Estado. Que não  
1117 seria só o Conselho. E por isso foi defendido, que a Assembléia Legislativa e o Ministério Público,  
1118 estivesse aqui como isso. Então, agora a gente tem que... É porque eu preciso da condução  
1119 agora, da mesa. No sentido que: o Geraldo e a Nívia, são os coordenadores da Comissão  
1120 Organizadora, aqui presentes. Quando a comissão discutiu, colocar aqui. Talvez pudesse incluir.  
1121 Nós estamos discutindo, a Assembléia e o Ministério Público. Foi no sentido de, que o controle  
1122 social no Estado, não se dá, somente pelo Conselho Estadual. E aí foi levantado. Inclusive tinha  
1123 outros aqui. Falou não, vamos tirar, outros que não caberiam e deixar Assembléia e Ministério  
1124 Público. Aí eu quero que seja, então, deliberado, para a gente retornar para a comissão também,  
1125 porque isso passou pela Comissão Organizadora. Até para a gente poder dar esse retorno. Se  
1126 realmente, vai, fica. E eu gostaria até que os dois manifestassem, como coordenadores, assim.  
1127 Qual que seria este indicativo? Se realmente quando a gente colocou que talvez, realmente não  
1128 está. Não estava muito definido, e como que vocês né. Para conduzir aqui. Obrigada!  
1129 **Presidente:** Conselheira Nívia. **Conselheira Nívia:** É, realmente nós discutimos na mesa da  
1130 Comissão Organizadora. E o meu entendimento é que, conforme a Consolação disse. Enquanto  
1131 representantes do controle social, de instâncias também, de controle social. A gente pudesse ter  
1132 uma representatividade, mas simplesmente para compor a mesa. Sendo que, a apresentação do  
1133 painel temático. Ele é de competência, de propriedade, da SEDESE. Então nós já estamos  
1134 trabalhando, o material de apresentação, do painel temático. Dentro do que está proposto, e  
1135 como diretriz do Conselho Nacional. Que é a apresentação das deliberações da última  
1136 conferência. A Consolação, inclusive já nos passou, a gente não tinha esse registro na SEDESE.  
1137 A Consolação nos enviou imediatamente. Esse material já está praticamente pronto. Amanhã a  
1138 gente tem uma reunião lá, Consolação, para fazer uma primeira avaliação. Deste material, que é  
1139 a comparação entre a apresentação das deliberações da última conferência e a apresentação  
1140 das ações que a SEDESE desenvolveu ao longo deste período. E o que não foi cumprido na

1141 totalidade e porque? A justificativa. Então, só esclarecendo, que o painel temático, ele será  
1142 apresentado pela SEDESE, por mim e pelo Secretário. E que, esta mesa, estes participantes da  
1143 mesa, enquanto representatividade, quanto atores importantes, nesta questão do controle social.  
1144 Então este foi o meu parecer na comissão. Eu queria que o Geraldo colocasse o dele, enquanto  
1145 sociedade civil. Não teria nenhum problema, mas, enquanto, em respeito e até em valorização,  
1146 ao papel de cada um desses órgãos no controle social. **Presidente:** Bom, eu manifestei aqui, que  
1147 eu vou em gênero, número e grau da colocação que a Juanita nos trouxe. Contudo, esta plenária  
1148 é soberana. Ainda que na comissão. Aquilo que a gente decidiu na comissão, é para ser trazido  
1149 aqui. Eu penso que da maneira que foi colocada, da apresentação que deverá ser feita, com o  
1150 comparativo, indicativo feito pela Conselheira Cristiane, é o suficiente. Mas está aberto.  
1151 Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Me perdoem, se eu vou ser redundante. Se a fala é  
1152 de avaliação de gestão. Penso que realmente, Assembléia Legislativa e Ministério Público, terão  
1153 que, não compor esse painel. Até mesmo, por... se eles ficarem lá só olhando, fica algo esquisito.  
1154 Agora, na abertura, talvez, já está a definição da participação. Então, OK. É importante.  
1155 **Presidente:** Pergunto a plenária, se está devidamente esclarecido? OK. Pronto. Então a  
1156 composição é importante, a gente sabe que são parceiros importantíssimos. A Assembléia é o  
1157 órgão externo, de controle social. E a gente sabe do papel importante que tem, não só em Minas,  
1158 como no papel da construção da política. Esta aí, uma situação, de uma lei que veio agora da  
1159 Assembléia. Os deputados entenderam a necessidade de valorização do trabalhador. E inclusive  
1160 agora, essa extensão que tem, da qual o Conselho participa, na descentralizada do programa da  
1161 presidente da república, no combate a extrema pobreza. **Conselheiro Marcelo:** Sr. Presidente.  
1162 Até me veio aqui algo, assim. De repente, nas oficinas temáticas, poderíamos criar uma  
1163 perspectiva, do ministério público, ter uma fala, ou dentro de uma... o olhar do ministério público  
1164 para a política de assistência social. Algo assim. Dentro das oficinas, qual que é o olhar do  
1165 ministério público para uma dessas, dessas. Fortalecimento da participação e do controle social,  
1166 por exemplo. O quê que o ministério público pensa disso. **Presidente:** A Dra. Sônia está presente  
1167 aqui conosco. Se quiser manifestar Doutora. Por favor. O que a senhora pensa disso? Ou não?  
1168 Ou se quiser levar para o seu colegiado, fica a vontade. Por favor! **Dra. Sônia:** Na verdade, eu  
1169 gostaria de receber para encaminhar ao promotor ao qual eu estou representando. Então eu não  
1170 vou me manifestar. Mas gostaria de encaminhar. Para ele, para que ele coloque. Está bem?  
1171 **Presidente:** OK. Com certeza... OK. Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Eu gostaria de  
1172 fazer uma sugestão, que eu achei muito bacana. Colocar o Ministério Público na oficina. A  
1173 colocação do Marcelo, ele vai estar na abertura. Considerando que ele é responsável por  
1174 defender os direitos sociais, humanos, enfim. Também é um órgão fiscalizador como a gente. É  
1175 claro que é diferente. Mas, eu penso, sugiro aqui, que a gente possa dar, 15 minutos para cada  
1176 parte, incluindo o Ministério Público em cada oficina. Isso fortalece o SUAS, até para o Ministério  
1177 Público entender que sistema é esse. **Presidente:** Conselheiro Volney. **Conselheiro Volney:** Oi.  
1178 PSIND. Eu acho importante ter uma fala do ministério público, para dizer para todo o Estado, se  
1179 está havendo uma judicialização da política de assistência social ou não? Como nos temos visto,  
1180 todos os dias, uma judicialização da saúde. Então, eu acho que, o ministério público estar  
1181 presente como figurante, eu acho pouco importante. Nos queremos saber se estão tendo ações,  
1182 ou não, contra o Estado. Se o Estado está cumprindo, a sua função, enquanto provedor da  
1183 política de assistência social ou não? Está judicializando, ou não? Eu acho que é necessário sim,  
1184 o Ministério Público se posicionar, enquanto judicialização ou não, da assistência social.  
1185 **Presidente:** OK. Então está claro, a composição inicial. Por parte do Ministério Público. Está  
1186 claro, agora a colocação que foi feita, da participação nas oficinas, com uma fala. Em igualdade  
1187 de tempo, não sei se 10 ou 15 minutos, ou 20. Nós vamos definir. E o Conselheiro Volney  
1188 também traz uma colocação, que dispensa comentários. Cabe a interpretação de qualquer um.  
1189 Então eu penso. Podemos aprovar o programa? Nesse modelo? Pode ser? Alguém contrário? Ta  
1190 bom, muito obrigado. Parabéns a Comissão Organizadora. Muito legal. Podemos ir então ao  
1191 regimento interno? Podem ter certeza, que o objetivo lá é não ser enfadonho e maciço. E aqui  
1192 também será, porque ele está bem curto e objetivo. **Secretária Executiva:** Posso fazer a leitura,  
1193 Presidente? **Presidente:** Por favor. **Secretária Executiva:** Então aqui é uma proposta de  
1194 regimento interno. Está curtinha, é uma folhinha e pouquinho. Capítulo I da programação. Para  
1195 participar do debate, o delegado e convidado deverão inscrever-se para intervenção oral, ou  
1196 encaminhar sua a pergunta à mesa, durante a exposição do tema. Ou até 10 minutos, após o  
1197 início do debate. Parágrafo único: cada intervenção oral, não excederá o tempo de dois minutos,  
1198 com direito de réplica, pelo mesmo prazo. Capítulo II, da plenária final. Artigo segundo: a plenária  
1199 final da nona conferência, ocorrerá no dia 22 de outubro, à partir das 14 horas, tendo caráter  
1200 deliberativo. E será constituída pelos participantes credenciados, com competência de discutir,

1201 aprovar ou rejeitar em parte, ou totalmente, o relatório consolidado, dos grupos de trabalho, assim  
1202 como, aprovar ou rejeitar as moções. Parágrafo único: a aprovação do relatório do consolidado  
1203 dos grupos da nona conferência dar-se-á mediante o voto da maioria simples dos delegados  
1204 presentes. Artigo terceiro: as moções serão recebidas, organizadas e classificadas por tema, pela  
1205 comissão de relatoria. É, relatoria geral. Parágrafo primeiro: não serão aceitas moções,  
1206 encaminhadas após as 11 horas do dia 22, para que se permita a apreciação e aprovação pela  
1207 plenária. Parágrafo segundo: cada moção, antes de ser encaminhada para a comissão de  
1208 relatoria geral. Faltou? Tem que ser igual, não é Marcelo? Geral. Deverá ser aprovada por  
1209 maioria simples, do grupo de trabalho que lhe deu origem. Artigo quarto: O processo de  
1210 apreciação e aprovação do relatório do consolidado dos grupos dar-se-á, através de leitura por  
1211 um integrante da mesa coordenadora, permitindo-se o levantamento de destaque pela plenária e  
1212 discussão e votação das propostas ao término da leitura do relatório. Parágrafo primeiro: as  
1213 propostas em destaque deverão ser encaminhadas, a mesa de apoio, da mesa coordenadora,  
1214 por escrito, ou através do uso do microfone. Sendo permitida apenas uma defesa e uma réplica,  
1215 com tempo máximo de dois minutos para cada uma. Parágrafo segundo: esclarecidas, as  
1216 propostas serão submetidas a votação da plenária e será aprovada aquela que obtiver a maioria  
1217 simples dos votos dos presentes, por contraste, recorrendo-se a contagem, em caso de dúvida.  
1218 Parágrafo terceiro: as propostas que não forem destacadas, serão consideradas como  
1219 aprovadas, por unanimidade, pela plenária. Artigo quinto: assegura-se a plenária, o  
1220 questionamento, pela ordem, a mesa coordenadora, caso este regimento interno não esteja  
1221 sendo cumprido. Parágrafo primeiro: as questões de ordem precederão as demais. Parágrafo  
1222 segundo: quando a plenária estiver em regime de votação, não poderão ser levantadas questões  
1223 de ordem ou esclarecimento. Artigo sexto: cada delegado, devidamente credenciado, terá direito  
1224 a voz e voto. Artigo sétimo: cada convidado, devidamente credenciado, terá direito a voz. Artigo  
1225 oitavo: os casos omissos serão resolvidos pelos componentes da mesa coordenadora. Artigo  
1226 nono: as moções serão votadas após a aprovação do relatório consolidado dos grupos. Capítulo  
1227 III – da eleição de delegados a oitava conferência nacional de assistência social. Artigo décimo: a  
1228 validação da escolha dos delegados a oitava conferência nacional, será após a votação do  
1229 relatório das moções. Conforme os critérios estabelecidos no regulamento da conferência,  
1230 disposto em resoluções. Parágrafo único: o delegado titular e seu respectivo suplente deverão  
1231 permanecer, na plenária final, até a leitura de seu nome, para o seu referendo. Capítulo IV – das  
1232 disposições gerais. Artigo onze: os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela  
1233 Comissão Organizadora. **Presidente:** Em discussão. Conselheiro Marcelo. **Conselheiro**  
1234 **Marcelo:** Artigo primeiro – “para participar do debate, o delegado e o convidado”... deverá ou  
1235 deverão? Aí é só português ta?! Tá. OK. Parágrafo primeiro do artigo terceiro. Eu achei meio  
1236 confuso aí. Não serão aceitas moções, encaminhadas após as 11 horas do dia 22. Para que se  
1237 permita a apreciação da aprovação pela plenária. Talvez a gente teria que dar uma melhorada aí  
1238 na redação. Isso. Para poder. Porque o pessoal pode não entender. O artigo oitavo. Os casos  
1239 omissos serão resolvidos pelos componentes da mesa coordenadora. E lá em baixo fala que os  
1240 casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora. A plenária final. Pois é. Mas  
1241 poderá haver, porque eu coloquei no artigo oitavo, sugerindo, que além da mesa coordenadora, a  
1242 Comissão Organizadora. Porque pode ser que na plenária final, ocorram situações que só a  
1243 Comissão Organizadora vai dar conta. Só isso. **Presidente:** Continua aberta a inscrição.  
1244 Entendido? Claro? OK. Podemos considerar aprovado? Algum voto contrário? Abstenção? OK.  
1245 Aprovado por unanimidade. Pessoal, assim sendo, tem ainda, a Consolação, por favor,  
1246 apresentar o slide aí. Quê que a gente pensou como sendo a fala da presidência desse  
1247 Conselho, no que diz respeito ao controle social. **Secretária Executiva:** São diretrizes, ta. Porque  
1248 a secretaria executiva junto com o presidente vai elaborar a sua apresentação. Então, pensou,  
1249 logicamente tem que falar do controle social, mas aí seria da gestão estadual nos últimos dois  
1250 anos, não apenas das deliberações, que é o item seguinte. Da oitava conferência estadual,  
1251 apresentar os avanços ocorridos, porque o Conselho teve muitas ações, muito interessantes, que  
1252 resultaram inclusive em normativas. E em relação também, a gestão do trabalho. Porque esse é  
1253 um ano que a gente vai falar desta questão. Então como que está o controle social, como que o  
1254 Conselho está vendo isso. E a gente vai pegar algum material que a gente tem, e vindo inclusive  
1255 também, das municipais, para esta fala. Em seguida, colocar também proposições em relação ao  
1256 controle social, frente as novas demandas. Como o enfrentamento da pobreza e o serviço  
1257 regionalizado. Inclusive tema da nossa, dos encontros regionais. A mobilização e articulação com  
1258 a sociedade civil e o poder público, pela garantia e os direitos sócio-assistenciais. Porque isso  
1259 sempre é, a gente sempre refaz esse discurso. Em toda conferência fala dos direitos, então acho  
1260 que é uma oportunidade do Conselho também, está puxando estes direitos, nessa perspectiva. E

1261 instrumentos efetivos de controle social. A questão do próprio orçamento e financiamento. Tenho  
1262 testemunhado, não pude estar com todos os conselheiros. Mas tenho testemunhado a  
1263 participação do presidente. E tem sido uma fala muito interessante, inclusive, indo para além, do  
1264 que está posto nas lâminas. E eles têm elogiado inclusive, quando ele tem falado destes  
1265 instrumentos do controle. Porque isso dá embasamento, inclusive não só para os serviços  
1266 regionalizados, para a questão da URCMAS. Então, aproveitando até, dessa expertise, que ele já  
1267 colocou, nesses encontros. Aí eu pensei também, da gente estar se apropriando disso, para uma  
1268 fala também na conferência. Não seria muito nesta lógica. A gente vai montar, nessa seqüência.  
1269 Mas seria nesses temas. Aí está em discussão. Isso. Aquele primeiro painel. **Presidente:** OK.  
1270 Pergunto aos conselheiros se isso aí, responde aos anseios, ou as nossa perspectivas, enquanto  
1271 fala do Conselho. Só estou presidente. Vou estar fazendo a fala do Conselho. Está aberto?  
1272 Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** É claro que ainda haverá uma estruturação ali,  
1273 quanto aos temas. Quantas horas? Para falar tudo isso. A minha preocupação é que...  
1274 **Presidente:** Brincadeira. É óbvio que a gente vai fazer de forma bem transparente, reduzida,  
1275 dentro de um tempo sem ser cansativo. **Conselheira Cristiane:** Na verdade, eu só queria fazer  
1276 um... Eu acho que é isso mesmo. A gente tem que está pontuando estas questões. Não tem outra  
1277 forma, até porque é uma expectativa, na conferência, que se faz sobre esses assuntos. Mas eu  
1278 quero só insistir, em relação ao ponto B, que é deliberação da oitava, da conferência passada.  
1279 Quer dizer, a gente não vai falar dos avanços. Nós temos que falar também dos desafios. Daquilo  
1280 do que não se alcançou. Que é isso que vai dar subsídio, para que se delibere as questões que  
1281 ainda estão, aspas, necessitando, maior empenho deste Conselho e também dos delegados da  
1282 conferência. Então, é nessa perspectiva, está colocando estas questões de maneira bem clara, e  
1283 mostrando de fato. E, e assim, ter essa atenção, de que é, que seja realmente, Geraldo, aí  
1284 nessa... não é, a gente às vezes trata a conferência como momento de capacitação. E  
1285 conferência não é capacitação. Conferência é deliberação, é discussão. Nós não estamos ali  
1286 mais para capacitar. Não tem tempo mais para capacitar. Inclusive a gente discutiu. E é prestar  
1287 contas. Inclusive a gente discutiu isso muito nas conferencias municipais. Nos encontros  
1288 regionais. Em relação a esta questão. Então, ter esse foco, na prestação de contas, e na  
1289 indicação daquilo que ainda é necessário, maior atenção deste Estado. **Presidente:** Bom, a  
1290 sugestão da Cristiane, da minha parte, está prontamente acatada: Pergunto aos demais  
1291 conselheiros se tem outras contribuições? Marcelo, por favor. **Conselheiro Marcelo:** Eu não sei  
1292 se seria o momento oportuno. Mas, nos três encontros que eu participei, que ainda a gente vai  
1293 falar sobre os encontros. Mas eu não sei se isso entraria na fala. Houve um esvaziamento  
1294 tremendo, pelo menos onde eu estive. De trabalhadores, sabe. Pois é, não é o momento, mas eu  
1295 não sei se isso aí entraria na fala. Da compreensão do quê que é trabalhador. OK. **Presidente:**  
1296 Desculpa aí Marcelo, eu dei uma cutucada nele porque, a gente começa o embalo, vai até um  
1297 momento, nós deixamos para o final, para fazer essa avaliação. Mas ali dentro da fala, a idéia é  
1298 trazer isso mesmo, que foi-se apresentado. Não só do trabalhador, como do usuário também. A  
1299 gente já observou isso. Pode ser? OK. Mais alguma contribuição? Conselheira Juanita.  
1300 **Conselheira Juanita:** Então. Eu tenho certeza que está nas entrelinhas dessas diretrizes aí,  
1301 mas, conforme a Cristiane colocou, e também só para reforçar. Eu penso, que vai ser muito  
1302 bacana, porque conferência é lugar de prestação de contas. E ficar no reme-reme, no reme-reme  
1303 e no reme-reme. Passa a conferência e as deliberações são muito grandes, não tem jeito de ser  
1304 cumpridas. Então, trazer para a praticidade. Eu acho, que é uma prática que esse Conselho já  
1305 está comprovando. Isso aí é expertise. Então assim, é só uma sugestão mesmo. Na hora de fazer  
1306 o colóquio do presidente, que eu achei bacaníssimo, o colóquio do presidente. Puxar o controle  
1307 social em cima dos quatro sub-itens. Que eu acho que dá uma fala fantástica. E assim, puxando  
1308 muito encima da nossa prática. Esse arranjo que nós conseguimos construir aqui, com a gestão,  
1309 porque quando parte para a briga, a dificuldade é maior de fazer a implementação do sistema.  
1310 Porque a gente sabe que o Conselho Estadual, ele se espelha, nas suas decisões, para os  
1311 conselhos municipais. Então assim, faça o que eu faço, mas não faça o que eu diga. Então a  
1312 gente tem que por isso em prática. **Presidente:** OK. Consolação. **Secretária Executiva:** É só  
1313 para reforçar isso. Eu achei muito interessante todas as contribuições, mas que inclusive, a fala  
1314 que o Geraldo, por exemplo, está tendo. Ele não está fazendo como uma capacitação. E ele é  
1315 muito provocativo. Basta dizer, que o pessoal fica mesmo. Levanta. Eles participam muito dessas  
1316 palestras. Então é muito pensando nisso, que a gente conversou. Não é Geraldo? De tentar estar  
1317 reproduzindo isso, para que, na hora dos grupos, realmente tivesse elementos para essa  
1318 discussão. **Presidente:** Muito obrigado! Muito bem. Alguma outra contribuição? Bom aí vocês  
1319 observaram, que de acordo com a sua observação Cris, que tudo que a gente vai fazer, óbvio, a  
1320 gente está partindo do princípio de que as pessoas que vão estar agregadas, estão melhor

1321 qualificados. Ou seja, vão estar num nível, de a gente poder falar uma linguagem direta, sem  
1322 precisar estar dando justificativa. Se não a gente não vai dar conta, em função do tempo. OK.  
1323 Vencemos então esse item D. E eu gostaria só de fazer uma concordância aqui, como está  
1324 próximo do horário do almoço. Que a gente passasse ao item 2. E a gente tem uma situação aqui  
1325 que, Beth ainda não está presente conosco. A gente poderia fazer a primeira apresentação, com  
1326 a Conselheira Cristiane. OK. Senão, a gente deixa logo após o almoço. Fazer a apresentação  
1327 dela. Mas a gente cuida aqui do item A. E antes do item A, eu que dar um informe da UHE  
1328 Candonga. Eu gostaria de clarear para todos os conselheiros, para toda a plenária e os nossos  
1329 convidados que aqui estão, alguns que estão ligados diretamente a situação. Tivemos uma  
1330 reunião, com os dirigentes e assessores jurídicos do projeto Candonga. E essa reunião foi na  
1331 Secretaria de Estado, tivemos uma presença de nossa sub secretária e assistente social, do  
1332 nosso Secretário de Estado. E de nossa secretária executiva, Consolação e do Conselheiro José  
1333 Ismar. Além da advogada do Estado. E nessa reunião, houve uma tratativa, em nível mais  
1334 detalhado, que penso que não existe a necessidade de estar trazendo aqui. Mas houve uma troca  
1335 de informações, uma concordância, com os dirigentes. Assumida pelos dois dirigentes. Um  
1336 representante. O Sandro representante da NOVELIS e o Glauco, representante da VALE.  
1337 Assumiram o compromisso junto a este Conselho, de a gente estar tratando, fazendo uma  
1338 tratativa, na tentativa de uma conciliação e poder avançar no que diz respeito, aos problemas  
1339 ainda não sanados no empreendimento. No momento em que se partiu para uma tentativa de  
1340 conciliação, de mediação, melhor do que uma ação judicial. Porque houve, os senhores se  
1341 lembram disso, houve aqui um pedido, de revisão. Foi um recurso extraordinário, na tentativa da  
1342 resolução nossa que cancelou. E isso continuou, persistindo a vontade do Conselho. Assim  
1343 sendo, eles se sentiram no direito de buscar essa reunião. E nessa reunião, houve a  
1344 concordância de que nós tentaríamos promover uma reunião. Com, somente com, os dirigentes,  
1345 com o empreendedor, e depois uma reunião com os atingidos. Fizemos essas duas reuniões,  
1346 com a mesa diretora. E fiz questão de convidar a nossa Sub Secretária, para estar participando,  
1347 enquanto gestora. E houve uma concordância, para o nosso bem, uma conciliação. Iremos fazer  
1348 uma nova reunião, onde estará envolvida. Representante dos atingidos, representante do  
1349 empreendedor, e este Conselho, na primeira reunião. E a partir daí, se constitui uma comissão,  
1350 na tentativa de buscar, não só os problemas sanados, mas principalmente o projeto de reativação  
1351 econômica. Isso está concordado e consolidado. Então é só para dar entendimento. Assim  
1352 sendo, pós essa primeira reunião. A tratativa e a idéia é que, uma vez concordado, e essa  
1353 reunião busque, um entendimento para solução dos casos, haverá então, um prazo estipulado,  
1354 no mesmo modelo do empreendimento de Laranjal, que deu muito certo e está dando muito  
1355 certo. Você vê que em oito anos buscamos várias alternativas, que não foram possíveis, e em  
1356 apenas três ou quatro meses, com a comissão constituída, eles resolveram cento e, quase  
1357 duzentos casos, dos duzentos e pouquinho. Temos pouquíssimos casos pendentes. Estamos  
1358 apostando nisso aí, que o nosso papel aqui é não estar em favor de A ou de B, mas promover a  
1359 justiça e a defesa, que está normatizada, que é a proteção social aos atingidos. Assim sendo, eu  
1360 passo ao item seguinte, e a letra A fica, CGH Alto Brejaúba, que está para a Conselheira  
1361 Cristiane, fazer a apresentação, comprovação do plano de assistência social, com vistas à licença  
1362 de operação. **Conselheira Cristiane:** Então, nós vamos. Eu vou apresentar a relatoria feita, da  
1363 CGH Alto Brejaúba. O nome do empreendedor é HY Brasil Energia S/A. O responsável pela  
1364 elaboração do PAS BARRAGEM, Agepel e Suporte Ambiental Ltda. Os municípios envolvidos  
1365 são: Gonzaga e Santa Efigênia de Minas. E como o presidente disse, essa é a comprovação da  
1366 implementação do plano de assistência social. Apresentado a este Conselho. Não houve  
1367 necessidade, diante do que foi apresentado, de solicitar diligências, então passo à  
1368 fundamentação do parecer. O plano de assistência social da CGH Alto Brejaúba, foi aprovada  
1369 pelo CEAS, por meio da resolução 303 de maio de 2010. No processo de comprovação da  
1370 implementação do PAS, o empreendimento apresentou três relatórios, sendo o primeiro, em 14  
1371 de janeiro de 2011. O segundo em 28 de fevereiro de 2011. E o último 13 de julho de 2011. O  
1372 CEAS, por meio da técnica Rosalice Tassar, promoveu visitas técnicas, no período de 08 a 06 de  
1373 junho, e 03 a 05 de agosto de 2011. Com reuniões de análise, da implementação do PAS, com os  
1374 conselhos municipais de assistência social de Santa Efigênia de Minas e Gonzaga, visita aos três  
1375 proprietários atingidos, que não relataram pendências, em relação a negociação de terras. E  
1376 informaram que a implantação da usina, não acarretou alterações em suas produções. Destaca-  
1377 se que, os dois conselhos municipais, deram parecer favorável, a aprovação da implementação  
1378 do PAS. Pelo relatório de visitas técnicas. Foi comprovado que o posto de atendimento social,  
1379 está em funcionamento no município de Conceição do Brejaúba. Xodó. Pertencente ao município  
1380 de Gonzaga, que está a cinco quilômetros do empreendimento. O distrito possui 600 habitantes e

1381 está na área de acesso ao empreendimento. Constaram no PAS, ações de intervenção social, na  
1382 comunidade rural de Vassourinhas. Com o objetivo de minimizar os impactos, os relatórios  
1383 apresentaram a implantação das seguintes ações, e situação atual. Projeto de comunicação e  
1384 articulação institucional. Ação executada em parceria com as prefeituras municipais, emissoras  
1385 de rádio local, e polícia militar. Projeto de negociação de terra e benfeitorias. Ação concluída,  
1386 comprovada por meio da visita técnica do CEAS, aos três proprietários atingidos. Projeto de  
1387 aproveitamento de mão de obra local. No PAS havia uma previsão, de que o empreendimento  
1388 contrataria cerca de cinquenta trabalhadores, nos meses de pico de produção. Conforme os  
1389 relatórios apresentados, constata-se a contratação de quarenta e seis pessoas. Os conselheiros  
1390 municipais, durante a reunião com a técnica do CEAS, relataram a importância dessas  
1391 contratações. Pois incluíram famílias, antes usuárias da assistência social do município. O  
1392 empreendedor informou que os contratados serão incluídos, em outras obras, de  
1393 responsabilidade dele, na região. Projeto de Atendimento Social. Considerando ser um  
1394 empreendimento de menor porte, o posto de atendimento, contou apenas com um profissional de  
1395 serviço social. No relatório de atividades realizadas, constam ações de estudo socioeconômicas  
1396 das famílias, da comunidade de Vassourinhas. Reunião com a comunidade, para a mobilização,  
1397 para projeto de geração de renda, em parceria com o CRAS, centro de referência da assistência  
1398 social, de Santa Efigênia de Minas. Com início das oficinas para o dia oito de agosto, conforme o  
1399 relatório. Além disso, as ações desenvolvidas tiveram como objetivo, o resgate de um grupo de  
1400 convivência que já existia na comunidade. A retomada do grupo de convivência ocorreu no dia 21  
1401 de junho de 2011. Nas reuniões realizadas com a comunidade local, surgiu a demanda de  
1402 implantação de uma horta comunitária, com a venda dos produtos, na feira cultural que é  
1403 realizada em Gonzaga, toda sexta-feira. E em Santa Efigênia de Minas, todos os sábados. Com o  
1404 compromisso firmado pelo empreendedor, de apoio a comunidade, para a implantação e  
1405 desenvolvimento deste projeto, atualmente estão em fase de busca de uma área para o plantio. E  
1406 já contam com o apoio da Emater, que realizou no dia 4 de julho de 2011, uma formação para a  
1407 comunidade. Outras alternativas de geração de renda, estão em discussão com a comunidade,  
1408 tais como: artesanato em bambu e a instalação de um resfriador de leite na comunidade de  
1409 Vassourinhas. Percebe-se que tal mobilização, trouxe para a comunidade, os técnicos do CRAS,  
1410 que avaliam com a mesma, a implantação de oficinas do serviço de convivência. Pelo exposto, é  
1411 possível perceber que as ações do posto de atendimento, alcançaram uma importante  
1412 mobilização das famílias da comunidade e encontra-se em uma fase de desenvolvimento que não  
1413 deve ser interrompida de forma abrupta, com pena a perder todas as conquistas até o momento.  
1414 Considerando ainda os pareceres dos próprios conselhos, que solicitam a continuidade do posto  
1415 de atendimento, por mais um tempo, para finalizar os projetos em andamento. E realizar estudos,  
1416 dos resultados das ações implementadas. Horta comunitária e oficina sócio-educativa. Torna-se  
1417 importante do posto de atendimento por mais seis meses. Parecer conclusivo. Pela aprovação  
1418 da comprovação de implementação do PAS BARRAGEM e permanência do posto de  
1419 atendimento por mais seis meses, para continuidade das ações de implementação da horta  
1420 comunitária, com as condições necessárias, para venda dos produtos nas feiras de Gonzaga e  
1421 Santa Efigênia de Minas. E resolução da demanda de implantação do resfriador de leite na  
1422 comunidade. Para análise final do empreendedor. O empreendedor deverá apresentar ao final  
1423 deste prazo, os resultados das ações implementadas na comunidade. 14 de setembro de 2011. É  
1424 isso. **Presidente:** Obrigado, Conselheira Cristiane! Eu abro então para a plenária. Conselheira  
1425 Juanita. **Conselheira Juanita:** Cristiane. Foi constatada a implementação do PAS. A  
1426 necessidade desse PAS por mais seis meses com uma assistente social, para a continuidade da  
1427 questão do projeto de horta comunitária, não é com a assistente social. E lá só tem ela. E a  
1428 questão das oficinas sócio-educativas. Essas oficinas sócio-educativas, nesse município  
1429 pequeno, não poderia ser feito pelo CRAS do município, ou tem necessidade. Porque o PAS está  
1430 só com a assistente social, não é? Tem necessidade da permanência deste posto, por mais seis  
1431 meses, para essa atividade exclusiva, considerando que, as ações de horta comunitária, ela não  
1432 tem condições de fazê-la. Aí eu te pergunto. É necessário? Na sua avaliação? Não. Eu perguntei  
1433 só esclarecimento para eu poder votar. **Presidente:** Eu pediria só para você responder daqui a  
1434 pouco. O Marcelo está inscrito. Penso que pode estar ligado a essa situação. **Conselheiro**  
1435 **Marcelo:** É justamente isso. Quando fala aí dessa questão de se poder fazer pelo CRAS. Mas a  
1436 minha outra questão. E aí eu já aproveito, presidente. É porque nós estamos aprovando pela  
1437 comprovação da implementação do CRAS, mas a gente está colocando condicionante? OK.  
1438 **Presidente:** Pois não conselheira. **Conselheira Cristiane:** Em relação à dúvida da Juanita. Em  
1439 Juanita, lendo os relatórios, inclusive as reuniões que foram desenvolvidas, até o parecer do  
1440 próprio conselho municipal de assistência social dos dois municípios. Eles julgam importante



1441 porque? Porque houve um compromisso do empreendedor, em contribuir com a realização  
1442 desses dois projetos. O projeto de horta comunitária e o projeto do resfriador de leite. E das  
1443 oficinas sócio-educativas também. Sim tem a parceria do CRAS: Mas nesse momento, a  
1444 segurança da comunidade está no posto de atendimento. Inclusive na atividade dessa assistente  
1445 social que está contribuindo com esta mobilização. O receio é interromper agora o posto de  
1446 atendimento, poderia causar uma ação. Uma desmobilização desse processo. Então essa que é  
1447 a preocupação. E os próprios conselhos municipais, solicitaram essa continuidade, o relatório é  
1448 muito claro, da importância dessa assistente social, para que isso acontecesse. Porque Rosa  
1449 esteve lá, ela pode até falar de maneira mais clara. Mas, lendo o relatório, a gente percebe o  
1450 seguinte: até hoje não tinha acontecido nada nesta comunidade. E isso trouxe uma possibilidade  
1451 de mobilização e de fato de contribuir com o trabalho dessa comunidade. Que pelo relatório  
1452 aponta que é uma comunidade realmente com, em vulnerabilidade. Tá. Então é nessa  
1453 perspectiva. E respondendo a questão do Marcelo. Não, não Marcelo. Não é condicionante, é  
1454 prerrogativa deste Conselho estabelecer o prazo final de fechamento do posto de atendimento.  
1455 Então é a aprovação do PAS, ele foi sim implementado, os projetos, só que os projetos estão em  
1456 andamento. E aí é prerrogativa deste Conselho estabelecer o prazo final de fechamento do posto  
1457 mesmo, com a comprovação do PAS. **Presidente:** Conselheira Juanita, logo em seguida o  
1458 Conselheiro José Ismar. **Conselheira Juanita:** Então, com a sua fala fica mais claro para mim,  
1459 Cris. Porque, eu entendo que são famílias vulneráveis. Mas nós vamos colocar uma  
1460 responsabilidade para o empreendedor, que é pública. Acompanhar essas famílias em situação  
1461 de vulnerabilidade. Não. Não é questão de discutir mais coisa. Porque este posto, ele é instalado  
1462 na região onde vai se construir um empreendimento, para minimizar os impactos daquele  
1463 empreendimento. Então, é por isso que eu estou perguntando novamente. Essas questões aí.  
1464 Essas oficinas sócio-educativas, a questão da horta comunitária. É um impacto que o  
1465 empreendimento trouxe? Ou é, dar acompanhamento a uma comunidade, que o poder público  
1466 até então não fez. São duas questões diferentes. É a compensação do empreendimento, ou  
1467 porque a assistente social, que foi lá, ou empreendedor deu sorte de contratar uma profissional  
1468 eficiente, e conseguiu implementar ações. Aí a gente tem que separar o joio do trigo, eu só estou  
1469 querendo esclarecimentos, para questão de manutenção do posto, por mais seis meses.  
1470 **Conselheira Cristiane:** Juanita. Eu entendo que quando a gente estabelece aqui, numa  
1471 resolução, que um empreendimento, ele vai ser implantado numa comunidade, e que ele tem  
1472 como compromisso, estabelecer estratégia de minimização do impacto, e ganho sociais. É isto  
1473 que está sendo estabelecido. Para esse empreendimento. Existiu um ganho. Acho que talvez,  
1474 dos empreendimentos que a gente analisou aqui. Pelo menos do que eu analisei. Eu fiquei muito  
1475 satisfeita de ver, o processo de condução desse, de mobilização dessa comunidade. A gente vê  
1476 lá, pelos relatórios. Rosa, talvez pode complementar isso. O risco de, desmobilizar agora, a gente  
1477 pode aí acarretar. A gente. Criou-se uma expectativa numa comunidade, existe lá um processo  
1478 de mobilização, encerra-se esse processo agora em função, de, da licença. E aí? Como é que  
1479 fica? Eu acho que é importante manter. Claro. Eu continuo mantendo. Com vistas inclusive, ao  
1480 próprio, discussão que foi feita com os Conselhos Municipais. **Presidente:** Conselheiro José  
1481 Ismar. **Técnica Rosalice:** É só complementando a fala da Cristiane. Essa situação de  
1482 continuidade do posto de atendimento social, após a licença de operação. Porque após a licença  
1483 de operação, nós sabemos, existem alguns, podem ou não surgir alguns impactos. E esse  
1484 profissional no posto, ele tem que depois da licença de operação, apresentar ainda, um relatório,  
1485 dos impactos pós-licença de operação. Então, os conselhos municipais avaliaram que as oficinas  
1486 ainda estão sendo desenvolvidas. Como que o conselho estadual e os conselhos municipais  
1487 poderão saber, quais os impactos positivos que essas oficinas provocaram nessas famílias da  
1488 comunidade, que eram uma família isolada. Ela não tinha acesso a política de assistência social.  
1489 Os próprios profissionais do CRAS, falaram nas reuniões que não levavam as ações, para essa  
1490 comunidade, devido a dificuldade de acesso, do local a sede do município. E esse profissional  
1491 que está na coordenação dessas ações. Ele que fez a articulação entre os dois municípios. Que  
1492 na realidade, Vassourinhas, é de Gonzaga, e não de Santa Efigênia de Minas. Mas Santa  
1493 Efigênia de Minas em parceria com Gonzaga, está levando essas ações, as oficinas do CRAS,  
1494 para a comunidade. E o profissional ele precisa no final dessas atividades de avaliar. Houve um  
1495 impacto positivo ou não. Se fechar o posto hoje, o Conselho Estadual não vai ter esta informação.  
1496 Se houve um impacto positivo ou não? Se essas oficinas deram um resultado esperado. Então  
1497 essa foi a avaliação. E normalmente, se vocês pegarem todas as avaliações do Conselho  
1498 Estadual, em relação a implementação do PAS, o conselho estadual solicita, que o posto, ou a  
1499 equipe técnica do posto, continue suas atividades, seis meses, ou dependendo do  
1500 empreendimento. Seis meses após a licença de operação. E após essa licença, o Conselho ainda

1501 reavalia a continuidade ou não desse posto. **Presidente:** Conselheiro José Ismar. **Conselheiro**  
1502 **José Ismar:** Só questão de ordem ali. Ô Cristiane, quando você quis dizer ali, no quinto, no item  
1503 quarto. Parecer conclusivo. Pega lá. E permanência do posto de atendimento, por mais seis  
1504 meses. Mais seis meses de que? Da licença de operação. Após a licença de operação? É isso?  
1505 Satisfeito presidente. **Presidente:** Eu vou conceder a palavra ao empreendedor, penso que é  
1506 representante do empreendimento. OK por favor. Qual que é o seu nome? Glauber, o Glauber  
1507 quer manifestar. Eu vou passar o microfone para você. **Empreendedor Glauber:** Boa tarde a  
1508 todos! Eu sou Glauber. Eu sou engenheiro da REGAVIL. Atuei no empreendimento de Alto  
1509 Brejaúba e Brejaúba, são duas usinas. Uma na seqüência da outra. Antes de tudo, eu gostaria de  
1510 esclarecer para todos aqui presentes, conselheiros e convidados, presidente e vice-presidente.  
1511 Que a CGH especificamente, nós, isso não é novidade para muitos, para alguns pode ser. Nós  
1512 não temos direito de desapropriar ninguém. Nossa declaração de utilidade pública nos permite  
1513 apenas o desmatamento de mata nativa, e a respectiva recomposição florestal. Mas  
1514 desapropriação em si não tem. Em Alto Brejaúba e Brejaúba, são três proprietários ao todo.  
1515 Apenas para falar em número, teve um deles, que foi felizardo, na minha visão, que ele vendeu  
1516 uma grande propriedade que era basicamente APP, onde ele não tem direito de intervir, em área  
1517 de preservação permanente, que é beira de rio. Nós por termos a DUP podemos. Ele vendeu  
1518 uma quantidade de terra, pequena, digamos foram dezesseis hectares, a um valor de  
1519 quatrocentos mil reais, coisa que não valeria mais do que cinqüenta ou sessenta mil, se fosse  
1520 elevado o custo, caso tivéssemos uma DUP de desapropriação em mãos. Então nós como  
1521 empreendedor, pagamos um preço nesse caso, oito, nove, dez vezes a mais, do que se  
1522 tivéssemos uma DUP que nos permitisse desapropriar a preço de custo, mais indenização de 50,  
1523 60 ou 100%. Com todas as benfeitorias. E o desejável no caso é realocar a pessoa, reassenta-la,  
1524 para que ela não perca a sua, as suas atividades do dia a dia. Então nós não temos esse  
1525 benefício, entre aspas, de poder buscar este entendimento de reassentamento, ou  
1526 desapropriação, em caso, não chegue a um acordo. O nosso empreendimento ele só é feito uma  
1527 vez que a terra é comprada. Então no momento que a gente foi dar entrada, no documento aqui  
1528 neste Conselho Estadual, a propriedade já era do empreendedor. Ela foi negociada, a preços  
1529 altíssimos, tem alguns exemplos de usinas que não vão sair, porque o proprietário não quer  
1530 vender, não tem interesse. Não vendo a terra. Então o processo não vai adiante. Então isso muda  
1531 bastante a questão do impacto do atingido direto. E a questão do atingido indireto, como o  
1532 mesmo disse, foram quarenta e seis colaboradores no de pico. Juntando as duas obras, deram  
1533 quase oitenta. E as duas estão a uma distância, entre o começo da uma e o final da segunda, é  
1534 de três quilômetros. Estão no mesmo rio, na mesma seqüência. Então 72% dos empregos  
1535 gerados, foram locais. Tanto de Gonzaga, como de Santa Efigênia. O que não era local, que é o  
1536 meu caso, que sou engenheiro aqui de Belo Horizonte, era o técnico de segurança, que era de  
1537 Governador Valadares. Era os encarregados com recursos estratégicos da construtora. Mas do  
1538 contrário, foi tudo mão de obra loca. Então o impacto dos indiretos, na minha visão, eles são  
1539 muito mais positivos. Foi prometido uma horta comunitária, onde o empreendedor se  
1540 comprometeu a dar a estrutura física. Isto significa. Montar uma estrutura de madeira, doar  
1541 sementes e tentar facilitar esse acordo com a Emater. A vinda do técnico da Emater, que  
1542 inclusive esteve lá. Mas nós não podemos nos comprometer a colocar isso dentro da nossa  
1543 propriedade. Por questões de trabalho, pode gerar uma relação trabalhista, que o empreendedor  
1544 não pode assumir em hipótese alguma. Então passamos a bola para a secretaria de assistência  
1545 social, na figura da... esqueci o nome dela, secretária de assistencial, que a Rosa talvez possa  
1546 me lembrar. De Gonzaga. Maria do Rosário. Eu falei assim: Rosário, o empreendedor se  
1547 compromete a fazer essa doação das sementes, da estrutura de madeira, e monta-la. Porque nós  
1548 temos mão de obra, carpinteiros, capacitados para montar isso. Mas, assumir o ônus de colocá-lo  
1549 dentro da nossa propriedade, nós não podemos assumir por questões trabalhistas e tudo mais.  
1550 Uma usina dessa ela é propriedade totalmente privada, não é uma concessão, a CGH. Nós  
1551 podemos ficar com ela por 50, 60, 70 anos. Então nós não podemos assumir essa questão de ter  
1552 perigo amanhã, ou depois, de ter um uso capeão. O empreendedor não pode assumir esse risco.  
1553 Devolvemos a bola para a prefeitura, de encontrar esse local. E muitos fazendeiros da região,  
1554 estão com o mesmo receio, de abrigá-los na terra deles. Então eu acho que o empreendedor,  
1555 como a Vice-presidente Juanita disse. É uma obrigação do poder público que o empreendedor  
1556 fica numa situação difícil de assumir. Mas nós nos comprometemos sim a fazer essa doação.  
1557 Com relação as oficinas de arte, foi se não me engano acordado, pintura de tecido. Não é isso  
1558 Juanita, é Rosa, desculpe. Pintura de tecido, aulas de violão, se eu não me engano. Coisa que  
1559 nossa assistente social, em si, ela não tem, ela não vai coordenar o curso, nem as aulas. Mas  
1560 tudo bem, ela pode acompanhar. Mas eu entendo que o próprio conselho municipal, tem

1561 autonomia para poder acompanhar estas atividades, talvez não precise ser a nossa assistente  
1562 social. E a última sugestão, questão de seis meses após a licença de operação. Eu acho, no meu  
1563 entendimento desnecessário, não pensem que a gente está apenas uma postura de que ah... o  
1564 empreendedor não quer arcar com os custos. Não é isso. Eu acho que não é necessário. Eu acho  
1565 que o Conselho Municipal tem autonomia e capacidade de coordenar esse trabalho. Se quiser  
1566 registrar aqui, que o empreendedor se compromete de fazer a doação, da estrutura da horta.  
1567 Pode colocar. A gente se compromete, a facilitar. O curso tecido precisa de que? Tecido, tinta.  
1568 Nós comprometemos a doar. Mas eu acho que manter uma assistente social, por seis meses,  
1569 num posto, para tratar de atingido de uma obra que não tem desapropriação. Onde as pessoas.  
1570 Eu sempre falo, eles foram atingidos por um prêmio da mega-sena, porque venderam beira de  
1571 rio, que não poderia plantar uma planta sequer. Hoje, ele vendeu aquilo por um valor altíssimo,  
1572 que nós por termos uma aplicação de entidade pública, podemos intervir em APP. E o indiretos,  
1573 na minha visão, foram gerados muitos empregos. Capacitamos, pessoas entraram de ajudante,  
1574 hoje são armadores. Aí menciona, que a gente deveria transferir funcionários dessa obra, para  
1575 outra obra. Eu como engenheiro, era meu sonho fazer isso. Porque você treina uma equipe, a  
1576 equipe aprende a trabalhar, mas se eu fizer isso, o outro município vai dizer que eu não estou  
1577 gerando emprego local. Estamos levando, estamos. Aquelas pessoas que a gente acredita que  
1578 possa virar um feitor, um encarregado no futuro. Esse nós estamos levando. Mas de uma obra de  
1579 50, eu não aproveito mais do que 10 aí. Os outros 40 eu tenho que dizer: Olha, adorei trabalhar  
1580 com vocês. Mas não posso reaproveitá-los, porque o município para onde nós vamos implantar o  
1581 próximo empreendimento, exige que seja gerada mão de obra local. E é legítimo o pedido do  
1582 município. Então, na minha visão, o impacto indireto que se deixa, é realmente não poder levar  
1583 essas pessoas, mas paciência, isso era sabido, foi conversado, que era a possibilidade de  
1584 continuidade em outra cidade, era pequena. A não ser em casos muito raros, como está  
1585 acontecendo com cinco ou seis colaboradores, num total de sessenta. Então eu gostaria muito  
1586 que este posto num. Eu acho que seria um desperdício de recurso. E poderíamos passar essa  
1587 responsabilidade para o Conselho Municipal de Assistência Social, que está muito bem  
1588 representado. Tem uma secretária muito ativa. Cujo marido já foi prefeito. Hoje ele é assessor da  
1589 prefeita. Tem bastantes contatos. Tem uma relação muito boa com eles. O empreendedor refez  
1590 as estradas inteiras, que não tinham acesso. Hoje nos refizemos as estradas. Refizemos  
1591 calçamento em local que não tinha calçamento. Fizemos bastante coisa para o município. Foi  
1592 doada uma academia, para a praça principal da cidade, para os paralíticos e idosos. E ainda vai  
1593 ser doado um veículo, para uso da ambulância do município, que está precisando de uma  
1594 segunda ambulância. A minha palavra é essa. E estou aberta a qualquer esclarecimento.  
1595 **Presidente:** OK. Está aberto aos conselheiros. **Conselheira Cristiane:** Desculpe. Você é?  
1596 Glauber. Você é engenheiro da obra? Então você não trabalha diretamente com a comunidade?  
1597 Sim, tá, Obrigado. Não tem nenhum representante aqui do trabalho social que foi feito lá na  
1598 comunidade. Porque têm outras pessoas eu não conheço. Só você pelo empreendimento. Sim,  
1599 obrigado!. Tá, obrigado! Bom, em nenhum momento, e aí eu esclareço para o engenheiro e  
1600 também para os demais conselheiros, foi informado por esta relatoria, que o empreendedor  
1601 deixou de cumprir qualquer tipo das ações estabelecidas, muito pelo contrário. A relatoria, e tanto  
1602 os relatórios, apresentam que realmente ele cumpriu corretamente com o que estava previsto no  
1603 PAS, indo inclusive além, trabalhando na perspectiva aqui de mobilização da comunidade. O que  
1604 a relatoria observa, apesar aí, considerando sim, que a responsabilidade é do Conselho, sim, é  
1605 do poder público é do conselho. É que, ainda é fundamental a permanência do posto de  
1606 atendimento. Ou seja, dessa profissional, para continuar os trabalhos de mobilização, inclusive  
1607 fazendo essa mobilização entre os municípios. E também para o relatório que é colocado no final,  
1608 da LO. Que é exatamente isso que a gente está falando aqui, que a Rosa estabeleceu, que ainda  
1609 tem relatórios que devem ser apresentados. Ao final desse processo. Então eu estou mantendo a  
1610 questão. E esclarecendo para o engenheiro e os demais conselheiros, que em nenhum momento  
1611 foi falado que não foi cumprido. Foi cumprido sim. Este Conselho tem a prerrogativa, de manter,  
1612 de estabelecer a permanência do posto por mais um período, e o período sugerido é, seis meses.  
1613 Para evitar essa interrupção abrupta, que aí sim pode causar situações nessa comunidade,  
1614 posterior que a gente vai ter que responder. Tá. Só estas questões, e aí eu queria passar para a  
1615 Rosa antes, Geraldo, para ela também complementar os esclarecimentos, porque esteve  
1616 inclusive no local. **Presidente:** OK. Técnica Rosa. **Técnica Rosalice:** Sobre a fala do  
1617 representante do empreendedor. No dia da reunião com Gonzaga e Santa Efigênia de Minas, o  
1618 senhor representantes do empreendedor que estavam lá. Paulo César, o Elder e um outro que...  
1619 e o Murilo. Eles disseram, está registrado em ata, que o empreendedor, tinha o interesse de  
1620 aproveitar essa mão de obra, lá, em outros empreendimentos. Então só para esclarecer para os

1621 conselheiros. O que consta nos relatórios, que ele falou ao contrário, do que foi registrado em ata,  
1622 foi informação de próprios representantes do empreendedor que estavam lá, que acompanhou a  
1623 contratação. Então só para esclarecer, que essa informação que consta nos relatórios, foi  
1624 confirmado, até pela assistente social que trabalhou no empreendimento. Que foi confirmado  
1625 também pelo engenheiro responsável, que era o Senhor Elder e pelo Paulo César que é da, do  
1626 meio ambiente, da HyBrazil, que acompanhou todo o empreendimento. Então só para deixar  
1627 claro, que essa informação que ele trouxe agora, é nova, para o relatório técnico. Porque na  
1628 realidade foi garantido que essa mão de obra seria aproveitada em outros empreendimentos.  
1629 **Presidente:** OK. Conselheiro José Ismar. Logo em seguida Conselheira Juanita, Conselheiro  
1630 Volney e eu volto a inscrição para o empreendedor. **Conselheiro José Ismar:** Presidente, o que  
1631 eu estou encontrando aqui, entre a relatoria e a fala do engenheiro Glauber. É que a questão em  
1632 si, ela fica prejudicada. Porque? Porque a relatoria fala de um projeto que existe, que é o projeto  
1633 proposto da hora comunitária. E aí o engenheiro vem, que para mim até então, está consolidado,  
1634 está resolvida a questão. Aí o engenheiro da parte do empreendedor vem e diz que coloca essa  
1635 dificuldade do local. Do local aonde vai acontecer. Eu concordo com você, quando você diz, a  
1636 propriedade lá, não tem que estar misturando com este projeto. Mas aí, se torna sem eficiência, o  
1637 que diz a relatoria, no caso da resolução da questão. Então, eu não sei qual o procedimento que  
1638 vocês vão dar, para satisfazer a relatoria, ou se vai usar um termo do município, ou um  
1639 comodato, sei lá. Não sei o que vocês vão fazer, mas, nesse quesito aí, a relatoria ficou  
1640 prejudicada. **Presidente:** Conselheiro Volney. **Conselheiro Volney:** É o seguinte.  
1641 Esclarecimento Cristiane. Me parece que os profissionais do CRAS, tinham uma dificuldade de  
1642 locomoção até o PAS, não é? Até a comunidade, ta, tudo bem. E com a saída agora, dessa  
1643 assistente social do posto. Como é que está esta questão de locomoção do pessoal do CRAS,  
1644 para essas famílias, como é que isso vai ficar? Porque a dificuldade permanece a mesma. Outra  
1645 dúvida minha, a proposta dessa horta comunitária, me parece que o empreendimento está a três  
1646 quilômetros, não é isso? Da cidade. Ta. Essa horta comunitária, aonde que ela seria instalada,  
1647 esse escoamento, esse transporte. Isso não está muito claro para mim não. **Conselheira**  
1648 **Cristiane:** Ta, OK. Volney, eu vou fazer o esclarecimento, e depois eu queria fazer uma proposta  
1649 de encaminhamento, antes dos próximos inscritos, se for possível. É só para. Na verdade, não é,  
1650 dificuldade de acesso à comunidade é a dificuldade que está em todas as comunidades rurais. É  
1651 que os CRAS alegam em todos os municípios, que é a dificuldade de atender as comunidades  
1652 rurais, porque elas estão isoladas, elas estão distantes da sede do município. A dificuldade de  
1653 mobilidade, é mais é em função de não ter essa ação, de, digamos assim, de CRAS itinerante, de  
1654 ir até a comunidade. E como, com essa, a mobilização do posto, trouxe essa possibilidade,  
1655 inclusive como Rosa esclareceu, é um outro município que está atuando nessa comunidade. E  
1656 não o município. Porque está mais próximo. Então é nessa perspectiva. E a mobilização ela  
1657 pretende continuar a partir disso. Esclarecido? Ah. O escoamento da produção. Então, a própria  
1658 comunidade na reunião, ela sugere que esse escoamento seja nas feiras que acontecem nos  
1659 municípios. Uma feira acontece na sexta e a outra feira no sábado. O presidente, com base  
1660 inclusive nesta discussão. E eu acho que Glauber traz outros aspectos, que não estavam  
1661 previstos. Inclusive discordando, de outros representantes, eu queria sugerir uma diligência neste  
1662 empreendimento. Antes de a gente apresentar. **Presidente:** OK. Está dada a proposta dela. A  
1663 Conselheira Juanita, está inscrita. E eu dei a inscrição para o empreendedor novamente.  
1664 **Conselheira Juanita:** Olha só, é. Nós estamos buscando. É fato, que o empreendedor cumpriu o  
1665 PAS. Nós vamos penalizar um empreendedor, com diligência, ou questões de entendimento  
1666 nosso, porque nos estamos tendo divergência de interpretação, de responsabilidade do  
1667 empreendedor público ou não. Eu acho que nós temos que ter muita clareza, e muita calma  
1668 nessa hora. Porque quando o empreendedor, foi até falado por você, Conselheira Cristiane,  
1669 parabenizando que foi um dos processos, que discorreu com a maior tranquilidade. De repente,  
1670 nos vamos pedir diligência, e prorrogar o prazo do empreendedor de ter o seu PAS, com  
1671 resolução implantada aqui. Então nós temos que pensar muita coisa, com muita calma nessa  
1672 hora. A outra questão. O que eu estou querendo trazer aqui é. Para que quando ocorre, esta  
1673 reunião, com a técnica do CEAS, com os conselhos municipais. A gente tem que dar uma diretriz  
1674 lá na hora, no sentido de: essas questões que foram solicitadas pelo conselho aí. Isso é claro que  
1675 é de responsabilidade do poder público. O Conselho Municipal lá, ele tem condições de lá na  
1676 plenária, com o secretário, que tem assento no conselho. Estabelecer isso como prioridade. E a  
1677 gente não pode colocar isso como ônus para o empreendedor. Independente de ele querer ou  
1678 não implantar. Ele querer ou não implantar. Se for uma deliberação aqui, se ele ter que implantar.  
1679 Mas uma questão é, nós temos que potencializar os conselhos municipais de assistência.  
1680 Identificar uma ação, que é de responsabilizar do poder público. E que ele tem a governabilidade

1681 de estabelecer um acordo, com o poder público por meio da secretária de assistência que tem  
1682 cadeira. De fazer isso, como uma prioridade de intervenção da secretaria. Agora, tudo bem. A  
1683 nossa resolução fala, a partir do momento que pede diligência, a gente não tem direito mais a  
1684 questionar, o posicionamento. Mas a diligência está sendo pedido pela própria relatora. Agora, a  
1685 diligência é quando traz dúvidas para a questão da implantação do PAS. Ou eu estou errada? Aí  
1686 eu gostaria de ter ajuda. Mas aí está claro que o PAS foi implantado. **Presidente:** Conselheiro  
1687 Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Eu estou apresentando aqui uma questão de ordem. Até mesmo  
1688 para a gente fazer análise da sua solicitação. Porque até onde que eu lembro da nossa  
1689 resolução. O pedido de diligência, ele é ocorre antes da conclusão do parecer. E já houve o  
1690 parecer e o seu voto. Então eu estou pedindo a Consolação para fazer a verificação, se for isso.  
1691 A diligência ela se torna impertinente. Neste momento. É só isso. **Conselheira Cristiane:** Na  
1692 verdade, eu estou fazendo isso. Porque? Eu estou realmente, muito preocupada com esta  
1693 comunidade. A minha preocupação o tempo todo, ao fazer o relatório. E eu coloquei bem claro. A  
1694 interrupção pode provocar a interrupção deste processo? A gente ainda não tem isso, claro ainda.  
1695 Sabe Juanita. Por isso que eu estou falando assim: De repente valeria uma reunião, então.  
1696 Porque isso não foi discutido com o conselho, deles assumirem a partir disso. Vocês estão  
1697 trazendo questões novas. Porque quem assumiu o compromisso, com a comunidade, de apoiar  
1698 nos projetos, foi o empreendedor. Ele que assumiu o compromisso. E o relatório é muito claro. Se  
1699 a gente for ler aqui a ata da reunião, está colocado lá. O empreendedor assumiu o compromisso  
1700 de apoiar, a horta comunitária, as oficinas e essa questão do resfriamento de leite. Como vai  
1701 resolver isso, é o processo que está sendo discutido no município. O próprio engenheiro presente  
1702 aqui disse. Que está sendo discutido inclusive a questão do local. Ta. Interrompa-se. Para isso.  
1703 Fecha-se o posto. Que garantia a gente vai ter. E essa comunidade como que fica. Essa é a  
1704 preocupação da relatoria. Eu não estou discutindo aqui, a responsabilidade. Porque se a gente  
1705 for discutir a responsabilidade do poder público. A gente tem que discutir muito mais coisa.  
1706 Inclusive em relação aos outros empreendimentos. Mas nesse caso específico. É necessária a  
1707 continuidade do posto, para que esta mobilização que foi feita até agora não seja interrompida.  
1708 **Presidente:** OK. Por favor, José Ismar. **Conselheiro José Ismar:** Diante da questão. Eu gostaria  
1709 de pedir vista ao processo. **Presidente:** OK. A vista pode ser concedida, de acordo com o  
1710 regimento interno. Mas, a situação encaminhada por você Cris, fica prejudicada porque a  
1711 resolução não permite. Eu vou voltar. Por favor, você pode fazer isso no microfone na hora certa.  
1712 Por favor empreendedor Glauber. **Empreendedor Glauber:** Apenas esclarecendo a questão que  
1713 a Rosa disse. Sobre aproveitamento de mão de obra local. Eu acho que o Paulo César, Murilo e  
1714 Elder. Disseram que iriam aproveitar pessoas da obra, e estamos aproveitando. Mas talvez não  
1715 disseram o número. Realmente a gente não pode levar todos, mas estamos levando alguns. Com  
1716 relação ao processo da LO. A nossa usina, ela não tem reservatório. O lago da usina de Brejaúba  
1717 e Alto do Brejaúba, é menor do que essa sala que nós estamos. Nós trabalhamos a fio d'água.  
1718 Após iniciar a geração de energia, vai mudar? Vai mudar sim, vai mudar o trecho de vazão  
1719 reduzida. Entre a barragem e a casa de força. A gente capta a água na barragem, passa por um  
1720 conduto, gera energia na casa de força e volta com água. Esse trecho é do proprietário. Nós não  
1721 temos a capacidade de represar a água, de maneira que as pessoas que estão abaixo vão ver o  
1722 seu regime de água diferenciado. Quem está abaixo, e não sabe que construiu uma usina, não  
1723 vai nem ficar sabendo, se ele não for lá ver. E se ninguém contar. Porque o regime do rio não vai  
1724 mudar absolutamente nada. Para cima e nem para baixo. Agora entre a barragem e a casa de  
1725 força, realmente muda. Mas é propriedade privada. Então eu acho. Desculpa se eu vou ser duro,  
1726 mas eu também fico muito incomodado, com a questão de pedir diligências, ou pedir vistas. Para  
1727 uma usina de impacto tão pequeno. Onde não há atingidos indiretos, onde não há  
1728 desapropriação, onde não há intervenção na qualidade de vida nem na renda de ninguém. Os  
1729 que foram prejudicados foram os que venderam a terra, como eu disse, a um preço dez vezes  
1730 mais ou quinze vezes mais que o valor de mercado. Nós não incomodamos ninguém, nós  
1731 melhoramos as estradas, nós sinalizamos, nós vamos doar. Isso é acordo nosso com a  
1732 prefeitura, nós vamos doar uma ambulância para eles. Não doamos porque eles estão decidindo  
1733 ainda. Existe uma questão que para funcionar a usina tem que ter o alvará de funcionamento do  
1734 município. A gente prometeu foi uma ambulância. Nós não vamos deixar de doar. Embora o  
1735 município já tenha feito a parte dele. Nós não dependemos mais do município. Digamos para  
1736 aprovar o CEAS, para aprovar qualquer outra coisa. Mas foi um compromisso dado, selado, tem a  
1737 assinatura do empreendedor embaixo. Então eu quero deixar muito claro que, se for aprovado  
1738 isso aqui hoje. Nada disso vai deixar de acontecer. Eu só quero dizer que a horta comunitária, a  
1739 gente não vai assumir o ônus de colocar na nossa propriedade. Desculpem, não vamos. Vamos  
1740 doar, quer registrar isso, pode registrar isso em ata. Pode pedir para a prefeitura travar o alvará

1741 de funcionamento, se ela achar que a gente não está cumprindo com a nossa parte. Agora  
1742 manter um posto após a LO. E tem mais, a LO não está garantida que vai sair, depende da  
1743 SUPRAM. Se a SUPRAM achar que nós vulneramos alguma regra ambiental, e isso aqui  
1744 demorar dois anos. Vai ficar o posto mantido por dois anos mais seis meses? Então é complicado  
1745 a gente vincular a este tipo de coisa. Não é obrigação do empreendedor. Eu gostaria que os  
1746 demais conselheiros, colocassem a mão na consciência, entendam que nós temos uma energia  
1747 limpa, renovável e da melhor qualidade que existe. Ligando essa nossa usina, no mês de  
1748 novembro, nós estaremos ligando uma térmica que trabalha a óleo diesel ou a carvão mineral.  
1749 Considerem isso, por favor, que nós somos pró-social nós somos pró-ambiente, nós somos pró-  
1750 desenvolvimento. Geramos emprego, geramos renda, geramos riqueza para esse país. O que  
1751 está sendo feito é um desperdício de recursos, e travando um desenvolvimento da nossa nação,  
1752 sinceramente. **Presidente:** OK. Conselheiro Marcelo. Está em questão de ordem. **Conselheiro**  
1753 **Marcelo:** Senhor Presidente. Nós temos uma resolução que trata especificamente sobre o tema.  
1754 E pela nossa resolução, o pedido de vista ele rompe a discussão. Então, portanto, nós  
1755 entendemos a preocupação do empreendedor. Mas, pela nossa resolução, uma vez pedido vista,  
1756 o processo é retirado de pauta. **Presidente:** OK. Eu já tinha. Eu falei com o José Ismar. E de  
1757 acordo com a resolução o pedido de vista já tinha sido concedido. Está na resolução. Quanto a  
1758 continuar com a inscrição ou não. Eu te dito antes também, que ele estava inscrito, e a inscrição  
1759 portanto perdura. E aí ele fez a... Ah. Não OK. Então tá. Mas o pedido de vista já foi feito, é um  
1760 direito do conselheiro. Está na resolução nossa, nós não podemos ferir. Eu vou dar a sua fala, e a  
1761 gente encerra as inscrições sobre esse aspecto, em função do pedido de vistas. **Sr. Joaquim**  
1762 **Martins:** Meu nome é Joaquim Martins da Silva Filho, eu sou advogado. E até outubro do ano  
1763 passado, eu era procurador da FIAM. Procurador chefe da FIAM. Eu tenho uma experiência muito  
1764 grande nesta questão. Para o senhor ter uma idéia, eu sou um dos signatários que assinou o  
1765 documento de negação da licença de Irapé. Eu queria só dar, uma questão técnica aí. Duas  
1766 coisas. Sem entrar no mérito. Primeiro que eu acho que depois da licença. Uma vez operando a  
1767 licença, no ponto de vista ambiental, se ela der problema, ela tem que ser interrompida. Isso é  
1768 regra. Então. durante o estudo de impacto ambiental, você faz a avaliação do impacto social, que  
1769 está diretamente ligada a o que? A implantação do sistema, da obra. Porque é quando vai abrir  
1770 estrada, o que vai gerar inflação localizada, enfim. Aquela coisa que está no estudo de impacto  
1771 ambiental. Não quero comentar. Segundo lugar, eu acho que a questão da horta comunitária, já  
1772 se afirmou que a empresa vai manter o compromisso. Ela não pode deixar de fazer isso, perante  
1773 o conselho. Eu acho que de fato a Emater e o IMA devia cuidar da questão do leite e da horta  
1774 comunitária. Basta que a prefeitura desaproprie ou consiga uma área. Acho que a empresa não  
1775 vai deixar fazer. Mas eu quero dar uma última informação aqui, para encerrar. E aí eu peço ao Dr.  
1776 José Ismar, se ele pode voltar atrás do pedido de vista. Que é o seguinte: o sistema ambiental do  
1777 Estado de Minas Gerais está numa discussão salarial muito forte. Inclusive se encontra em greve,  
1778 etc. O retardamento do problema aqui, que me parece que está muito fácil de ser resolvido.  
1779 Porque não é uma questão complicada. Já que a empresa está certinha, apesar de tudo. Esse  
1780 pedido de vista, em decorrência da situação real que está vivendo o sistema. Pode ser um atraso  
1781 muito maior que a gente pensa. Então eu não sei. Eu gostaria só. No COPAM eu já cansei de  
1782 assistir isso. É que o conselheiro se pudesse reavaliar a posição dele, inclusive colocando como  
1783 uma regra. Já está afirmado aqui em ata. A empresa reafirma que vai cumprir as obrigações que  
1784 assumiu, a implantação da horta, e na questão do resfriamento do leite, etc. Está considerando  
1785 que a licença de operação, sabe, ela não gerará impacto, não poderá gerar inclusive. Se fizer  
1786 isso, é uma questão inclusive, de cassar a licença. Isso não teria cabimento mais, nessa altura do  
1787 campeonato. Eu, só que eu, pediria ao José Ismar, a reflexão de voltar atrás deste pedido de  
1788 vista. Este pedido de vista, data vênha, acho que ele não vai além. Ele não estender muito além,  
1789 da discussão que está tendo aqui. Então por uma questão prática, por uma questão de vocês  
1790 mesmos, não repetir o trabalho de novo. Já que na prática, não vai resultar em nada. Em nada  
1791 não, numa nova discussão, desculpe a expressão não é, vai resultar em nada. Uma discussão  
1792 diferente. Então eu só pediria isso, dentro da, pensasse, seria o caso. Aprovar. Mantendo o  
1793 seguinte, se a empresa não cumprir o que está aqui, fácil. Recomendar ou a cassação da licença,  
1794 ou uma licença vai estar num processo, o certo recomendar o órgão ambiental, porque não  
1795 concedeu a licença, porque não cumpriu o que foi comprometido perante o conselho. Muito  
1796 obrigado! **Presidente:** OK. Fica restrito a sua fala agora em função da solicitação feita pelo  
1797 advogado. **Conselheiro José Ismar:** A plenária gostaria de disser o seguinte. Também o colega.  
1798 A questão é o seguinte: para mim, para a plenária. Eu creio que a relatoria foi muito prejudicada,  
1799 em função, eu não sei de que. Eu não vou entrar nem nesse mérito. Se eu condiciono, a  
1800 suspensão do pedido de vista. Se, o caso aí. Eu acho que nem suspensão caberia, porque a

1801 questão está envolvendo terceiro. Está envolvendo lá, segundo a fala do Glauber, a questão do  
1802 município, no local ou, em satisfazer, o projeto da horta comunitária, encontrar o local. Então se  
1803 definir que este local, existe, e fechar essa questão. Aí tudo bem, resolve para mim, boa parte a  
1804 questão. Agora, está um processo complicado. Está complicado porque vem informações  
1805 posteriores, que não estão devidamente esclarecidos na relatoria. Não estão, por isso que eu  
1806 acho que procederia sim, a presença do relator no caso, para dar maior segurança. Vez que o  
1807 relator não pode ser atendido neste pedido. Penso eu, por justa causa, há necessidade do pedido  
1808 de vista. Eu permaneço com o pedido de vista. A não ser. Inclusive eu não vou conceder a  
1809 palavra, presidente, a mais ninguém. Eu mantenho o pedido de vista. **Presidente:** OK. Eu  
1810 coloquei antes que a sua fala era a última, em função até do pedido de vistas. Só respeitei a  
1811 indicativa dos dois promoverem a fala. Então, uma vez assim sendo. Fica o pedido de vista  
1812 registrado. E eu quero só alertar aos conselheiros, que a próxima plenária nossa será 28 de  
1813 outubro. Portanto, 40 dias. É, serve. Tudo que foi discutida aqui serve para o nosso aprendizado  
1814 e reflexão. De ambas as partes. O ponto seguinte é nós... Não. Se for sobre esse assunto não.  
1815 Não, então eu vou desculpar. Eu não vou conceder a fala, Juanita. Em função do pedido de  
1816 vistas. Veja bem, a inscrição foi dada para quem se inscreveu. Só um minutinho. Eu inscrevi os  
1817 dois por último. Quando o José Ismar pediu o pedido de vistas. Aí o próprio Marcelo falou assim,  
1818 vamos encerrar porque ele pediu vistas. Eu falei, não eu já tinha garantido a fala para os dois. Eu  
1819 não tinha garantido a fala para você, sobre esse assunto. Desculpa, mas sobre esse assunto não  
1820 vamos mais discutir. Hoje não, nessa plenária não. Eu vou passar ao item seguinte, eu dei o  
1821 informe sobre o UHE Candonga. Então vou deixar claro mais uma vez. O Marcelo vai dar os  
1822 esclarecimentos, em função da reunião que nós tivemos com os empreendedores. Que houve  
1823 aquiescência deles e a vontade de trabalhar numa comissão, para se tentar uma conciliação e  
1824 reativação. A mesma reunião aconteceu. Eu quero aproveitar que um dos diretores, inclusive está  
1825 aqui, que é o Glauco. A reunião aconteceu com os atingidos. E os atingidos também se  
1826 manifestaram de forma propensa, a caminhar para essa solução de problema. Nessa reunião, eu  
1827 quero que os Conselheiros saibam, que participaram, Conselheiro Marcelo, Conselheiro José  
1828 Ismar, Conselheira Cristiane, Conselheiro Geraldo e a Consolação, além dos atingidos. Então eu  
1829 vou passar para o Marcelo, para ele dar esclarecimento sobre isso. **Conselheiro Marcelo:** Sr.  
1830 Presidente, o senhor me perdoe, eu ter que voltar atrás, aqui. Antes de entrar neste detalhe. Mas  
1831 hoje eu estou na questão, da questão de ordem. Então eu quero me permitir, voltar nesta questão  
1832 de ordem. Para poder garantir a fala da Conselheira Juanita. Considerando, senhor presidente,  
1833 que quando ela se manifestou pelo o direito de fala. Ela foi a primeira a se manifestar pelo direito  
1834 de fala. E as questões foram sendo colocadas entre o empreendedor e o pedido de vista. Através  
1835 do pedido de vista do José Ismar. Só em respeito, e em cumprimento ao regimento, só que ela  
1836 pudesse fazer a fala dela. Mesmo porque não se discute mais o processo. Considerando que já  
1837 houve o pedido de vista. É só mesmo neste aspecto. **Presidente:** OK. Veja bem. Eu não tenho  
1838 nenhum problema em reconhecer equívoco, se houve erro, para a gente fazer cumprir regimento.  
1839 E as vezes, tem que quebrar mesmo. E a gente tem que. O mais importante é prevalecer aqui o  
1840 bom senso e a democracia. E assim sendo, volto à fala para a Juanita, sem nenhum problema.  
1841 **Conselheira Juanita:** Obrigada, Marcelo e Presidente! A questão da vista é fato. Eu só gostaria  
1842 de registrar aqui. Mas uma atitude que este conselho está tomando. Na minha interpretação e no  
1843 meu entendimento, equivocada. Nós tivemos um parecer conclusivo da relatora que o PAS foi  
1844 implantado. Ela sugere a prorrogação do posto de atendimento, a pedido do Conselho, para  
1845 implementar mais três ações, que não é de responsabilidade da assistente social do PAS.  
1846 Assistente social vai coordenar projeto de pintura, bordado, qual trabalho sócio educativo que  
1847 essa assistente social vai fazer? Ponto. Nós estamos tirando a responsabilidade de uma coisa  
1848 que é pública e passando para o empreendedor. Ponto. Agora eu não posso me calar diante de  
1849 entendimentos que eu entendo que é equivocado. E tem que fazer a defesa aqui. Ou significa  
1850 que: eu tenho que entender que está errado, calar-me, para poder, aprovar um projeto do  
1851 empreendimento. Isso significa que a minha fala prejudicou o empreendedor. Eu não concordo. E  
1852 a discordância também é da vista, no sentido de. Tudo bem a vista já é fato. Agora o pedido da  
1853 vista, para verificar se o PAS foi cumprido, já está mais do que comprovado que foi. Então assim,  
1854 chamando a responsabilidade desses conselheiros, da responsabilidade que a gente tem quando  
1855 vota um processo desse. Tudo bem vai ser prorrogado por mais 30 dias. Mas eu quero ver o que  
1856 vai vir diferente em cima de um parecer que está claríssimo para a gente. O que a gente está  
1857 questionando aqui, não é o parecer não. É a questão da necessidade da permanência de uma  
1858 assistente social, num posto de atendimento, para conduzir três ações que não é de  
1859 responsabilidade dela. Se tivesse outro empreendedor, se tivesse outro profissional ali, que não  
1860 fosse assistente social, eu concordaria com a sugestão da Cristiane. Mas não é papel da

1861 assistente social, horta comunitária, essas oficinas que estão colocadas e a questão de leite.  
1862 Muito obrigada! Eu estou agradecida. **Presidente:** Eu vou me permitir a não fazer comentário,  
1863 porque eu já disse que a gente ia encerrar. Mas eu penso que serviu muito, para a gente fazer  
1864 auto-reflexão. Eu não vou me permitir, para não prejudicar o processo. Mas serviu muito para a  
1865 gente fazer auto-reflexão aqui. Aqui, desculpa, mas eu não vou poder fazer isso agora. Porque  
1866 senão vai ficar muito ruim. Gente sabe por que, a situação é a seguinte. A minha preocupação.  
1867 Mas situação é a seguinte. Se eu for fazer isso. É por isso que eu não queria nem abrir. Porque  
1868 as vezes a gente fere algum tipo de situação. E aí alguém sente lesado na fala, tem o direito de  
1869 resposta. E aí nós vamos ter que abrir. Não é? Então eu prefiro não fazer isso. Gente por favor.  
1870 Nós vamos parar para o almoço. Mas eu quero primeiro só dar um informativo de esclarecimento  
1871 sobre a questão de Candonga. E o Marcelo precisa esclarecer isto para vocês antes.  
1872 **Conselheiro Marcelo:** Bem colegas. A reunião que teve ontem. Junto com os atingidos. E  
1873 considerando a reunião que teve anteriormente com o empreendedor. Eu pediria atenção, porque  
1874 isso implica na resolução, que nós cassamos. Nós cassamos a resolução que aprovava o PAS. A  
1875 implantação do PAS. Pois bem, nessas reuniões, ficou decidido que haveria uma proposta de que  
1876 o empreendimento junto com o empreendedor. O empreendedor junto com os atingidos, mais o  
1877 conselho estadual. É de se fazer uma mediação, para tentar uma solução para o problema que  
1878 está ocasionado. Diante disto, conversando com o empreendedor, conversando com os atingidos,  
1879 chegou-se a deliberação, ao entendimento para ser deliberado aqui. De que nós haveríamos por  
1880 bem, de suspender, aquela cassação que nós fizemos a resolução que cassou. Os efeitos da  
1881 resolução, até que, nesta mediação se chegue ao consenso. E isto, definindo prazos, diretrizes,  
1882 ações, metas a serem cumpridas pelo empreendedor, como também pelos atingidos. E também  
1883 nesta resolução. Colocaríamos que o Conselho Estadual é quem indicará aquela instituição, que  
1884 irá fazer a mediação. Outro ponto ficou de fora? Não? É isso mesmo. Então a proposta que a  
1885 gente vai. E a proposta que o Conselho Estadual está fazendo. É daqueles conselheiros que já  
1886 estão fazendo aquele curso de mediação. Vai ser a proposta do Conselho Estadual que seja feita  
1887 através daquela Fundação Nacional de Mediação. Isso constará da resolução, inclusive. Então o  
1888 que eu coloco aqui, presidente. É que nós temos que deliberar sobre, a suspensão dos efeitos  
1889 dessa resolução, até que a gente faça a, a essa outra resolução. É lógico que nós teremos uma  
1890 reunião. Mas a suspensão ocorrerá a partir do momento, em que nós sentarmos com o  
1891 empreendimento, sentarmos com os atingidos, e chegarmos ao consenso. Chegando ao  
1892 consenso, faremos a resolução e, neste resolução, constando a suspensão dos efeitos daquela  
1893 outra resolução que cassou. Está esclarecido? OK. **Presidente:** Veja bem, só para. Não quero  
1894 ser redundante. Mas sucintamente é, nós vamos suspender, o efeito da resolução que cassou,  
1895 até o momento que se defina. Sentado, atingidos, empreendedor. Na primeira reunião com  
1896 presença do Conselho. E o Conselho vai monitorar a concordância. Isso com base nos efeitos  
1897 que a gente está tendo muito positivo, em Laranjal. Pergunto à plenária. Está esclarecido sobre  
1898 esse assunto? Tem alguém contrário a essa posição? Alguma abstenção de votos? Então  
1899 podemos aprovar por unanimidade. Ok. Obrigado. Pois não Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Sim,  
1900 a partir do momento que nós sentarmos, estabelecermos as bases. Aí sim, que começará os  
1901 efeitos. Eu pediria aos conselheiros, somente um outro ponto. Que eu acredito que em cinco  
1902 minutos a gente pode resolver. É porque na verdade, enquanto secretário do Conselho Estadual  
1903 chegou para mim alguns documentos. E que eu acho que é importante levar ao conhecimento do  
1904 Conselho, inclusive também em respeito a ex-conselheira, nossa colega Fátima. Sr. Presidente,  
1905 chegou aqui para este Conselho hoje, nesta data, uma solicitação. Uma solicitação não. Uma  
1906 informação do SIND-SAÚDE, de que a Conselheira Vânia Regina do Carmo, que representava o  
1907 SIND-SAÚDE aqui neste Conselho. Ela está indicando, a Conselheira Maria de Fátima, para  
1908 substituí-la. Isso a diretoria do SIND-SAÚDE, está encaminhando esta documentação, em data  
1909 de 14 de setembro de 2011. Mas, agora, temos uma questão regimental que a gente tem que  
1910 apreciar aqui neste momento. Este documento é datado de 14 de setembro de 2011. Nós temos  
1911 um documento que foi enviado pela Conselheira Vânia Regina do Carmo, datado de abril de  
1912 2011. Em que ela diz o seguinte: fineza não mais depositar recursos financeiros referentes a  
1913 passagens e diárias da minha conta bancária. Devido ao acúmulo de trabalho, não disponho de  
1914 agenda para participar de reunião. O SIND-SAÚDE, indicará brevemente um substituto. Em  
1915 anexo, a prestação de contas. Esse documento é datado de 28 de abril. Então, portanto, desde  
1916 28 de abril, nós não temos a representação do SIND-SAÚDE, neste Conselho. E somente agora  
1917 que chega este documento com data de 14 de setembro. Regimentalmente, o nosso regimento,  
1918 até tive fazendo uma leitura, no artigo 40, fala que a ausência injustificada por mais de três  
1919 reuniões consecutivas, impõe a. Eu vou até me permitir a ler. A vacância. Então por uma questão  
1920 regimental, eu penso que, este documento que foi entregue aqui agora, senhor presidente. Ele



1921 está extemporâneo, como se diz no direito. Está precluso, inclusive o direito do SIND-SAÚDE, de  
1922 poder fazer a sua substituição. Há que considerar também outro aspecto. Que também chegou  
1923 para a gente aqui, um documento também. Um envio de um documento da ex-conselheira  
1924 Fátima, em que ela solicita uma vaga, como convidada, para participar da nona Conferência  
1925 Estadual. Então assim, o que dar a entender, é que o SIND-SAÚDE já tinha conhecimento desta  
1926 correspondência, e regimentalmente, considerando que desde abril até setembro, não houve  
1927 nenhuma manifestação do SIND-SAÚDE na composição do conselho estadual, na condição de  
1928 secretário eu tenho que repassar para os conselheiros e com o indicativo da vacância da vaga de  
1929 trabalhador, considerando estes documentos. **Presidente:** É, veja bem, no início aqui da reunião,  
1930 eu te dei a fala. Inclusive eu te tratei como conselheira, muito em respeito. Mas pela ausência de  
1931 estar em plenária aqui, a gente já sabia mesmo desse seu pedido mesmo de afastamento. Mas  
1932 ainda assim eu te dei a voz. Mas não como conselheira, te dei o direito de fala em função de  
1933 estar na plenária. OK. Pois não. Por favor, eu vou te conceder o direito de falar. **Conselheira**  
1934 **Fátima Bergamini:** Primeiro boa tarde. Já passei para boa tarde. Olha, eu solicitei a vaga da  
1935 conferência, porque o sindicato, agora que ele tomou a atitude. Hoje, ontem me ligou,  
1936 perguntando se eu queria estar aqui no conselho. Tanto é que eu vim. Não era meu nome que ia  
1937 ser solicitado. Então por isso que eu estou fazendo essa justificativa, porque o Conselho estava  
1938 querendo gente de Belo Horizonte, devido a não ter assim, problemas, de pessoas ocuparem e  
1939 não estar assíduo. E como eu sou assídua, eu fiz um bom trabalho, eles tornaram a me ligar, me  
1940 pedindo, Fatinha, já que você fez um bom trabalho, você quer retornar? Eu falei, quero. Então  
1941 você venha a Belo Horizonte, hoje. Eu cheguei hoje. Saí de Ponte Nova, às quatro horas da  
1942 manhã, para mim chegar aqui. E fui lá no Conselho pegar, pessoalmente, o ofício e trazer para  
1943 cá. Porque o SIND-SAÚDE estava procurando pessoas que possa não constranger novamente o  
1944 Conselho. Porque nós estávamos com dificuldade de encaminhar essa pessoa. Por isso que eu  
1945 estou a suas colaboração, porque não é por causa do sindicato. O Sindicato tem muitas pessoas,  
1946 estão todas atarefadas. E eu me dispus ontem para vir para cá. Então eu peço consideração,  
1947 porque não foi por causa do sindicato, não ter condições mesmo, devido ao número de pessoas  
1948 que... então eu peço desculpas por eu estar. **Presidente:** OK. Fátima. Obrigado, obrigado. Eu  
1949 devolvo ao conselheiro secretário Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Sr. Presidente, eu já conheço  
1950 a ex-conselheira Fátima, já de longa data. Sei do seu comprometimento, da sua participação  
1951 neste Conselho. Sempre muito atuante muito participativa. Mas o que eu trago aqui, viu Fátima. É  
1952 algo regimental que sobrepõe aquilo que a gente deseja. E em sendo assim senhor presidente,  
1953 nós temos dificuldade. Eu acho assim, que a avaliação da participação dela, enquanto convidada,  
1954 isso aí vai ficar a cargo da Comissão Organizadora, e eu acredito que não haverá qualquer  
1955 dificuldade para a sua participação. Porém, eu penso que, em se tratando em algo que é  
1956 regimental. Nós não temos como decidir aqui agora. Então eu penso que deverá ser colocado em  
1957 votação. **Presidente:** OK. Nós vamos fazer uma avaliação do processo. Fica aberto.  
1958 **Conselheiro Marcelo:** Penso que, não tem nem que ser votado. Desculpa a minha falha. Se o  
1959 regimento já prevê. Acho que já é uma decisão do colegiado. **Presidente:** O Conselheiro  
1960 secretário traz uma situação de ferir o regimento. Assim sendo, por isso que eu disse: vamos ter  
1961 um tempo aí para refletir. Quem quiser pegar o regimento para confirmar, tudo bem. Mas nesse  
1962 momento, como a gente não está com ele na mão, e nem vamos fazer isso agora. Aí a gente tem  
1963 um tempo. Se alguém tiver posição contrária, pode manifestar a tarde, nós vamos acatar. Caso  
1964 contrário, prevalece então a fala do nosso secretário. Tenha todos, um bom apetite. Podemos  
1965 retornar às 14h 30min em ponto. 14h 30min, por favor. Obrigado! Retorno após o almoço - o  
1966 Presidente Geraldo faz o sorteio de uma camisa da Conferência Municipal de Assistência Social  
1967 de Ribeirão das Neves. **Presidente:** Conselheiro Jansen então foi agraciado com a camisa da  
1968 conferência de assistência social de Ribeirão das Neves. Pronto. Obrigado, Conselheiro Adenor!  
1969 Pessoal, vamos dar seqüência. Nós já temos quorum em plenária. E nós vamos dar seqüência na  
1970 nossa pauta, no item dois, especificamente do item B. E aí é a apresentação, da comprovação da  
1971 implantação do plano de assistência social, com vistas a licença de operação, da CGH Brejaúba,  
1972 que está a cargo da Conselheira Beth Leitão. Por favor, Conselheira Beth. **Conselheira**  
1973 **Elizabeth:** Gente, boa tarde a todos e a todas. Eu quero, eu vou falar que o Presidente, porque o  
1974 presidente não foi no meu convite. Mas depois já justificou. A gente já está começando a paz, por  
1975 isso, que eu vou apresentar o PAS. Então, primeiro eu vou agradecer a Rosa, porque na  
1976 realidade, o trabalho da gente fica muito pequeno, simples, quando a Rosa e o pessoal da área  
1977 técnica, vai lá, faz visita. Então é sempre um prazer. Em trabalhar aí com o pessoal. Isso aí, é a  
1978 Alto Brejaúba. Tem dois momentos. O primeiro, o segundo é um relatório. O primeiro foi fazer  
1979 uma pequena visita aos dois municípios, que é uma oportunidade de vocês terem cultura mineira,  
1980 viu gente. O empreendimento, a implantação da central geradora, de Alto Brejaúba, os municípios

1981 atingidos. É alta não. É o Brejaúba. Eu vi. Então pode tirar, não pode não? Por isso que eu fiquei  
1982 ali confusa, quando você. É Brejaúba só. Os municípios de Santa Efigênia de Minas e Gonzaga.  
1983 Área de influência direta, com meio sócio-econômico. E, quer dizer, é capaz de impactar. A  
1984 cidade. Uma faixa em torno de. O espaço seria em torno do Ribeirão Brejaúba, na área do futuro  
1985 reservatório, acrescidas das áreas necessárias, para a implantação de dispositivos e instalação  
1986 de apoio da obra. De faixa de 30 metros de entorno, acho que é interessante destacar aqui, que  
1987 tem uma área destinada a criação, que isso é exigência do CONAMA. Mas eu gosto muito dessa  
1988 idéia da APP, que é a Área de Preservação Permanente. E corresponde ainda, a uma área de  
1989 influencia direta às áreas, localizadas ao rumo da foz das águas, da barragem. Como é que  
1990 chama, o nome? Como é que chama o nome chique lá que é, Jus... A juzante. Obrigada! O  
1991 pessoal está aí? Boa tarde. Então isso aí é só o empreendimento. Eles estão aqui. Todos nós já  
1992 sabemos também. Isso seria só um resumo. Execução do empreendimento, 12 meses. Então  
1993 vamos lá. A nossa, Santa Efigênia de Minas, aí é a historinha, ne gente. Aonde que é Santa  
1994 Efigênia de Minas. Elevada a condição de município em 62. Foi distrito de Divinópolis, com o  
1995 nome de Santa Efigênia. A edificação de uma capela em terras doadas, pelo pioneiro João  
1996 Soares, marca a origem da cidade. Então ela é situada em terras elevadas, onde o ponto alto  
1997 está a 930 metros acima do nível do mar. E é banhada pelos Ribeirões Pau Pintado e Brejaúba.  
1998 A localização é no Vale do Rio Doce, o acesso é a BR 259, a distância da capital é 192 km. A  
1999 área do município é 131.903 km<sup>2</sup>. E a população, segundo o IBGE em 2005, é de 4.835  
2000 habitantes. Que eu espero que seja um pouco mais ainda, agora. Isso aqui é algumas para vocês  
2001 verem. Olha que cidade interessante. Bonitinha. Bacana aí. Quiser passear lá, é convidado.  
2002 Porque a gente tem. Não é isso? Então pronto. Gonzaga, São Sebastião de Gonzaga, foi o  
2003 primeiro nome. Então acho que isso aí. Está na zona do Rio Doce, no início do século chegaram  
2004 às margens do Ribeirão Gonzaga, os primeiros povoadores. Joaquim Gonzaga, doa as terras a  
2005 São Sebastião, surgindo então o povoado de São Sebastião do Gonzaga. Que a partir de 1911,  
2006 passou a pertencer ao município de Guanhões. Em 23, com a criação do município de  
2007 Virginópolis, São Sebastião do Gonzaga, passa a integrá-lo. Tendo a denominação mudada para  
2008 Gonzaga de Guanhões. Que depois, em 38, reduz-se a Gonzaga, e fica como distrito e é elevado  
2009 a município em 62. Uma população de 5.482. Aí vamos ver Gonzaga. Acho que o turismo  
2010 indicado lá são cachoeiras. Nós que gostamos de cachoeira. A gente não tem o mar. Tem a  
2011 cachoeira. Isso aí é o empreendimento. Uma foto de 2011, julho de 2011. Agora vamos as  
2012 nossas questões. O posto de atendimento, foi implantado no distrito de Conceição de Brejaúba.  
2013 Área de influência direta da CGH. E este distrito está localizado a 5 km do empreendimento.  
2014 Acho que uma questão interessante que a Rosa levantou. É que o PAS de certa forma, ele foi um  
2015 elemento potencializador do CRAS, tanto de Gonzaga quanto de Brejaúba. É interessante isso.  
2016 Impactos sociais mencionados no PAS. Emprego de mão de obra risco de acidente, interferência  
2017 de saúde do trabalhador e população do entorno. Essas ações, elas executadas, que constavam  
2018 do relatório. O impacto ficou controlado, num contínuo processo até o final da obra. Então aquilo  
2019 que se temia, foi tomado providências. Quando eu falo temia, é o seguinte: são os cuidados que a  
2020 gente tem que ter com o empregado. Principalmente numa construção, porque há questão de  
2021 riscos e tal. Geração de emprego e aumento de renda local. Anúncios através da rádio local,  
2022 divulgação de informações. Sobre a disponibilidade de vagas, parece que o empreendimento  
2023 cooptou, buscou a mão de obra local. E mais do que isso, parece que ele capacitou essa mão de  
2024 obra. Então o impacto foi superado. Então você potencializou o pessoal do local. Alteração no  
2025 modo de vida das famílias atingidas. Então aí, a principal ação, foi acompanhamento contínuo  
2026 das famílias e suporte emergenciais. Impacto controlado. Negociações de terras e benfeitorias, o  
2027 processo executado de forma amigável. Parece que ficaram três grandes. Três proprietários  
2028 então, eles ficaram satisfeitos com a negociação. Próximo. Projeto de Comunicação Social e  
2029 Articulação Institucional. Visitas aos atingidos, colaboradores do entorno, e levando informação  
2030 da obra, realização de abordagens dos impactos ambientais. A situação. O projeto executado,  
2031 mas continuará até o fim da obra. Que seria esse monitoramento. A ação foi desenvolvida em  
2032 parceria com a prefeitura municipal e rádio local, polícia militar. E durante as reuniões, com o  
2033 Conselho Municipal, foi confirmada a execução desse projeto. Então parece que foi também  
2034 envolvido o Conselho Municipal de Assistência Social. Projetos de negociações de terras e  
2035 benfeitorias. As áreas de interesse do empreendimento, já foram negociadas. Sendo a venda  
2036 apenas, nas... como é que chama? Das áreas. E a opção adotada por três proprietários. É aquilo  
2037 que a gente tinha falado, a negociação. Projeto concluído. Segundo os representantes do  
2038 Conselho, a negociação foi tranquila, e os proprietários de terras estavam satisfeitos, com os  
2039 valores recebidos, visto que não atrapalhou a produção já desenvolvida nas áreas. Bom. Projeto  
2040 de Aproveitamento da Obra local. A Hy Brasil, contratou 42 pessoas dos municípios para inserção

2041 do empreendimento. Realizou capacitação para os operários e efetivou em seu quadro,  
2042 profissionais, alguns profissionais operários, para trabalharem em outras obras de sua  
2043 responsabilidade. Então projeto executado. Projeto de segurança e alerta da comunidade.  
2044 Solicitação da Polícia Militar, de rondas mais freqüentes, em torno do empreendimento.  
2045 Principalmente, na comunidade de Vassourinhas e Conceição do Brejaúba. Continuará no  
2046 próximo semestre, até o fim das obras. Foi acrescentada informação, durante as reuniões, que  
2047 também foram afixados placas educativas, e alertas nas estradas, acesso do empreendimento  
2048 em locais estratégicos, para melhor visualização e devido fluxo dos veículos. Conclusão: é que o  
2049 plano de assistência social, implementou. A proposta do plano de Alto Brejaúba, não. De  
2050 Brejaúba. Já estou vendo a Cristiane rindo ali. Eta meu deus. Brejaúba. Então atendendo as  
2051 solicitações do conselho de Gonzaga. Obrigada. Então passa para o outro. Porque aí vem o  
2052 relatório oficial lá. É só tirar aí. Já tirou? Então pronto. Aí é o termo de relatoria. Então, isso aí, do  
2053 jeito que a Rosa me centralizou, é desse jeito que a gente tem que fazer. Então eu obedeci.  
2054 Então o nome do relator. Processo. Responsável pela elaboração do PAS BARRAGEM, foi a  
2055 Rosalice. Tipo do processo: é apreciação do relatório final. E a solicitação: não teve diligência. E  
2056 a justificativa de solicitação: o empreendimento já foi realizado. O parecer consiste, na análise,  
2057 dos relatórios das atividades desenvolvidas, de acordo com o plano de assistência social. Então a  
2058 nossa relatoria é apenas para falar quantas andam o PAS. Análise do resultado. A central  
2059 geradora, foi instalada no curso do Rio Brejaúba, entre os municípios de Gonzaga e Santa  
2060 Efigênia. O relatório emitido após visita técnica constatou que todas as ações programadas foram  
2061 realizadas, em observância e controle quanto aos impactos sociais produzidos. E a alteração no  
2062 modo de vida das famílias atingidas, assegurando a execução do plano de assistência social, na  
2063 sua integralidade. Então é o que a gente detalhou. E o contexto da barragem. Para construção  
2064 central. Acho que aí a gente nem precisa. Vamos para o final aí. Parecer conclusivo: conclui-se  
2065 que a Hy Brazil implementou a proposta no plano de assistência social, da CGH Brejaúba,  
2066 atendendo a solicitação do conselho municipal de Gonzaga. E após a apreciação das benfeitorias  
2067 trazidas pela implantação do posto de atendimento social. Sugerimos a permanência das  
2068 atividades no mesmo período, de seis meses. A gente já ter indicado isso, é apenas porque neste  
2069 momento, pelo o que a Rosa relatou. Como o posto de atendimento, ele está sendo  
2070 potencializado, para capacitação profissional, tanto de um município quanto do o outro, na  
2071 extensão do CRAS. É o tempo que eles têm que terminar um pouco essa atividade de  
2072 qualificação profissional. Então é nesse sentido. De um lado, o Conselho tem sempre pedido seis  
2073 meses, para fazer um monitoramento, da implantação do PAS, após o período. Então a gente  
2074 está sugerindo isso. Que ele seja aprovado, com extensão. É importante apontar que o trabalho  
2075 realizado com apoio da empresa. Ah! Também tem uma outra questão. Que uma das linhas de  
2076 qualificação profissional, foi a disponibilidade de uma terra lá. Parece que está fazendo um  
2077 comodato. Para fazer uma implantação de uma horta, e aí com a ajuda da EMATER. Então tem,  
2078 apenas para. Ressalta-se a preocupação com os impactos sociais. Será que eu li errado. É isso?  
2079 É o mesmo. São dois empreendimentos próximos. Então nesse sentido. A metodologia.  
2080 **Presidente:** Pessoal, por favor. Eu gostaria que a gente ouvisse a Conselheira que está  
2081 relatando. **Conselheira Elizabeth:** Ressalta-se que a preocupação dos impactos sociais, quanto  
2082 à realização do empreendimento. De forma a minimizá-los e supera-los como também o  
2083 aproveitamento da mão de obra, contratada em outras frentes de trabalho, sob a  
2084 responsabilidade da empresa. Está claro? **Presidente:** OK. Então o relatório está feito. A posição  
2085 da relatora. Eu abro à plenária. Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** É que eu estou  
2086 achando interessante. Parece-me que é o mesmo empreendimento. Só muda o local? Sim  
2087 porque é muito parecido o empreendimento anterior que nos discutimos que esse  
2088 empreendimento. Entretanto, parece-me que a forma, da forma como a conselheira apresentou.  
2089 No meu ponto de vista, me clareou, me deixou muito tranqüilo quanto ao que foi colocado, e tal.  
2090 Mesmo porque num primeiro momento, na primeira discussão. Parece-me que também houve  
2091 uma dúvida, e injustamente, em cima da fala do empreendedor. E que agora a gente vê, encima  
2092 do que foi apresentado, há um clareamento maior, daquilo que foi executado pelo  
2093 empreendimento. Então eu fico satisfeito, e acho que estou em condições de voto. **Presidente:**  
2094 alguém mais quer se manifestar a respeito? Não? Conselheira Juanita se sente contemplada com  
2095 a fala do Marcelo. Podemos ir à votação? Pois não. Eu sou Geraldo, eu estou com o voto da  
2096 relatora, pela aprovação. **Conselheira Juanita:** Bom é. Eu vou me abster. Microfone sem fio.  
2097 **Conselheiro George:** George, eu sou a favor. **Conselheira Maria de Lourdes:** Maria de  
2098 Lourdes, com a relatora. **Conselheira Sônia:** Se é o mesmo do outro, pela aprovação.  
2099 **Conselheiro Márcio:** Márcio. Pela aprovação. **Conselheiro Fernando:** Fernando, com a  
2100 relatora. **Conselheira Edir:** Edir, pela aprovação. **Conselheira Miraneide:** Miraneide, pela

2101 aprovação. **Conselheiro Mario Roberto:** Mario Roberto, com a relatora. **Conselheiro José**  
2102 **Ismar:** José Ismar, eu vou me abster. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, com a relatora.  
2103 **Conselheiro Jansen:** Jansen, pela aprovação. **Conselheiro Adenor:** Adenor, com a relatora.  
2104 **Conselheira Nívia:** Nívia, pela aprovação. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, pela aprovação. Mas  
2105 eu queria qualificar meu voto presidente. Considerando o que se ocorreu na deliberação passada,  
2106 do outro empreendimento, que guarda as mesmas características. Isso nos traz uma outra  
2107 questão, que a gente deve debruçar agora, sobre o que vai ser discutido, considerando que neste  
2108 momento, a gente aprovou, a gente está aprovando. O PAS do empreendimento, nas mesmas  
2109 características do anterior. E no anterior, há um pedido de vista. Eu gostaria de qualificar meu  
2110 voto, pela aprovação também, mas com essas considerações. **Presidente:** OK. Então nós temos  
2111 uma plenária que aprova, o PAS para este empreendimento, registrando duas abstenções. E  
2112 nenhum voto contrário. Conforme o Conselheiro Marcelo, qualificou o voto. E pela abstenção de  
2113 dois conselheiros. Que em função do que foi votado no PAS anterior. E foi discutido. Isso me faz  
2114 chamar uma reflexão aqui. Eu quero compartilhar com a plenária, no sentido de:  
2115 regimentalmente, nós temos que respeitar a vontade do conselheiro, quando pediu vistas ao  
2116 processo. Uma vez a gente vê esse relato, se, em se tratando desse relato do mesmo  
2117 empreendimento. E o relato que foi feito no empreendimento, na parte da manhã. Fica claro que,  
2118 existe uma necessidade de reflexão maior, por todos nós. Mas, eu diria até do Conselheiro José  
2119 Ismar, que está com vistas ao processo. Eu só pediria ao Conselheiro se é possível ultimar, essa  
2120 vistas que você quer dar ao processo, até o dia 30, no máximo. E peço a plenária. Solicito a  
2121 plenária, que: se o Conselheiro José Ismar, fizer essa apreciação até o dia 30, conforme  
2122 sugestão. Que fica essa plenária. Autorize a mesa diretora. Assim que tiver no dia 30, o processo  
2123 relatado por ele, de vistas. A mesa diretora possa apreciar e deliberar no dia 04 de outubro. Para  
2124 que não exista perda de tempo, em relação à causa, a possíveis perdas ao empreendedor. Por  
2125 situações que a gente não sabe, de que maneira vai ser analisada por parte do Conselheiro. Isso  
2126 a gente evita de gastar mais quase um mês, porque a nossa próxima plenária será no dia 28 de  
2127 outubro. Então eu peço a consideração do Dr. José Ismar, que fez o pedido de vistas. Se é  
2128 possível fazer dar o resultado desta vista até o dia 30. E a mesa diretora fica convocada  
2129 extraordinariamente, para até o dia quatro(4), dar o retorno deste processo. E aí eu peço ao José  
2130 Ismar que se manifeste. E logo em seguida, eu peço a plenária se está de acordo ou não?  
2131 **Conselheiro José Ismar:** Até nas palavras aí já falada. O processo gente, do jeito que foi  
2132 conduzido, ele gerou uma confusão. Que no entendimento deste conselheiro, não há uma  
2133 semelhança, no sentido, quando você vai analisar a questão do projeto da horta comunitária.  
2134 Uma vez que o representante manifestou, a questão, que ficou prejudicada, em detrimento a  
2135 apresentação da relatora. Em face disso, a justificativa do pedido de vista. Que não precisava  
2136 nem ser justificada, mas. Eu gostaria de falar presidente, que da minha parte tudo bem, sem  
2137 problema. Eu estou disponível, no dia 16 poderia estar marcando. 16 não, 26 e no dia 4,  
2138 prontamente. **Presidente:** Eu pergunto à plenária, se a sugestão é boa? Se houver alguém ao  
2139 contrário, manifeste. Pois não Conselheiro Márcio. E logo em seguida Conselheira Juanita.  
2140 **Conselheiro Márcio:** Pelo nosso processo de votação. Nós não temos que ter a qualificação de  
2141 cada um dos votos dos conselheiros. E remetendo para a mesa diretora, nós estaríamos  
2142 atendendo ao regimento? **Conselheira Juanita:** Bom. Eu gostaria de fazer uma colocação. Eu  
2143 me absteve da votação. Em coerência da minha fala na parte da manhã. E trago a esta plenária  
2144 aqui, uma consideração. Uma foi colocada pelo nosso presidente. E eu vou colocar outra para o  
2145 Conselheiro José Ismar, e para reflexão dessa plenária. Porque essa plenária aqui aprovou um  
2146 PAS, a execução de um PAS, com a solicitação da conselheira, de prorrogação do PAS, por mais  
2147 seis meses. Eu penso da nossa dificuldade, em ficar com um PAS aprovado e o outro em vista  
2148 para análise e para a mesa diretora. Então não seria a hora de rever essa situação? E reverter a  
2149 vista. Conselheiro? Ou fica mantida ainda a vista com essa situação. Mesmo eu me abstendo. E  
2150 aí eu trago você e esse conselho e essa plenária a reflexão. **Conselheiro José Ismar:** A questão  
2151 da vista, eu volto a repetir. Resolvido a questão, da horta, colocada aí em contestação, pela parte  
2152 do empreendedor. Para mim sanou o processo. Sanou não tem problema nenhum. Se o  
2153 empreendedor se manifestar aqui, em relação a essa questão. Porque ficou uma questão muito  
2154 conturbada, muito conturbada, com o comparativo, entre a relatoria e a manifestação do  
2155 empreendedor. Sanando-me. Sanando-me essa controversa, eu me dou por satisfeito.  
2156 **Presidente:** Bom neste caso, eu gostaria de ouvir o empreendedor, se ele quiser se manifestar.  
2157 Por favor. Passa o microfone para ele para mim. **Empreendedor:** Prezado Conselheiro José  
2158 Ismar, Conselheira Cristiane, Rosa. Realmente eu saí daqui, fui almoçar e fiquei apenas  
2159 pensando se houve uma má expressão de minha parte. Mas o que eu quero deixar claro, é que: a  
2160 horta, o empreendedor não é contrário a horta, em hipótese alguma. O mais complicado da horta,

2161 e realmente a estrutura. De construir essa estrutura. E felizmente nos temos construtora com  
2162 capacidade para construir a estrutura da horta. Só que nós deixamos na mão da secretária Maria  
2163 do Rosário, para ela definir, a real necessidade, desta horta. Porque eu estive presente na  
2164 reunião, onde foi convocado as mulheres e alguns poucos homens, que queriam trabalhar na  
2165 horta. E eu vou ser sincero. O comentário geral era assim: para mim é um pouco complicado,  
2166 largar meu emprego e mexer com a horta. Vai dar um volume bom financeiro esta horta? Vai dar  
2167 realmente para eu largar meu emprego e assumir? Que com a horta eu vou ter rendimento. Eu  
2168 fiquei numa situação que é assim: Eu não posso ser irresponsável de te garantir que sim. Passei  
2169 a bola para a Maria do Rosário, que é a secretária de assistência social do município. Falei  
2170 assim: Rosário, o empreendedor se prontifica a ajudar, se você precisarem. Só não pode ser em  
2171 nossa propriedade. Por questões jurídicas como foi citado anteriormente. Mas o próprio  
2172 município, ele tem que entender se vai ter realmente essa mão de obra. As pessoas lá têm  
2173 emprego na grande maioria. O índice de desemprego naquela comunidade não é tão alto. As  
2174 pessoas que estão desempregadas têm que cuidar de uma casa. Eles falam: eu tenho que cuidar  
2175 dos meus filhos, eu não tenho onde deixa-los. Eu estou aqui, eu tenho que cozinhar, eu tenho  
2176 uma hortinha aqui no fundo aqui de casa. Então já existe. A questão da horta talvez, foi que criou-  
2177 se um expectativa num projeto, que na teoria ele é espetacular. E eu já vi esse projeto de horta  
2178 funcionar. Eu trabalhei em outros projetos maiores, onde funcionou. No Tocantins eu vi duas  
2179 horas funcionando, e prosperaram. Mas teve uma questão, muito bem estudada. Aqui estava  
2180 muito embrionária a questão da horta. E nós passamos a bola para a secretária de assistência  
2181 social que, o empreendedor se compromete a fornecer a estrutura. Mas vocês têm que arrumar o  
2182 terreno, e avaliar se realmente haverá essa demanda. Se as pessoas da comunidade estão  
2183 dispostas a largar o emprego delas, para mexer com a horta. Porque muitos já estão  
2184 empregados. E os que não estão tem que avaliar se vão deixar de cuidar da casa delas, para  
2185 cuidar da horta comunitária. Trabalhar para outros que estão com outro emprego. Então ficou  
2186 uma coisa no ar a questão da horta. **Conselheira Juanita:** Empreendedor, só uma questão de  
2187 ordem. O que o Conselheiro está te perguntando. A gente entende toda essa situação. Mas o que  
2188 o Conselheiro esta perguntando é. Foi aprovado um projeto, conforme sugerido pela relatora.  
2189 Que é, cumprimento do PAS, com dilatação do prazo da permanência do PAS, do posto de  
2190 atendimento social, com assistente social por mais seis meses. No caso do segundo, tem a  
2191 mesma sugestão, a questão da horta, a questão da questão do leite, e a questão das oficinas  
2192 sócio educativas. Significa que o posto é único, para os dois empreendimentos. Não é isso?  
2193 Significa que ele quer um compromisso do empreendedor da manutenção disso no  
2194 empreendimento que ele pediu vista. É só isso? Positivo? **Empreendedor:** Positivo. **Conselheira**  
2195 **Juanita:** Muito obrigada, empreendedor! **Presidente:** OK. Nós estamos entendendo que o  
2196 Conselheiro José Ismar em função da apresentação, que o empreendedor faz irritado. Faz uma  
2197 retratação. Naquilo que foi dito, existe a compreensão por parte do Conselheiro. E dizer que não  
2198 mais precisa haver vistas do primeiro processo. É isso que nós estamos entendendo?  
2199 Conselheiro José Ismar? **Conselheiro José Ismar:** Diante da fala do empreendedor. Que ele se  
2200 coloca no compromisso, ele assume aqui publicamente, o compromisso de estar levando este  
2201 projeto na pauta lá de discussão com o município. E segundo, o esclarecimento dado, pelo  
2202 próprio que: já há um questionamento aos interessados, e os interessados têm dito e questionado  
2203 até da dúvida, da eficiência do projeto. Então, trabalhando dentro desta ótica, que o  
2204 empreendedor se compromete, a levar adiante essa discussão. Buscando nessa negociação, a  
2205 satisfação naquilo que puder de proteção ao atingido. Eu creio presidente, que para mim bastaria  
2206 isso. Eu vou dar esse crédito, vou dar esse crédito ao empreendedor e retiro a vista. **Presidente:**  
2207 OK. Pessoal. Eu quero aqui enaltecer a sua posição José Ismar. Porque melhor que pensar  
2208 grande, é ter a nobreza de pensar, assim. Então, parabéns pela atitude. Porque pela  
2209 manifestação que a gente viu de manhã. A gente viu que existiu um equivoco, entre a fala que foi  
2210 trazida por parte do empreendedor, ele aqui se retrata. E ao mesmo tempo se dá por convencido  
2211 à sua pessoa, enquanto pedido de vistas. E aí, se a plenária, considera devidamente  
2212 esclarecido, eu vou ao processo de votação. Pode ser assim? É esclarecimento? Pois não  
2213 Conselheiro Adenor. **Conselheiro Adenor:** Conselheiro Adenor. Só queria. Só para clarear aqui  
2214 a minha memória. Se nós passaremos a votar esse outro projeto. Da forma que foi apresentado  
2215 pela relatora? Com o pedido de que permaneça por seis meses a assistente social. OK  
2216 Presidente. Satisfeito. **Presidente:** Pode ser assim? Então neste caso. Como os dois foram  
2217 apresentados. Existiu um pedido de vistas do primeiro processo. O voto deve ser qualificado.  
2218 Então, podemos votar os dois juntos? Pode ser? O projeto primeiro e o segundo. Ele não foi  
2219 votado em função da retirada do pedido de vistas. OK. Desculpe. Desculpe. Estou fazendo  
2220 confusão. Foi equivoco meu agora. Conselheiro Márcio, a situação anterior regimentalmente

2221 poderia prevalecer. Já não é mais o caso. Então nos vamos passar, com a retirada de vistas do  
2222 Conselheiro José Ismar. A gente passa a votação do primeiro. OK. Então eu voto com a relatora  
2223 pela aprovação do PAS. **Conselheira Juanita:** Juanita, com a relatora, pela aprovação.  
2224 **Conselheiro George:** George, com a relatora, pela aprovação. **Conselheira Maria de Lourdes:**  
2225 Maria de Lourdes, com a relatora. **Conselheira Sônia:** Sônia, enfim, pela aprovação.  
2226 **Conselheira Juanita:** Com a relatora. **Conselheiro Márcio:** Márcio, com a relatora.  
2227 **Conselheira Elizabeth:** Beth Leitão, com a relatora. **Conselheiro Fernando:** Fernando, com a  
2228 relatora. **Conselheira Edir:** Edir, com a relatora. **Conselheira Miraneide:** Miraneide, com a  
2229 relatora. **Conselheiro Mário Roberto:** Mário Roberto, enfim, com a relatora. **Conselheiro José**  
2230 **Ismar:** Ou para manter a coerência. Como o prazo aí, o direito não socorre aqueles que dormem.  
2231 Como eu já, me abstive no primeiro. Eu vou me abster também, pela confusão aí. **Conselheiro**  
2232 **Jansen:** Jansen, com a relatora. **Conselheiro Adenor:** Adenor, com a relatora. **Conselheiro**  
2233 **Nívia:** Nívia, pela aprovação. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo acompanho a relatora. **Presidente:**  
2234 OK. Então nós temos uma abstenção. Com um voto qualificado. E os demais pela aprovação do  
2235 projeto. Eu quero parabenizar esse colegiado, pela compreensão. E pela reflexão feita, ao longo  
2236 do tempo. E parabenizar aos empreendedores, por entender, como é que esse plenário funciona.  
2237 Para nós, a cada momento que acontece uma coisa diferente, é um aprendizado. Mas podem ter  
2238 certeza, enquanto empreendedores, que este colegiado se prima pelo princípio da justiça.  
2239 Independente de estar com A ou com B. É estabelecer a proteção social. Muito obrigado pela  
2240 presença. Mas fiquem à vontade, se quiserem continuar conosco. A gente então dá seqüência ao  
2241 nosso ponto de pauta. E passamos. Pois não? Só um minutinho, por favor. OK. Já te passo a  
2242 fala. Só um minutinho. Eu te dar a fala ta Fátima. Eu gostaria de, antes até. Eu só librei a minha  
2243 companheira, Guilhermina da Catarina Teixeira Torga, dessa confusão do seu primeiro dia que  
2244 está conosco. Mas a carta, por parte do Estado, através do Secretário de Estado da Fazenda, já  
2245 chegou as minhas mãos. Então eu gostaria de empossá-la como Conselheira deste Conselho.  
2246 Pessoal, eu já falei por duas vezes aqui. Nós teremos a plenária do mês de outubro, no dia 28 de  
2247 outubro. Nós gostaríamos de ter a presença maciça dos conselheiros, uma vez que, será a  
2248 plenária, onde estarão, estes conselheiros, na sua plenitude. E logo em seguida nós teremos a  
2249 posse dos novos conselheiros. Que serão eleitos na conferência estadual no dia 20, 21 e 22.  
2250 Portanto, a conferência de novembro, certamente, haverá a posse daqueles que serão  
2251 contemplados na conferência, que pode haver alguns conselheiros, que se repetirão em  
2252 mandato. Eu gostaria de lembrar disso. Portanto será a última conferência com este colegiado.  
2253 Que pode haver alterações. Com certeza haverá. Por parte da sociedade civil, cujo processo  
2254 eleitoral, será pioneiramente, Minas Gerais mais uma vez, numa maneira muito democrática, na  
2255 Conferência Estadual de Assistência Social. Dando seqüência a nossa pauta. O item 3 diz  
2256 respeito a plenária de outubro. Solicitação da Subsecretária. E para apreciação e deliberação do  
2257 Pacto de Aprimoramento de Gestão. Então nos vamos ter uma apresentação aí secretária? OK.  
2258 Quer falar a respeito? Pois não. Por favor. **Conselheira Nívia:** Na verdade eu só queria justificar.  
2259 Que nós fizemos uma solicitação de dilatação do prazo, de entrega do pacto ao CONCEAS e a  
2260 CIT. Em função de alguns, é, algumas. Me ajuda aí Juanita. Algumas particularidades da  
2261 secretaria, com relação ao PPA, com relação a própria organização da conferência de assistência  
2262 social. A troca das subsecretárias. Houve uma troca das três subsecretarias da SEDESE. A  
2263 mudança para a cidade administrativa, a mudança de lugar. Então isso tudo culminou com um  
2264 atraso, na elaboração do pacto. E aí quando eu assumi a subsecretaria, a coisa já estava bem  
2265 mastigada. O pacto já está em fase de elaboração, já quase de conclusão. Mas em função do  
2266 PPA, a gente discutiu com o Secretário e entendeu por bem, pedir um adiamento de mais 60  
2267 dias, para que a gente fizesse um pacto em consonância com o PPA. Que já está também em  
2268 fase de conclusão. Aí tivemos a confirmação da dilatação do prazo, para até 31 de outubro. Ele já  
2269 está bem adiantado. Então nós pedimos também, para já agendar a apresentação, na próxima  
2270 plenária. Para que a gente possa então, aprovado neste Conselho, a gente encaminhar para o  
2271 FONCEAS e para a Comissão Intergestora Tripartite (CIT). Então, na próxima plenária a gente já  
2272 vai estar com ele concluído e sendo apresentado aqui, para apreciação e aprovação deste  
2273 Conselho. **Presidente:** OK. Assim sendo, passamos a pauta e Comissão de Normas, para fazer  
2274 a apresentação. Conselheiro. Como? Sim o seu ponto de pauta será após. Isso. OK. Nós na hora  
2275 não falamos. Normalmente, quanto pede o ponto de pauta, a gente deixa para seguinte à pauta,  
2276 para não prejudicar aquilo que já estava pensado e planejado. Sendo assim, eu submeto à  
2277 plenária. O Conselheiro Adenor precisa sair e eu gostaria de fazer a colocação dele agora. Que  
2278 foi um ponto de inclusão de pauta, aprovados por nós mesmos. Pode ser agora? OK. Eu só  
2279 gostaria Adenor, de antes de você falar, dar a palavra, por favor, para Fátima. Ela pediu a fala ali.  
2280 **Conselheira Fátima:** Eu vim aqui numa oficina de saúde. Que eu tive lá agora. E aí o pessoal

2281 ficou muito chocado com a notícia. Que a gente não esperava ser desligado. E em nome do  
2282 SIND-SAÚDE, se tiver condições, dessa plenária voltar na permanência do SIND-SAÚDE, nesse  
2283 Conselho. Que é de grande importância para ele. E aí eu vim só reivindicar da gente não ser  
2284 desligado. Devido a gente estava com dificuldade de pessoas, com condições de assumir o  
2285 Conselho no trabalho melhor. Então é só em nome, para a entidade permanecer. Obrigada!  
2286 **Presidente:** OK. Fátima, obrigado! Acho que é importante você fazer a consideração sim, porque  
2287 a entidade sindical representa o trabalhador e tem essa importância. Agora nós temos questão de  
2288 ordem regimental, que foi trazida por nosso secretário. E devidamente resguardada por  
2289 normativa. Mas ainda assim, nós teremos um processo eleitoral, cujas inscrições já aconteceram,  
2290 e que vai acontecer na plenária de outubro. Então esse conselho prima por, somar e não dividir.  
2291 Tenha essa certeza. Por favor, Conselheiro Adenor. **Conselheiro Adenor:** Vamos lá. O assunto  
2292 é um pouco delicado, Sr. Presidente, porque envolveu a minha pessoa, o meu município, o  
2293 Conselho Estadual, o CEAS e a União de Conselho da Região Metropolitana. Vou narrar os fatos.  
2294 No dia 31 do mês que passou, aconteceu a reunião da união do conselho, como eu havia e como  
2295 eu sempre fiz aqui neste conselho. De colocar a data, cidade e horário onde aconteceria ou  
2296 acontece nas reuniões. E no dia 31, aconteceu em Pedro Leopoldo, a pedido da cidade, que há  
2297 dois meses antes, pediu com fosse lá. Eles foram um dos primeiros municípios a fazer a  
2298 conferência municipal, primeiro, um dos primeiros. Não sei se o primeiro, ou um dos primeiros. E  
2299 aí, ficou prejudicado. Porque eles tinham tido um problema lá. Porque o Senhor Elcio, que era  
2300 nosso companheiro da união de conselho. Veio a falecer. Cerca de oito meses atrás. Era um  
2301 companheiro assim, inseparável. E aí, depois que o Sr. Elcio faleceu, ele responderia, naquela  
2302 cidade por vários conselhos. E dentre eles, a união dos conselhos, é onde ele estava muito  
2303 afinco, pois bem, ficaram desarticulados e ficaram uns oito meses sem participar. Aí quando  
2304 voltaram. Quando nós fizemos contato como sempre fazemos, mandamos um e-mail, ligamos.  
2305 Eles pediram para que fosse dia 31 lá na cidade deles. E coincidiu que no dia 31, eu e Rosa e  
2306 Marcelo estávamos fazendo o Encontro Regional em Almenara. E como chegamos aqui já à  
2307 noite. Impossível, porque naquele lugar longe. É novecentos quilômetros(900km) praticamente  
2308 daqui lá. Saímos cedo, mas não conseguimos chegar aqui antes da noite. Eu não pude estar  
2309 presente. E naquela data, dia 31. A pauta seria eleição, dos nomes dos municípios que  
2310 representaria este Conselho, ou vai fazer representar na conferência, a eleição que vai acontecer  
2311 lá. O município de Ribeirão das Neves, na minha pessoa, está qualificado aqui, para ser votado e  
2312 votante, como candidato a reeleição deste Conselho aqui, para me manter no Conselho. Porém  
2313 eu não estava lá. Falei com a Sra. Keyte, que é a vice-presidente em exercício e porque está sem  
2314 o presidente, que eu não iria, porque eu estava viajando, que eu não poderia ir. Não falei com ela  
2315 pessoalmente, deixei três recados com um senhor com nome de Renato, que trabalha com ela.  
2316 Posteriormente, lá no hotel, liguei para minha secretária, e pedi para que ela assim avisasse  
2317 novamente que eu não tinha conseguido falar com ela, nem no celular dela. E por infelicidade, a  
2318 Keyte chegou à reunião em Pedro Leopoldo. O Sr George está aqui, estava presente. Ela chegou  
2319 lá faltando quinze para as cinco, quando as nossas reuniões, da União do Conselho, termina  
2320 cinco horas. Quando ela lá chegou, os municípios que estava lá que era seis. Seis não foi  
2321 George? Mas ela que nem assinou nem a lista, nem consta. Só consta que ela estava lá, porque  
2322 ela estava lá, ela narrou os fatos. Eles deliberaram que o município que seria o representante do  
2323 seguimento do governo, seria Belo Horizonte. Na pessoa da Senhora Ana. Não. Ana não estava  
2324 presente, Mas assim o município ainda a indicou. E aí a Keyte chegou e tentou uma defesa  
2325 dizendo que. Explicando porque ela tinha chegado atrasado. E o secretário daquela cidade,  
2326 Senhor Leonardo, se não me falha a memória. É isso mesmo seu George. Disse a ela que ela  
2327 não poderia sequer mais falar nada, que a reunião estava encerrando. E ela não estava lá. E eles  
2328 conduziram os trabalhos lá e os trabalhos estavam decidido daquele jeito. Naquele momento,  
2329 colocou a cidade de Brumadinho, Santa Luzia, Lagoa Santa no seguimento da sociedade civil. E  
2330 aí, no outro dia, ficamos sabendo que Brumadinho, não tinha sequer habilitado aquilo nem como  
2331 votante. Gerar como candidato. E aí houve uma necessidade de fazer uma reunião  
2332 extraordinária. Eu mandei para este Conselho, um e-mail, na pessoa da Senhora Elizabeth,  
2333 pedindo para que fosse informado a este Conselheiro, quais os municípios estava apto, ou para  
2334 candidatar ou para votar, e fui negado pela senhora, senhorita Consolação. Por telefone, dizendo  
2335 que não poderia me dar essa informação, porque isso era privilégio na qualidade de conselheiro  
2336 que eu sou. Pois bem, agradei e viajei. Talvez até vivi. Mandei para o Senhor, presidente, um e-  
2337 mail, pedindo que o senhor reconsiderasse, e que nos desse uma oportunidade de fazer, uma  
2338 reunião extraordinária para nós tentarmos clarear isso. Eu uso inclusive este termo, para tirar as  
2339 dúvidas. Também não fui respondido. E aí nós fizemos uma reunião, dia 13, em Belo Horizonte,  
2340 na Sub-secretaria. Lá na casa da Beth. Da colega Beth Leitão ali. Muito acolhedor. E não fui

2341 sequer autorizado a fazer minha própria defesa. No sentido de ele estava posto, que estava  
2342 definido e que não voltaria atrás. E nos coube simplesmente, decidir sobre os usuários. Ou seja,  
2343 a entidade que comporá esse CEAS se for eleito, que estava entre Lagoa Santa, Santa Luzia.  
2344 Brumadinho tinha saído do páreo, porque teve um problema. E portanto, nós estava naquele  
2345 debate, quando eu tive a fala. Eu tentei considerar, achar que aquilo não estava correto. Porque é  
2346 o membro da mesa diretora dessa união. Conselheiro Estadual, viajando a serviço deste  
2347 Conselho. Sequer o meu nome foi citado, foi falado, em momento algum. O Seu George está  
2348 aqui. O senhor poderia por gentileza depois, clarear isso, confirmar isso, ou não. O Senhor que  
2349 estava presente. Então, no meu pensamento, ficou assim, muito claro. Nada contra Belo  
2350 Horizonte, pelo contrário. Quero dizer, aqui. Já disse e volto a repetir. O Sávio e outros  
2351 companheiros de Belo Horizonte. Foi que mais nos ajudou nessa união. Foi quem começou essa  
2352 união. É quem trazia para nós, as capacitações, porque é profissional da área. E, além disso, tem  
2353 uma bagagem enorme. Não estou contra Belo Horizonte, pelo contrário. Disse aos colegas e  
2354 voltei a repetir. Se eu estive lá e entrasse entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Eu podia  
2355 perder por um voto ou perder por dez. Eu teria suficientemente, consciência e clareza, como  
2356 tenho dos meus atos. De ir lá cumprimenta-lo, e falar assim: parabéns Belo Horizonte, vamos  
2357 trabalhar juntos. Então faltou lealdade, eu usei esse termo lá, está em ata. Faltou lealdade dos  
2358 companheiros que estavam lá, de não citar o meu nome. Faltou lealdade da Keyte, porque ela fez  
2359 uma defesa calorosa. Advogado para ela perdeu. Porque ela fez uma narrativa assim de, ...  
2360 tirando o suspiro de qualquer um. Mas todos contra a minha pessoa. E eu trago estes fatos  
2361 presidente. Mas já estou convicto, de que ficarei fora do próximo colegiado. Porque Belo  
2362 Horizonte se intitulou, ganhou, e confirmaram. E não me deram chance de tentar, falar que no  
2363 processo não estava correto. O Senhor considerou, e deu um prazo para que nós fizéssemos  
2364 uma extraordinária, foi considerada. Achei aqui interessante. Deixar aqui de público. Mas, eu  
2365 narrou esses fatos, eu narro esses fatos, dessa maneira e trazendo assim, muita tristeza, porque  
2366 não quero acento em união, não quero acento no CEAS, por ter não. Eu queria ter simplesmente  
2367 o respeito das pessoas, com a minha pessoa e com o meu município. Do qual a gente faz parte  
2368 da região metropolitana. Portanto, esse Conselheiro, será a última plenária. Talvez a última será  
2369 outubro. Vai ter outubro? Outubro ainda vou vir é claro. Eu comecei aqui e aprendi muito com  
2370 vocês todos. Sou grato de mais. Consolação, já disse e volto a repetir. Você é ouro para este  
2371 Conselho. Ouro para este Estado. Mas você teria ter respondido o meu e-mail, em respeito pelo  
2372 menos o e-mail que eu mandei, por escrito. Foi por telefone e colocou dessa maneira. E eu faço  
2373 uma pergunta a você. Você respondeu para mim que não, como secretária executiva ou como  
2374 membro da comissão? Eu pergunto a você neste momento. Deixa eu só concluir. Portanto senhor  
2375 presidente, eu quero deixar registrado. Vai dizer que é o seguinte: o meu coração não tem lugar  
2376 para mágoas, eu sou homem suficiente para resolver meus problemas. Mas meu município com  
2377 certeza ficou muito triste, vai ficar muito triste. A minha secretária não sabe disso ainda. Amanhã  
2378 eu vou ter uma reunião com ela. Vou colocar ela a par, porque ela me autorizou. E quando eu  
2379 estou na união. Seja onde eu estiver. Quando eu estou no CEAS, dois dias, três dias, viajando.  
2380 Para o meu prefeito, para minha secretária, Senhora Gláucia Lofi. Eu estou em serviço na  
2381 prefeitura de Ribeirão das Neves. Nós temos isso muito claro. Que a participação do conselheiro  
2382 quando ele está aqui, ele está trabalhando. E se ele está trabalhando pela municipal, e ele está  
2383 aqui ele está trabalhando. Então conta como o ponto estivesse sendo assinado. Só queria  
2384 registrar isso e agradecer, cada um e cada uma que me ouviu. E fiquei muito feliz ontem com a,  
2385 na reunião de comissão. Onde eu socializei isso com as pessoas, que estava lá, Marcelo,  
2386 Juanita, companheira Lourdes, Sônia, Jansen. Quem mais? Bom. Inês. Que é nossa técnica de  
2387 referência. E fiquei muito feliz, que eles me ouviram. Eu estava muito abafado, eu me emociono a  
2388 toa, sabe. Porque uma coisa é falta de caráter, sabe. Outra coisa é as pessoas achar que você é  
2389 criança, ou qualquer coisa parecida. Perdão por ter ligado para o senhor, aquela hora da noite,  
2390 aquele dia. Mas eu estava abafado com aquilo. Porque deslealdade para mim é uma palavra que  
2391 não tem no meu dicionário. Muito obrigado! **Presidente:** Eu estou com a inscrição do Conselheiro  
2392 Marcelo. Mas quero primeiro, fazer alguns comentários. Primeiro conselheiro Adenor. O que você  
2393 traz aqui, muita dessa história eu conheci, pelo próprio telefonema que você me deu. Eu estava  
2394 em viagem também por este Conselho. Quando ele me ligou. Acho que eram umas nove horas  
2395 da noite. E apavorado. Geraldo aconteceu uma coisa aqui, eu estou apavorado. E me contou  
2396 parte desta história. A primeira situação é o seguinte: consideração, por todos os conselheiros,  
2397 esse Conselho tem, essa plenária tem, a secretaria executiva sempre teve e tem. Tanto é que, o  
2398 prazo que foi estendido, para que houvesse inscrições outras, e de quem tinha esquecido, ou não  
2399 tinha mandado, por alguma outra situação. Foi dado em função, de um pedido, desse conselheiro  
2400 que acabou de falar. Adenor. Foi estendido o prazo por esta plenária, autorizou, 30 dias. Ainda



2401 assim, por uma coincidência. Ele acabou de narrar o fato, vocês ouviram. Ele estava a serviço do  
2402 conselho, no Vale do Jequitinhonha. Há quase mil quilômetros. E no dia, aconteceu uma reunião  
2403 aqui. Da metropolitana. Da URCMAS da metropolitana. O Conselheiro Adenor é a mesa diretora,  
2404 faz parte da mesa diretora da metropolitana. O problema é que quando ele mandou o e-mail para  
2405 cá, para esse Conselho. E aí ele pediu para a técnica Beth. Beth quem são os conselhos  
2406 inscritos? Então a Beth não respondeu. Como deveria ter feito isso. Passando a Consolação, a  
2407 resposta da Consolação. Não estou aqui para fazer a defesa dela. Estou aqui para mostrar o que  
2408 aconteceu de fato. Depois ela está aí, pode falar por parte dela. Mas todo processo eleitoral, de  
2409 inscrição para votar e ser votado. Está restrito à comissão que nós nomeamos. Nem este  
2410 presidente sabe quem estava ou quem estivesse lá dentro, inscrito para votar ou ser votado.  
2411 Porque? Porque realmente é uma informação privilegiada. Porque se eu. Vou fazer o meu caso.  
2412 Se eu quisesse ter acesso a esta informação antes do processo. Eu saberia quem é que se  
2413 inscreveu para representar o trabalhador. Por exemplo. Então eu poderia me articular. Então  
2414 seria um privilegio ter esse nome. Então ninguém teve acesso a isso a não ser a comissão. E a  
2415 responsável pela comissão é a Consolação. Porque esse plenário nomeou assim. Então veja  
2416 bem. Então não acredito que foi em função de te dar resposta por telefone, ou por e-mail. Por  
2417 telefone. Com toda certeza a gente tem trabalhado de noite. É, as viagens nossas, em hotel que  
2418 a gente tem trabalhado de noite. Tudo isso que vocês viram de normativa, foram feitas ou de  
2419 manhã cedo, sete ou depois das sete horas da noite, nas nossas viagens. Não é' Então todos nós  
2420 estamos trabalhando muito. Então, penso que não foi nada de pessoal com o conselheiro Adenor.  
2421 Mas sim, com qualquer que fosse o conselheiro, inclusive comigo presidente. Que mesmo sendo  
2422 presidente, não teria o direito de ter acesso a este tipo de informação. Está restrita a comissão. O  
2423 problema é que isso aconteceu, e expirava o prazo dos trinta dias dado depois, concedido ele.  
2424 Editamos outra resolução. Gastamos mais dinheiro para editar a resolução, para dar o prazo. E  
2425 ainda assim coincidiu. E aí eu penso. Eu penso, que como a normativa que rege as uniões de  
2426 conselho, não diz respeito a este Conselho Estadual. Este Conselho Estadual, ele fortaleceu e  
2427 fortalece as uniões de conselhos. Inclusive fizemos isso através de resolução. Inclusive  
2428 privilegiamos as regionais onde tem a união de conselhos, para fortalecer. Mas não interferimos.  
2429 Nesse espaço institucional que é democrático. E cabe tão somente, a democracia, desse espaço,  
2430 aos municípios que fazem parte da união de conselhos. E assim sendo, penso que o equívoco  
2431 maior, ou a não compreensão, não quero julgar o fato. Ou a compreensão, ou o equívoco, ou a  
2432 maneira pela qual foi tratada. Diz respeito, a mesa diretora da união de conselhos da  
2433 metropolitana. Porque não quis considerar essa situação, ou não considerou. Eu não estou aqui  
2434 para julgar esse fato. E você está em viagem, sendo mesa diretora e ter feito a intervenção que  
2435 fez, e a mesa não considerou isso. Então essas considerações, eu penso que diz respeito a união  
2436 de conselhos. E aí não cabe interferência desse plenário. Não cabe interferência do Conselho  
2437 Estadual. No meu entendimento é isso. No que diz respeito a resposta. Você me citou, porque  
2438 mandou um e-mail para mim. E aí eu quero socializar com todos. O e-mail pela qual ele  
2439 encaminha ao presidente. E quem quer que seja encaminha. É assim. Empreendedor sempre dá  
2440 o cartãozinho, na esperança de receber o meu. Não vai receber. Porque eu não estou aqui  
2441 pessoa física. Se eu sou conselho, estou aqui Conselho. Quem abre o meu e-mail, quem tem a  
2442 senha dele, para abrir, do presidente. É a secretária executiva, na pessoa da Consolação.  
2443 Quando você me falou por telefone, eu não sabia. Eu disse Adenor eu não sei, eu preciso me  
2444 interar. E não consigo nem te consolar aqui agora, estou vendo que você está aflito, mas aguarde  
2445 um pouquinho que nós vamos tratar isso. Que eu não sei o quê que esta acontecendo. Para a  
2446 gente apurar e ver. E só que, nós íamos ver, porque o documento estava aqui. Então veja bem.  
2447 Penso em primeiro momento, que eu queria colocar é isso. Agora, com toda a certeza, não ele  
2448 em consideração que pode haver o que é o Adenor, o que é o Conselheiro Adenor, ou porque é  
2449 Belo Horizonte, não. Penso que não. A união de conselhos aliás nós precisamos fazer essa  
2450 tratativa depois. Se essas uniões de conselhos, como é que está o comportamento delas. Porque  
2451 a gente já viu alguns comportamentos equivocados, em algumas delas. Eu diria que para  
2452 algumas delas, estão levando a politicagem, para dentro de um espaço que deveria ser de  
2453 política. E estão indo algumas pessoas politikeiras, que deviam ser políticos. De fazer política  
2454 pública e não politicagem. Isso a gente detectou em algumas uniões de conselhos. Se esse  
2455 conselho quer fortalecer esse espaço, de repente a gente precisa através da reunião com todas  
2456 elas, buscar uma maneira de dar uma certa padronização e uma disciplina para isso. Mas não sei  
2457 se é o caso deste conselho interferir. Mas aí, Conselheiro Adenor, só para terminar a minha fala.  
2458 Posso te garantir que até aonde eu conheço. E conheço bem. O princípio de retidão moral e  
2459 ética, que a Secretária Executiva desse Conselho tem. E com o seu corpo na secretaria  
2460 executiva. Por mim é endossado e ratificado. Eu não tenho nenhuma dúvida de desvio de

2461 conduta, dessa secretaria executiva. Então eu não acredito, jamais, que faria isso com qualquer  
2462 que seja o conselheiro. Agiu dentro daquilo que a normativa. E se tivesse feito isso, com toda  
2463 certeza, nós seríamos julgados de forma, aí sim confirmada. Então, eu concordo, quero ouvir,  
2464 aceito a sua fala, embora em parte dela eu não posso concordar. Mas democraticamente,  
2465 plenamente aceita. Só acho que a maior parte do equívoco todo, tem que ser tratado dentro da  
2466 união de conselhos. E esse equívoco precisa ser tratado lá dentro, e nisso a gente pode interferir.  
2467 Não só como Conselho, a plenária vai decidir. Mas como pessoa física. Podemos, porque eu sou  
2468 um cidadão de Belo Horizonte. A inscrição é do Conselheiro Marcelo. Parece que eu vi mais  
2469 alguém. Conselheiro George, Beth. OK. **Conselheiro Marcelo:** Presidente, colegas,  
2470 conselheiros. Eu pontuei quatro questões aqui. Primeiro no que diz respeito a consideração que  
2471 este Conselho tem a você. Viu o Conselheiro Agenor. Você sempre foi um conselheiro  
2472 participativo, atuante. Esteve sempre presente em todas as discussões, sempre disponível a  
2473 participar de todas as demandas que são solicitadas, externas deste Conselho e tal. Então eu  
2474 penso que nós enquanto conselheiros, nós temos que te dar nós temos é que te agradecer, pela  
2475 sua participação aqui neste Conselho, da forma atuante como você sempre teve. Mas também eu  
2476 não posso deixar de tecer algumas considerações, inclusive com o ponto de vista diferente da  
2477 sua fala. Quanto a lisura da forma como a Comissão Organizadora desse processo eleitoral.  
2478 Inclusive na pessoa da Consolação. Eu sei que quando saiu, logo quando terminou o prazo para  
2479 inscrição. E aí eu lembrei disso foi hoje, por isso que a gente nem comentou isso ontem. Eu  
2480 lembrei disso foi hoje. Eu liguei para cá também, para saber quais as entidades que estavam, que  
2481 foram inscritas, na área dos trabalhadores. Porque eu teria uma reunião do CREAS. Então eu  
2482 queria saber quais eram as entidades que foram inscritas, para gente poder até já discutir lá no  
2483 nosso encaminhamento. Da mesma forma como você foi atendido. Eu também fui. E fiquei  
2484 satisfeito. Fiquei satisfeito por entender que realmente, eu não poderia naquele momento, ter o  
2485 acesso àquela informação, considerando que eu era conselheiro estadual. Confesso que naquele  
2486 momento, foi até por inocência minha, e não por querer ter um tratamento privilegiado. Mas eu  
2487 compreendi perfeitamente, da conselheira, da nossa secretária executiva, Consolação. Que a  
2488 gente não pode deixar de manifestar, a lisura, como sempre ela pautou, tanto ela quanto os  
2489 demais, as demais colegas, que trabalham aqui, que trabalham aqui no Conselho Estadual. E,  
2490 portanto, eu penso que, o seu desabafo é mesmo pelo clamor, da paixão que você tem. Como  
2491 nós temos pela política de assistência social. Mas nós temos um outro ponto que eu acho que é  
2492 muito importante. E o Geraldo, ele falou, que é a questão da legitimidade que nós demos as  
2493 URCMAS. Nós fizemos uma resolução aqui no Conselho, que a gente legitima as URCMAS. Mas  
2494 o que a gente tem visto atualmente, é URCMAS não funcionando com seis participantes como  
2495 você está dizendo aqui. Onde está a legitimidade de uma URCMAS, como é o caso desta  
2496 URCMAS que você participa. Com seis componentes, para dizer que é ou não é, aquele  
2497 município, ou aquele conselho que irá participar dentro do processo de escolha da sociedade  
2498 civil. Não é? Então assim, isso é preocupante. Porém, nós legitimamos. Porém, houve uma  
2499 discussão lá. E nessa discussão saiu os nomes. O que a gente preocupa, e eu acho que a gente  
2500 tem que estar atento. Que a indicação dos nomes, a indicação que sai nessas reuniões, inclusive,  
2501 em cima até que está no nosso documento. É que a indicação não é do nome Adenor, mas é do  
2502 Conselho Municipal de Ribeirão das Neves. O que eu acho que é importante que se discuta é,  
2503 naquela reunião onde se encontravam seis presentes. O Conselho Municipal de Belo Horizonte  
2504 se fazia presente naquele momento? Pelo menos para participar do processo de discussão? O  
2505 município de Brumadinho fazia presente naquele momento? Então são essas questões que  
2506 devem ser discutidas. Mas nós aqui no Conselho Estadual, penso eu. Neste momento nós não  
2507 temos como interferir naquilo que foi decidido e que foi deliberado. Mesmo porque, nós no  
2508 momento anterior, nós legitimamos. Então eu penso que nós temos que fazer uma discussão sim.  
2509 E sobre o papel das URCMAS realmente. Como que ela anda? Qual a legitimidade dessas  
2510 URCMAS? Porque pode ocorrer. A gente citava até como exemplo, ontem. URCMAS que nem  
2511 estão funcionando, mas que como foi assegurando a ela a indicação de dois nomes. O  
2512 encaminhamento vai para o seu presidente. Aí o presidente lembra que existe uma URCMAS. E  
2513 ao lembrar que existe uma URCMAS. Ele indica, espera aí, deixa eu colocar meu município e o  
2514 município vizinho. Então a gente tem que estar atento a isso, eu penso que a próxima gestão  
2515 desse Conselho, tem que debuzar sobre esse assunto. Mas de igual forma também, presidente.  
2516 Eu acho que, como já saiu, já terminou o prazo, já se sabe os nomes das entidades que irão  
2517 participar do processo eleitoral. Eu penso que essa resolução, com a indicação dos nomes, ela já  
2518 deve sair o mais breve possível, o mais urgente possível. É isso. Muito obrigado! Consolação,  
2519 depois George, depois Beth. **Presidente:** Consolação, na sua fala, por favor, coloca a situação  
2520 da data. Que abriu para os municípios manifestar. **Secretária Executiva:** Foi até hoje presidente.

2521 Então é por isso que nós estamos aguardando. Acredito que amanhã, no máximo a semana que  
2522 vem a gente esta com essa. O ato né?! Em relação ao processo de escolha. Primeiro eu vou  
2523 responder a pergunta do Conselheiro Adenor. É difícil eu separar. Consolação a secretária  
2524 executiva, inclusive de membro da Comissão Organizadora que também está no processo de  
2525 escolha. Porque eu fui colocada na comissão, porque eu sou a secretária executiva do Conselho.  
2526 Então quando eu estou respondendo, eu estou na comissão e logicamente naquela comissão é a  
2527 mesma coisa do presidente do Conselho. Ele também é o presidente, e é o coordenador. A Nívia  
2528 é a Secretária, vai estar. E é a coordenadora da comissão. Então é difícil de eu te falar assim: ah,  
2529 naquele momento eu pensei que eu vou responder o conselheiro como a secretária executiva ou  
2530 como membro da comissão. Realmente, naquele momento eu não sei te responder se eu estava  
2531 falando sobre A ou B. Mas, com certeza, como membro da comissão. Eu não poderia nunca te  
2532 dar uma resposta como também não dei para o Marcelo. Porque eu tenho inclusive dois  
2533 coordenadores na comissão. Que estão aqui presentes. E sem autorização dele, como dos  
2534 demais membros, eu nunca poderia passar. E repeti sim essa fala. Tanto para você e também já  
2535 tenho conversado muito com o Marcelo, em relação a isso, que é. É informação privilegiada sim.  
2536 Eu considero ser isso. Se, eu peço até desculpas Adenor, no sentido de não ter respondido o seu  
2537 e-mail. E nem foi a Beth também não, porque a Beth despachou comigo. Então eu falei que não  
2538 precisava, porque eu entendi que, na conversa, ela foi suficiente. Em virtude de diversas  
2539 demandas que está tendo aqui. Inclusive a sub secretária que é a Nívia, reforçou a equipe do  
2540 CEAS, pela demanda. Foi depois desse período, que o seu e-mail foi no dia 24 de agosto. Você  
2541 me ligou imediatamente, depois de ter mandado esse e-mail, você me ligou inclusive. Então, não  
2542 foi muito depois não. E aí, a gente estava na primeira viagem para, os primeiros encontros  
2543 regionais. Então tava com isso tudo aqui. Eu entendi que já estava claro. Por ser conselheiro  
2544 também e pela proximidade. Então eu achei que estava atendida essa sua solicitação. Então por  
2545 isso eu não respondi. Aí eu peço desculpas, de não ter respondido. E vou tomar o cuidado de  
2546 responder a todas as solicitações dos conselheiros, que encaminharem por e-mail. Porque não é  
2547 fácil, viu gente. Quando o Geraldo fala do e-mail dele, eu tenho e-mail do FONACEAS, tenho o e-  
2548 mail dele pessoal, tenho o meu e-mail institucional. E ainda tenho que olhar todos os e-mails aqui  
2549 do Conselho, tudo que chega e tudo que sai. Realmente é assim. Pessoal é o que eu menos  
2550 olho, inclusive. Então assim, eu olho o pessoal e o institucional, porque vem muita questão de  
2551 trabalho, em qualquer horário. Então é muito. Eu posso falar que de vez em quando a gente  
2552 escorrega mesmo. Falar de, eu respondi todos, eu achei que aquilo já foi resolvido. Ta. Não vou  
2553 entrar no mérito de nenhuma análise, que acho que aqui também não me compete. Ta, só  
2554 respondendo isso. Obrigada! **Conselheiro Adenor:** Presidente eu quero só uma réplicazinha,  
2555 rápido. Rapidinho. **Presidente:** Você não quer aguarda as outras falas? Que pode ser que você  
2556 tenha que responder outras também. Por favor, Conselheiro Jorge. **Conselheiro George:** Boa  
2557 tarde senhor presidente, boa tarde para todos. George, Conselheiro CMAS Lagoa Santa. Eu  
2558 estava perdendo a reunião do dia 31 de agosto lá em Pedro Leopoldo. E coincidentemente não  
2559 havia nenhum coordenador da união dos conselhos. Nem o ... nem a Kate também, que ela  
2560 chegou atrasada, certo. Aí ela falou que tinha a secretária Adriana, secretária executiva do CMAS  
2561 de Belo Horizonte. Ela tomou a palavra, e perguntou se a gente sentaria, que ela dirigisse a  
2562 reunião. Todo mundo aceitou de bom agrado, certo. Ela começou lá, escolheu os municípios que  
2563 queriam representa-los. Aí foi Baldim, todo mundo queria, Baldim queria e mais, eu não estava  
2564 presente lá. Eu não tinha chegado ainda não. Todos os outros municípios que estavam lá,  
2565 optaram para escolher, Brumadinho. Representante da sociedade civil. E a Adriana falou o  
2566 seguinte, que a Ana do CMAS de Belo Horizonte, estava interessada em colocar o nome dela à  
2567 disposição para ser eleita ou não. Certo. Aí falei assim, se a gente aceitava. Nós todos  
2568 aceitamos. Único nome que apareceu. Adriana perguntou reiteradas vezes, se tinha alguém mais  
2569 interessado em colocar o nome. Ninguém apareceu para colocar o nome nenhum. E aí nós  
2570 aceitamos, porque então vai ficar a Ana com representante governamental, e Brumadinho como  
2571 representante da sociedade civil. Tanto é que eu nem coloquei o nome de Lagoa Santa, porque já  
2572 estava decido quando eu cheguei. Aí eu não quis me intrometer, certo. Aí foi seguindo. A reunião  
2573 foi seguindo. Aí a Kate chegou. Quando a Kate chegou faltava quinze minutos para terminar a  
2574 reunião. Ela falou assim: gente eu estou tão atrasada por motivo de serviço. Eu não que nem me  
2575 meter no que foi deliberado. A assembléia tinha deliberado tudo. Assim, eu vou acatar. Aí a  
2576 Adriana comentou assim: eu não sei se tem quorum suficiente. Gente, nós somos quantos  
2577 municípios. São trinta e quatro. Trinta e quatro? Seis. Não deve ter quorum mínimo não ne? E aí  
2578 Adriana falou assim, eu vou perguntar? Aí perguntou assim, ô Kate, nós temos quorum mínimo  
2579 para fazer a reunião, para prevalecer a reunião? Aí a Kate falou que não sabia. Ela falou assim:  
2580 vou me informar. Então ficou acertado o seguinte. Se ela se informasse e se houvesse a

2581 necessidade de ter um quorum mínimo, aquela reunião, seria cancelada. E nós faríamos uma  
2582 outra reunião extraordinária. Certo. Mas depois que ela tivesse certeza de que havia um  
2583 regimento, que precisasse ter um quorum mínimo. Certo. Não havendo este quorum mínimo  
2584 necessário, se não houvesse necessidade dele, ia prevalecer a reunião do dia 31. Todo mundo  
2585 aceitou. Ela falou que não ia se meter mais, porque já tinha deliberado tudo. Viemos embora. Em  
2586 momento algum não houve politicagem, não houve nada, sabe. Foi tudo feito as claras. Aí  
2587 quando passou algumas semanas, alguns dias. Ela me ligou assim: George, Brumadinho não  
2588 está habilitado para ser da sociedade civil. Só de Lagoa Santa e Santa Luzia. Você está  
2589 interessado a se instituir? Eu estou interessado. Aí ela falou assim: eu também estou. Aí ficou  
2590 acertado o seguinte, na reunião nós seríamos votados. Que falasse melhor lá, conseguia  
2591 convencer. Aí o Antenor chegou na reunião. Ele chegou reclamando. A Adriana perguntou  
2592 reiteradas vezes. Tem mais algum município que queira se manifestar para ser candidato.  
2593 Ninguém falou nada. Não estava ninguém do Ribeirão das Neves, lá. Não estava não. (trecho de  
2594 5 segundos com várias pessoas falando ao mesmo tempo). Não, mas presta atenção. No  
2595 segundo dia ele chegou lá e queria entrar. Como não havia a necessidade do quorum mínimo,  
2596 prevaleceu à reunião, a ata. Nós temos a ata gente. Tem uma ata assinada, essa ata não pode  
2597 ser mudada. A ata que manda. A ata estava lá bem clara. **Presidente:** Conselheiro George.  
2598 Nesse primeiro dia, tinha algum outro conselheiro do Conselho Municipal de Assistência Social de  
2599 Ribeirão das Neves? **Conselheiro George:** Não. Não senhor. **Presidente:** Por que lá tem uma  
2600 plenária que também tem outros conselheiros que não ordenou. Então na ausência dele. E já era  
2601 conhecido e sabido que ele estava a serviço do Conselho Estadual, outros conselheiros poderiam  
2602 ir. Também não estavam? **Conselheiro George:** Não havia ninguém. E ninguém falou o nome  
2603 dele, infelizmente. Porque se tivesse falado o nome dele. Nós teríamos respeitado o nome dele  
2604 também. Nós aceitamos o nome da Ana. A Ana mandou recado, falou assim: estou interessada,  
2605 em ser candidata. Aí dele não falaram nada. Aí ele queria que mudasse tudo assim, que fosse  
2606 feita outra eleição. Falei, gente não tem condição, porque se tem uma ata. A ata que ser  
2607 respeitada, inclusive a maioria dos municípios que estavam no dia 31 de agosto lá em Pedro  
2608 Leopoldo. Não estavam presente aqui em BH. A gente não poderíamos mais mudar a decisão da  
2609 assembléia. Não é mesmo? A ata é preponderante, não é isso? A ata não pode ser mudada. Foi  
2610 isso que aconteceu. **Presidente:** OK, Obrigado Conselheiro George! Conselheira Beth.  
2611 **Conselheira Beth:** Bom, na realidade eu só queria pontuar três questões. Acho que quando o  
2612 Adenor coloca. Eu acho que o espaço aqui, ele também. Eu acho que ele está aqui, ele pode  
2613 colocar, deve colocar. Mas assim, se a gente for abrir para um debate da situação da URCMAS,  
2614 acho que a gente teria que ampliar essa discussão, trazer novos atores e estar discutindo. Eu  
2615 acho que é uma oportunidade como o Marcelo falou, o seguinte: Quando eu estava no Conselho  
2616 Municipal de Educação. A gente fez um trabalho muito grande para fortalecer as uniões de  
2617 Conselhos Municipais de Educação. Porque, é exatamente, você tem uma dificuldade de muitas  
2618 vezes de aglutinar, de construir um fórum de participação. A gente já pertence a tantos outros  
2619 fóruns, que às vezes isso fica esvaziado. Então, acho que a gente poderia tomar esse exemplo,  
2620 como uma discussão, para a gente fortalecer as Uniões de Conselho. O fato de Belo Horizonte  
2621 ser citada. Eu acho que é assim: pro conjunto de trabalho que nós temos, é mais um desafio, no  
2622 Conselho Municipal de Assistência Social, de Belo Horizonte. E essa, e no fato, que parece que o  
2623 Conselheiro Jorge, ele é muito claro quando ele coloca. É o seguinte: mesmo que você tenha um  
2624 grupo muito pequeno, mas não tem nenhum documento, nenhuma normativa, nenhuma  
2625 regulamentação. De qual que o fórum qualificado? Qual que o fórum isso? E tal. Quer dizer, uns  
2626 conjuntos de pessoas, que estavam ali, levaram Belo Horizonte, a representação aqui neste  
2627 Conselho. Então, numa segunda reunião, que foi lá na Secretaria. Aí vieram novos atores, e os  
2628 novos atores, também, de certa forma, não quiseram mexer na decisão anterior. E também  
2629 validaram, no caso, a escolha de Belo Horizonte. Então se a gente somar puder somar você tem  
2630 mais outras indicações. Não só os seis primeiros, mas os outros. Mas, enfim. Não é uma forma  
2631 adequada. Que acho que é uma forma que precisa ser mais qualificada. A minha colocação. Viu  
2632 Adenor, eu acho que quando você fala assim: a união de conselhos. Essa mudança democrática  
2633 de um é presidente hoje, o outro município é presidente amanhã. Não desfaz o conjunto  
2634 colegiado dos municípios de Belo Horizonte, da região metropolitana de Belo Horizonte. Então  
2635 pelo contrário. Na presidência, tenho certeza, que a Conselheiro ou o Conselho Municipal de  
2636 Assistência Social de Belo Horizonte, vai querer fortalecer muito como prioridade, articular essa  
2637 rede, em torno dos demais municípios. Então assim. Ribeirão das Neves não está fora. Isso que  
2638 eu estou te falando, pelo contrário. Acho que a sua fala aqui, vai dizer o quanto que você quer  
2639 continuar participando. Eu acho que eu não me autorizo a falar pelo Conselho Municipal de Belo  
2640 Horizonte, porque não sou parte do Conselho, nesse sentido. Mas eu digo que, como secretária,

2641 o que eu puder fazer, junto como Conselheira aqui também. Para a gente fortalecer a união dos  
2642 Conselhos, na região metropolitana, porque eu acho que ela é preciosíssima para nós. É  
2643 importantíssima na implantação da política. A gente ter um acordo, ter uma relação, continuada,  
2644 fluxo de trabalho conjunto. A gente sabe disso. Para os desafios que a gente tem de implantar o  
2645 segundo SUAS. Que é qualidade e serviços, cada vez mais na oferta específica e junto ao  
2646 usuário. Então eu acho que, eu lamento, eu lamento no geral. Como não que envolva Belo  
2647 Horizonte. **Presidente:** OK. Sobre esse assunto a gente encerra as falas. E o Conselheiro  
2648 Adenor, está com a palavra e eu encaminho em seguida. **Conselheiro Adenor:** Beth, entendo  
2649 perfeitamente. E coloquei, e volto a repetir. Não é a cidade de Belo Horizonte, não é o Conselho  
2650 de Belo Horizonte, pelo contrário, já fiz sua defesa e volto a repetir. Queria deixar, clarear, é o  
2651 seguinte: é a maneira como foi conduzido os trabalhos. Jamais faria aquilo. E quando eu pedi  
2652 presidente para que me desse a lista, é no sentido de auxiliar aquela união, no sentido de nós  
2653 caminhararmos com o município. Olha, tem esse, esse e esse. Nós vamos votar em quem? Quem  
2654 é que nos vamos representar? Quem que vai continuar a união lá no CEAS. É o município de  
2655 Ribeirão? É de Belo Horizonte? É o de Brumadinho? Lagoa Santa? Eu não tenho dificuldade com  
2656 isso. Não tenho mesmo. Agora só fiquei irritado, E a achando muito estranho. É a forma do  
2657 Ludson, Senhor Ludson, que o estagiário de lá. Eu liguei para ele um dia antes. Antes deu viajar.  
2658 Eu liguei para a Kate várias vezes ela não atendeu. Deixei vários recados ela não reportou. Ela  
2659 chegou exatamente 15 minutos antes. Teve problema? Teve. Mas chegava e falava assim: Oh  
2660 gente, Adenor está viajando e que o nome dele está a disposição. Em momento algum, o George  
2661 me desminta, se falou o meu nome lá. Não citou sequer, o meu nome e nem o nome do meu  
2662 município. A estranheza que eu entendo Beth, é nesse sentido. E dizer ao Marcelo, que eu  
2663 também aqui. Está registrado nesse Conselho, que eu foi um dos que pedi que prorrogasse o  
2664 prazo até 31, e fui negado por voto vencido aqui. Voto vencido. Lembra Cristiane? Você ainda  
2665 falou: Adenor perdoa-me mas eu vou votar contra você. Então a minha memória é muito boa em  
2666 relação a isso. Se tivesse dado esse prazo. Não teria necessidade de dar outro prazo em cima da  
2667 hora. Porque o senhor sabe presidente, que a gente estava fazendo nas conferências e depois os  
2668 encontros regionais. E o senhor estava assoberbado, Consolação assoberbada, todo mundo.  
2669 Tivesse dado até o dia 30 como eu pedi. Não tinha tido esse problema, talvez. Não estou aqui,  
2670 brigando para voltar para ser Conselheiro do Estadual não. Muito me honra estar aqui com vocês.  
2671 Muito me honra. E o meu município pela primeira vez teve acento neste Conselho. E nós  
2672 crescemos, em algumas coisas que a gente tem feito na união. Eu faço de coração, para  
2673 qualquer cidade que me chamar, para mim falar da política. Mas com aquela senhora eu não  
2674 trabalho mais. Então, a partir. A última reunião. Vem a conferência. Acabou a conferência. Eu vou  
2675 dar a minha carta de alforria da união de conselho. E eles tocam como eles quiserem. Agradeço a  
2676 atenção de todos e todas. Eu vou pedir licença. Eu estou com uma agenda aqui no centro de  
2677 Belo Horizonte. Para resolver um problema lá, com a nossa secretária lá. Ta bom? E pode contar  
2678 comigo aí, até dia 24 de outubro. 28 né? Dia 28 de outubro. Muito Obrigado! **Presidente:**  
2679 Conselheiro Adenor. Antes de você sair, eu vou só dar um encaminhamento. Nós temos um  
2680 ponto de pauta aqui, que é a tratativa, dos acontecimentos que nós tivemos nas regionais. E com  
2681 toda certeza, isso aí, vai vir à tona. É uma pena que você não vai estar presente. Mas só peço  
2682 que você faça uma auto-reflexão, e lembre-se que: a sua representação sua aqui, sempre foi  
2683 importante. É você sempre esteve disponível para o Conselho. E isso, sempre contribuiu e soma.  
2684 Mas você carrega uma representação, de um município, que tem um IDH, que necessita que a  
2685 política pública de assistência, esteja presente em todo momento. Então é importantíssima a  
2686 presença de Ribeirão das Neves, na sua pessoa, ou de outro conselheiro. Mas é importante isso,  
2687 que Ribeirão esteja presente. E a metropolitana tem que ter essa visão, e precisa pensar grande.  
2688 Aí sim, precisa ter a nobreza de pensar dessa forma. Não para excluir, mas de inclusão. Mas  
2689 esse ponto de pauta, nós vamos discutir mais em seguida se a gente entrar nele aqui agora, a  
2690 gente não esgota o ponto de pauta. **Conselheiro Adenor:** Já que o Senhor falou ao Encontro  
2691 Regional. Só dizer que eu estive em Almenara. E foi um espetáculo. Posso dizer assim que de 18  
2692 municípios, 17 estavam presente. E foi assim super participativo. Uma discussão acalorada.  
2693 Vindo dos trabalhadores, dos usuários e dos gestores que lá se encontravam. Propostas e falas  
2694 assim. Que a Rosa está aqui, que pode depois estar contribuindo aí. Que ela trabalhou muito. E  
2695 dizer que o pessoal lá ficou assim muito feliz, com aquele encontro. Eu fugi um pouco daquelas  
2696 lâminas, mas não deixei de abordar os temas centrais. De jeito nenhum. Porque eu entendo que  
2697 a gente estava naquele momento, também, com um momento de capacitação. E ali era o  
2698 momento exato de nós falarmos da política. E discordar de algumas coisas, e concordar com  
2699 tantas outras que lá foi colocada. OK. Me da licença. Muito obrigado. Boa tarde a todos! Bom fim  
2700 de semana! **Presidente:** Obrigado, Conselheiro Adenor! OK, obrigado! Vamos dar sequência

2701 então. **Comissão de Normas**, por favor. Conselheiro José Ismar. **Conselheiro José Ismar:** O  
2702 primeiro ponto aí. Considera-se vencido. Porque ele trata de um ofício encaminhado a este  
2703 CEAS, no dia 16/06/2001, sobre a entidade que se julgava prejudicada, na análise do seu pedido  
2704 de inscrição de entidades. Aí eu recebi as quatorze e nove, um fax, da mesma entidade,  
2705 alegando que, nessa data, o pedido foi atendido pelo Conselho Municipal de Assistência Social,  
2706 na qual ela solicitava a renovação de sua inscrição. Porque esse período ele permaneceu sobre  
2707 análise. No período de 2010 até recentemente. Ou seja, a data de abril de 2010 até  
2708 recentemente. Então foi concedida, agora no dia 31 de agosto, essa inscrição dessa entidade de  
2709 APAE de Sapucaia Mirim. Então se considera resolvido. O ponto dois, que fala da Associação  
2710 Manhumirinhense dos Amigos reunidos. A questão é a seguinte: no dia 29 de junho de 2011, o  
2711 CEAS recebeu recurso da entidade AMAR, sobre o indeferimento de sua inscrição pelo Conselho  
2712 Municipal de Manhumirim. Em julho o CEAS encaminhou ofício ao CMAS de Manhumirim,  
2713 solicitando sobre o parecer da decisão sobre a entidade. A ata da plenária, que deliberou sobre o  
2714 assunto, e ainda a relação de documentos solicitados, a entidade. Com a devida fundamentação  
2715 do indeferimento da inscrição. Para darmos a análise do referido recurso. Em 25 de agosto de  
2716 2011, o Conselho Municipal Assistência Social de Manhumirim. Encaminhou resposta a  
2717 solicitação do CEAS, esclarecendo que após a análise de toda a documentação. A entidade atua  
2718 na área de saúde, e não há por parte da entidade nenhuma ação continuada de assistência social  
2719 conforme tipificação de serviços. Ainda que a entidade fez o requerimento para inscrição da  
2720 entidade, não de seus serviços, programas projetos e benefícios. A sugestão de  
2721 encaminhamento. O CEAS solicita ao Conselho Municipal Assistência Social, toda a  
2722 documentação apresentada com a entidade, em conformidade com a resolução 16 do CMAS.  
2723 Visto que no primeiro ofício, solicitando a documentação não foi atendido. E dos programas ou  
2724 projetos que a referida entidade desenvolve na área de assistência social, conforme já solicitado  
2725 anteriormente, e não atendido por este Conselho. A comissão de norma, analisando esta  
2726 questão. Ela entende a dificuldade das entidades, às vezes em estar se atendo as normas, as  
2727 leis. E essa dificuldade aí, que a gente vê que é uma propriedade do interior. Principalmente  
2728 dessas cidades mais longínquas, e também daqui é lógico. Mas a incidência a gente vê que  
2729 acontece. Acontece também, não só na zona urbana, mas também na zona rural. Dessa  
2730 discussão saiu à proposta da comissão de elaborar um modelo de relatório de atividade, e de  
2731 plano de trabalho, para subsidiar estas entidades, visto que à luz da resolução, da tipificação 109.  
2732 É de fundamental importância hoje, para a questão do SUAS. Então o que se propõe para  
2733 deliberar é justamente isso. Solicitar novamente ao Conselho Municipal, aquilo que ela não  
2734 cumpriu. Que seria ela mandar a documentação para este Conselho estar analisando.  
2735 **Presidente:** Está aberto para discussão. **Conselheira Juanita:** De acordo com a resolução 16. O  
2736 Conselho Municipal tem um prazo de 30 dias para encaminhar a documentação, pro CEAS para  
2737 analisar a questão na recursão. Não é? E ele não encaminhou. E a gente vai. Então, mas nós  
2738 solicitamos no ofício a documentação. E ele não encaminhou. Então nesse caso nós vamos  
2739 reafirmar a solicitação da documentação e dar um prazo de mais 30 dias, e caso isso não ocorra,  
2740 tem que solicitar a entidade para enviar a documentação para cá. Que a entidade, para não ser  
2741 prejudicada, por causa do Conselho. Não é isso? **Presidente:** Conselheiro Marcelo. **Conselheiro**  
2742 **Marcelo:** Era justamente isso. Se nós estamos seguindo a nossa resolução que trata disso. E aí  
2743 também tem outro ponto, na última proposta. Que é elaborar um modelo de relatório de atividade.  
2744 Já não existe uma resolução que trata sobre isso? **Conselheiro José Ismar:** Não, modelo de  
2745 relatório ela não traz não Marcelo. E eu vou te falar que isso é a minha caminhada do dia a dia.  
2746 Todo o dia a gente dá aqui. Como se faz isso? Como que é isso? **Presidente:** Mas eu acho que  
2747 interessante mesmo. Não é? Porque você vê o seguinte. Se, se é o gestor que tem e quer, fazer  
2748 com que a política se estabeleça com qualidade na ponta. E as entidades são par, da rede sócio-  
2749 assistencial, enquanto vinculada. Óbvio que a gente tem que zelar por isso. Penso eu. OK.  
2750 Podemos aprovar? Alguém ao contrário? **Conselheira Elizabeth:** A única dúvida que eu tenho. É  
2751 que a Juanita falou. É o seguinte: você dar mais 30 para o CEAS, depois é que vem a entidade.  
2752 Aí a entidade pode, nesse período, você tem a contagem. Um que ela já perdeu, outro vai ficar  
2753 sem inscrição. Isso por exemplo, no caso de conveniamento com o órgão gestor, isso é um  
2754 problema. Isso aí é fatal. Então eu acho que essa coisa tinha que ser mais. A proposta dele de 30  
2755 dias, eu acho que é... Quanto mais importante, mais rápido ela fizer, melhor para a própria  
2756 entidade. **Presidente:** Dentro dessa situação, a gente não poderia, por exemplo: vencido os 30  
2757 dias do Conselho apresentar ao Estado. Venceu o prazo dos 30. Concomitantemente, a gente  
2758 pede também a documentação para a entidade. Se não ocorrer... **Conselheiro José Ismar:**  
2759 Vencido, vencido. Porque a nossa relação em primeiro momento para tratar de recurso. Nós  
2760 temos que nos reportar ao Conselho Municipal. **Presidente:** OK. Mas veja bem, se a gente

2761 solicita concomitantemente, pode ser que não exista perda de outros tempos, para além dos 30  
2762 que você está abrindo para o Conselho enquanto órgão oficial. Venceu aquilo ali, ele saiu  
2763 daquela situação, à entidade já está com tudo em mãos. **Conselheiro José Ismar:** Por se tratar  
2764 de uma segunda. OK. **Presidente:** Pelo menos a gente pode tentar otimizar. Pode ser assim? E  
2765 aí eu pergunto alguém ao contrário? Não. OK. Então está **aprovado**. **Conselheiro José Ismar:**  
2766 O segundo ponto. É a usina PAS BARRAGEM de Oliveira. O CEAS recebeu da LUZ BOA S/A,  
2767 empreendedor da pequena central hidrelétrica Oliveira, o relatório final das atividades  
2768 desenvolvidas em cumprimento ao proposto no plano de assistência social, da referida usina.  
2769 Aprova pelo CEAS em 25/07/2006, por meio da resolução 112/2006. Em abril o CEAS solicitou ao  
2770 CMAS de Oliveira, parecer sobre o relatório de atividade da PCH Oliveira. Para darmos  
2771 continuidade a análise do documento. Em resposta, o Conselho Municipal de Oliveira,  
2772 encaminhou parecer do relatório e informou que durante visita realizada pelo Conselho Municipal,  
2773 foram observadas aspectos de que a empresa não está cumprindo com o PAS.  
2774 Encaminhamento. Solicitar ao Conselho Municipal de Oliveira, maiores detalhes sobre as  
2775 situações expostas no seu parecer. Quais sejam: falta de transporte, falta de transporte para  
2776 inserção do Sr. Vilmar, dar na APAE. Falta da fiscalização da coleta de lixo e manutenção das  
2777 estradas junto a Prefeitura de Oliveira e a ponte de madeira. Não foi realizado curso e nem oferta  
2778 de emprego. Esse é o encaminhamento. A questão aí. Espera aí. Solicitar, a questão vem muito  
2779 aí gente, daquilo. Até a Juanita colocou isso de manhã. A questão é cabível ao órgão gestor. Ao  
2780 órgão público e aquilo que é de competência do empreendedor. Então, face ao apresentado, a  
2781 situação é um pouco confusa. E que merece maiores esclarecimentos por parte do Conselho  
2782 Municipal de Oliveira. Agora nós tivemos também. Se alguém quiser maiores esclarecimentos. Já  
2783 foi feita uma visita por este Conselho Estadual, ao município. **Conselheiro Márcio:** Eu queria  
2784 recordar aqui ao Conselho. Que essa PCH Oliveira, já foi objeto de discussão aqui nessa plenária  
2785 anteriormente. E que essa PCH obteve uma, a liberação da licença de operação dela, através de  
2786 um ad-referendo do COPAM. Que nós discutimos nessa situação aqui nessa plenária. Sem a  
2787 comprovação do PAS. Após essas discussões que ocorreram, foi deliberado aqui uma visita de  
2788 fiscalização, em Oliveira, onde compareceu Eu e a técnica Rosa. Onde nós realizamos uma  
2789 reunião com o Conselho Municipal de Oliveira, onde este Conselho desconhecia o PAS. Ele não  
2790 tinha nenhuma informação sobre como é o funcionamento para execução do PAS. E inclusive  
2791 este PAS, ele tinha sido elaborado do ano de 2006. Depois ele teve uma complementação. E esta  
2792 complementação não era de conhecimento do Conselho Municipal. E na oportunidade dessa  
2793 visita, não foi relatado, nenhuma situação, indicada nesta resposta dada pelo Conselho  
2794 recentemente. Não havia nenhum objeto, em relação a esse tipo de situação detectada pelo  
2795 Conselho. Por isso que nos causou a situação de solicitar, maiores detalhes em relação a  
2796 estas questões que estão sendo apresentadas neste momento. Para que realmente a gente  
2797 possa basear em algum fato concreto. Qual que é o encaminhamento que a gente vai dar em  
2798 relação a essa situação. **Presidente:** É penso que é, pela clareza, da e até, perdeu sumiu, ou se  
2799 não recebeu. Agora penso que o encaminhamento seu é muito bem vindo. Porque ali é questão  
2800 da gente apurar, realmente, já em função da reincidência. De repente a gente fazer outra  
2801 avaliação em cima dessa resolução que a gente tem, do PAS. De aprovação do PAS. Pois é.  
2802 **Conselheiro Márcio:** Nós não deliberamos sobre a aprovação do PAS aqui. O empreendimento  
2803 conseguiu a liberação da licença de ocupação através de um ad-referendo. Sem aprovação do  
2804 PAS. Assim, pois não. É sem a aprovação do relatório final. Então é uma situação problema. Não  
2805 tem a resolução de aprovação final do PAS. O CEAS não emitiu essa resolução. O  
2806 empreendimento conseguiu, a liberação da LO através de um ad-referendo no COPAM. Essa  
2807 situação foi trazida aqui pelo ex-conselheiro Salviano. Acho que nós. Aqui no Conselho foi feita a  
2808 deliberação de encaminhamento até o ministério público, em relação a essa situação do *ad-*  
2809 *referendum*. E até mesmo, pela questão da... que o Conselho foi, simplesmente ele não foi levado  
2810 em consideração a normativa deste Conselho em relação a essa liberação. **Conselheiro José**  
2811 **Ismar:** Teve reunião a SEMAD. **Conselheiro Márcio:** Tivemos uma com o superintendente, que  
2812 é o Dorgival. Foi colocada essa situação. E na oportunidade, ficou até agendado que seria feito  
2813 um procedimento de uma reunião entre o CEAS e o Secretário de Meio Ambiente, para que a  
2814 gente pudesse fazer uma articulação do fluxo dessas situações. E isso foi no final do ano  
2815 passado. Não foi implementado em relação a mudança de governo. Essa situação ficou inclusive  
2816 remetida, para que a gente no primeiro semestre fizesse, até capacitações dos técnicos do meio  
2817 ambiente da SUPRAM, com os técnicos do CEAS, para que a gente pudesse melhorar o fluxo de  
2818 informações, em relação as liberações de LI, LO, etc. **Conselheira Elizabeth:** Eu queria só  
2819 complementar, eu acho que, ouvindo e analisando um pouco, a lógica desse empreendimento, a  
2820 gente podia dizer o seguinte: o nosso papel seria empoderar o Conselho Municipal de Assistência

2821 Social, para que ele possa fazer esse monitoramento mais adequado. Se ele não conhece, ou já  
2822 esqueceu, ou se perdeu nessa história. Eu acho que a gente tem que empoderar o Conselho.  
2823 Mais do que pedir um relatório, é mostrar da importância do Conselho nesse caso. E veja como  
2824 nós. Porque uma coisa é funcionar *ad-referendum*. Fora o relatório. A ausência do nosso  
2825 relatório. A ausência do papel do Conselho Estadual, nessa liberação desse empreendimento,  
2826 está mostrando que ele não funciona bem, exatamente por que eles não têm um diálogo com o  
2827 conselho. Perdeu o diálogo o conselho de assistência social, no caso o Conselho Estadual. E,  
2828 nessa situação, eu fico pensando, sabe José Ismar. Se, a gente, empodera mais o Conselho e dá  
2829 mais informação, capacita. Para que ele seja o nosso olhar lá, junto ao empreendimento, para  
2830 garantir o PAS. É só nessa linha que vocês estão falando, só que com um pouco mais ênfase.  
2831 **Conselheiro José Ismar:** Mais incisiva. **Presidente:** Eu sei que nós tivemos algumas tratativas,  
2832 nesse caso específico. Mas eu não me recordo. Tanto são os problemas. Eu queria que Rosa  
2833 relatasse a respeito. **Técnica Rosalice:** A PCH Oliveira, reforçando o que o Marcio falou, foi  
2834 antes do José Salviano sair. Ele detectou, por meio de leitura de jornal, que a PCH Oliveira, que é  
2835 da LUZ BOA. É um empreendedor que esteve aqui, era os... foi no início do ano. Eles receberam  
2836 pelo COPAM *ad-referendum*, que numa gestão da SEMAD, que houve mudança de secretário.  
2837 Mudança daquela divisão de uniões nacionais do COPAM. Eles de uma forma equivocada,  
2838 emitiram uma licença de operação da PCH Oliveira, em a comprovação do PAS pelo CEAS. Na  
2839 época foi feito a denúncia ao Ministério Público. O COPAM, nós conseguimos uma reunião com a  
2840 SEMAD para discutir sobre isso. Sobre, não foi deliberado pelo CEAS, ou o ministério público,  
2841 não encaminhou para a suspensão dessa LO. Foi acordado aqui em plenária, que o  
2842 empreendedor apresentaria esse relatório final, na reunião com Conselho Municipal de Oliveira. A  
2843 nova gestão do Conselho Municipal não tinha acesso a esse plano de assistência social. Mas a  
2844 assistente social, que trabalhou no empreendimento. Ela estava trabalhando coincidentemente,  
2845 no município também, na prefeitura. Então ela esclareceu. E ficou acordado nessa reunião com o  
2846 Conselho Municipal de Oliveira e nesta plenária, com o empreendedor que eles estariam  
2847 elaborando um novo relatório final. Que é esse, que a gente pediu o Conselho Municipal também  
2848 que avaliasse. Com todas as ações da área da assistência social. Pra que? Para que ele  
2849 seguisse o fluxo normal, sem tem ter que entra com o processo. Sem que o COPAM precisasse  
2850 suspender a LO deles. Ele apresentou, nós encaminhamos para o Conselho Municipal. O  
2851 Conselho Municipal, já a par do que era o plano de assistência social. Porque o Conselheiro  
2852 Márcio esteve lá. E apresentou o quê que foi proposto no plano de assistência social, deste 2006.  
2853 Eles tiveram acesso ao documento. Porque eu encaminhei a cópia para eles, porque era uma  
2854 nova gestão. E a gestão anterior não tinha guardado em seus arquivos, esses documentos. E  
2855 agora, o Conselho Municipal aponta alguns aspectos que não constavam do plano de assistência  
2856 social. Que são esses que eles falam que não cumpriram o plano de assistência social. Só que  
2857 estes aspectos: de transporte, manutenção de estradas, ponte de madeira. Não constavam do  
2858 plano. E a questão da oferta de emprego. Na reunião eles mesmos falaram que houve muita  
2859 contratação do município. Mas agora eles falam que não houve oferta de emprego. E aí então,  
2860 nós ficamos nessa dúvida. O quê que é realmente, que o Conselho Municipal quis abordar, com  
2861 esses aspectos que eles levantaram. **Presidente:** Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:**  
2862 Então, está muito confusa essa situação da PCH de Oliveira. O Conselho coloca questões  
2863 pontuais. Que é: que não foram cumpridas as questões de transporte. Que questões de  
2864 transporte? A questão do transporte do Sr.Vilmar, na APAE. A única questão que está clara. É a  
2865 questão do transporte pela inserção do Sr.Vilmar na APAE. Eu acho que o encaminhamento está  
2866 correto mesmo. Solicitar que o CMAS esclareça essas questões que não foram cumpridas. Mas  
2867 esclarecer, para depois a gente questionar o empreendedor, sobre aquela questão. Entendeu  
2868 Rosa? É coordenador? É isso. Nós não temos como fazer mais nada nesta situação, não. Não  
2869 sei se os conselheiros concordam comigo. Mas é isso. **Presidente:** Qual que é José Ismar? a...  
2870 **Conselheiro José Ismar:** O encaminhamento é isso mesmo, que a Juanita acabou de falar aí. É  
2871 pedir maiores detalhamentos sobre essa questão e aguardar o retorno. Porque? **Presidente:** Eu  
2872 estou pensando que é uma visita deste Conselho. Através de um conselheiro. Ao município. E  
2873 veja bem. Ir lá e marcar uma reunião lá. Com o empreendedor lá. Ele vai lá. E trazer. E aí tem  
2874 que ser alguém para trazer uma crítica veemente e bastante transparente, sobre a situação.  
2875 Porque aí é um caso de realmente a promotoria pública, pedir mesmo, a situação de. Aí o  
2876 Conselho denunciar isso. Eu penso. **Conselheiro José Ismar:** A promotoria não tomou atitude.  
2877 Não tomou atitude. **Presidente:** Pois é. Eles retratam. Aí diz que vai fazer, e não acontece. Nada  
2878 acontece. E aí? Eu acho que é importante, a gente, esse Conselho ir até lá. Fazer uma visita in  
2879 loco. Marcar com empreendedor lá, para eles darem o esclarecimento. Fazer um relatório, e em  
2880 cima dele a gente deliberar. Pode ser? Aí eu pergunto? Se o encaminhamento for esse, de o



2881 Conselho tomar essa providência. Marcar com o empreendedor lá. Qual o conselheiro se  
2882 predispõe a estar fazendo a visita? Conselheiro Marcio. OK. Conselheiro Márcio então, técnica  
2883 Rosa acompanha. E aí já marca, convoca. Viu Márcio. E faz uma carta convocando o  
2884 empreendedor para dar as explicações necessárias. E o Conselho junto. Pois não Zé. Podemos  
2885 prosseguir? **Conselheiro José Ismar:** 2.2- PCH Figueirinha e PCH Eixo B três. Do  
2886 empreendedor Renova Energia. Está solicitando agendar reunião com a comissão de normas do  
2887 CEAS. Para tratar de assuntos referentes aos seus dois empreendimentos. A gente abriu essa  
2888 possibilidade, do dia 23/09, às nove horas da manhã. Pedimos que os nossos queridos  
2889 companheiros anotem esta data. **Presidente:** Acho que é uma data boa, que é a entrada da  
2890 primavera. Alguém contrário? Não. Então podemos prosseguir. **Conselheiro José Ismar:** 2.3-  
2891 PCH Sumidouro, PCH QuimQuim, PCH Brejaúba e o Monjolo. Empreendedor também da Peixe  
2892 Energia. Encaminhou o relatório das medidas implementadas, pela Peixe Energia. Para viabilizar  
2893 os postos de atendimento social, das referidas PCHs, que visaram sanar as inadequações,  
2894 constatada pelo CEAS, em vistorias realizadas nos postos de atendimento social. A deliberação é  
2895 que certificasse ao Conselho Municipal, e pedisse que ele manifestasse sobre o disposto no  
2896 relatório. Seguindo até o aconselhamento da nossa Conselheira Beth. **Presidente:** Está aberto  
2897 aí? OK. Tranquilo? Alguém contrário? Não? OK. Então vamos passar. **Conselheiro José Ismar:**  
2898 2.4 - PCH Fortuna Dois, PCH Jacaré, Nossa Senhora do Porto e PCH Dores de Guanhães.  
2899 Empreendedor: Guanhães Energia S/A. Também solicita reunião, com essa mesma comissão de  
2900 normas. Para exposição do assunto objeto do ofício que o CEAS encaminhou de número 220.  
2901 Que solicita, ou solicitava. A atualização dos planos até 05/09. Essa atualização aí, nós  
2902 mandamos para várias, vários empreendimentos. Visando atualizar os dados, as informações,  
2903 atinentes aos vários empreendimentos aí, que a gente não tinha um controle sobre eles. Então  
2904 feito isso. O Conselho mandou esse ofício, a estes empreendimentos. E o mesmo está  
2905 respondendo, solicitando uma reunião para tratar dessa questão. E aí nós agendamos no dia 23  
2906 também, às 10h30. **Presidente:** OK. Alguém contrário? Não? Pois não continua. Penso que todo  
2907 mundo está observando, que eles estão otimizando tempo e dia ali de agenda. **Conselheiro**  
2908 **José Ismar:** 2.5- PCH Quimquim. Empreendedor Peixe Energia S/A. Solicita reunião também  
2909 para apresentação da proposta de formação da faixa APP, no entorno do futuro reservatório da  
2910 PCH Quimquim. Encaminhamento: Primeiro, antes de marcar a reunião. Tem encaminhamento  
2911 que é o seguinte: Como se trata de área de APP, atinente a competência da COPAM. Aí nós  
2912 estamos dando o encaminhamento de consultar o COPAM, sobre a questão da APP,  
2913 determinada para este empreendimento. E inclusive convida-los para estar presente, nesta  
2914 reunião agendada para 23/09, às 11h30. **Presidente:** OK. **Conselheiro José Ismar:** 2.6- UHE  
2915 Baguari. Cópia de ofício encaminhado pela união dos agricultores familiares, de Pedra Corrida,  
2916 ao Consórcio Baguari. Solicitando prorrogação da prestação de serviço da equipe de atendimento  
2917 da EMATER, junto aos agricultores de Pedra Corrida, da Fazenda Coqueira. Sugestão de  
2918 encaminhamento: encaminhar uma correspondência para o empreendedor, verificando a  
2919 possibilidade de atender a solicitação da União dos Agricultores Familiares de Pedra Corrida.  
2920 **Presidente:** Eu acho que podemos. Mas quando você vai verificar a possibilidade, não. Mas  
2921 pedir eles que atendam. Ser mais veemente nisso aí. **Conselheiro José Ismar:** Muda o verbo aí  
2922 então. Verificar, ou solicitar atendimento. Da solicitação da União dos Agricultores. 2.7- UHE  
2923 Barra de Braúna. O atingido, Senhor Sebastião Ferreira da Silva, solicita informações sobre a  
2924 proposta de negociação das suas pendências. Que foram apresentadas à comissão de  
2925 conciliação. Segundo, O atingido Cláudio Borginhon Machado, solicita informações sobre a  
2926 proposta de negociação. Bem, como se trata de uma questão que está na comissão de  
2927 conciliação, a sugestão de encaminhamento é encaminhar para a comissão de conciliação, para  
2928 avaliação. E oficializar aos requerentes, desta deliberação. OK. Porque a questão está aí sobre a  
2929 coordenação da comissão de conciliação. E eu acho que não caberia interferência nossa, no  
2930 caso. **Presidente:** É exatamente. Eu acho que, porque o Conselho não está participando  
2931 concomitantemente, cotidianamente, mas está monitorando. Então, nós devemos emitir uma  
2932 correspondência, solicitando informação a respeito. OK. **Conselheiro José Ismar:** 2.8 - PCH  
2933 Jurumirim. Empreendedor Brookfield. O empreendedor solicita prorrogação de noventa dias, para  
2934 atendimento ao disposto ao ofício 203 do CEAS, que solicitava atualização do PAS até  
2935 05/09/2011. Mesma situação de cima. A comissão de normas, informa que o empreendimento  
2936 PCH Jurumirim, foi aprovado por meio da resolução 141/2007 e adquirido pela Brookfield,  
2937 recentemente. Não está em processo de análise do relatório final. Visto que ainda está em  
2938 construção. E que a aprovação da prorrogação da atualização do diagnóstico apresentado no  
2939 PAS à época, não fere direitos dos atingidos. Assim sugere a aprovação. **Conselheiro Juanita:**  
2940 Desculpa coordenador. A justificativa é para aprovar o relatório de, não entendi. Ah ta. Aprovar a

2941 dilatação de prazo para 90 dias. Tranquilo? OK. Pode subir. **Conselheiro José Ismar:** 2.10 -  
2942 PCH Unai. Empreendedor: CTE – Centro Tecnológico de Engenharia Ltda. Foi protocolado neste  
2943 conselho, o relatório de acompanhamento das atividades do plano de assistência social, referente  
2944 ao empreendimento PCH Unai Baixo de responsabilidade da CTE. Em junho de 2011 o CEAS  
2945 solicitou ao Conselho Municipal de Unai, que se manifestasse sobre o conteúdo apresentado por  
2946 meio do relatório. Veracidade das informações, se o posto de atendimento social está  
2947 funcionando. Apresentação de possíveis problemas sociais que não foram citados. Bem como  
2948 ações propostas para resolução do mesmo. E outras informações que esse Conselho Municipal  
2949 de Assistência Social considerar relevante. Em 09 de setembro de 2011, o Conselho Municipal de  
2950 Assistência Social, apresentou parecer sobre o disposto no relatório. E informou que a partir de  
2951 visita, que não há estrutura física adequada para o desenvolvimento das ações, bem como a  
2952 existência do profissional de psicologia. O qual se faz necessário, para o desenvolvimento dos  
2953 programas e execução do PAS. Conclui que: há necessidade de implantação do PAS, de forma  
2954 efetiva. Sugestão de encaminhamento: fiscalização na área do empreendimento, por um  
2955 Conselheiro. Está aí o indicativo do meu nome, e da técnica Rosa. Na data de 03 a 05/10.  
2956 **Conselheira Juanita:** Podemos ir gente? Ta. OK. **Conselheiro José Ismar:** OK. Denúncia.  
2957 Município de Belo Jardim. Que conforme e-mail, ele denuncia que há diversas irregularidades na  
2958 administração da Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social. Dentre elas, atraso de  
2959 pagamento de funcionários. Sugestão, não cabe ao Conselho. Encaminhar para a SEDESE.  
2960 **Conselheira Juanita:** OK. Quem encaminhou foi o Conselho de Belo Jardim? **Conselheiro José**  
2961 **Ismar:** O município. Denúncia. **Conselheira Juanita:** Acho que tem que encaminhar para a  
2962 SEDESE, mas tem que encaminhar para o Conselho de Assistência Social de Belo Jardim. A  
2963 cópia para eles terem acompanhamento. Claro. **Conselheiro José Ismar:** Veio anônimo. Veio  
2964 anônimo. Proceder sim. Proceder o encaminhamento. **Conselheira Juanita:** Isso, mesmo sendo  
2965 anônimo. Isso. Encaminhar para a SEDESE e para o Conselho. Que a SEDESE instaura o  
2966 processo e dá o encaminhamento. Mas o Conselho também tem que fazer. Finalizou Zé?  
2967 **Conselheiro José Ismar:** “zefini”. **Conselheira Juanita:** Oh. Muito bem. A agora é a minha. A  
2968 nossa **Comissão de Apoio**. Então vamos lá. Na nossa reunião ontem. Estiveram presentes  
2969 todos os conselheiros. Menos a Maria de Fátima, parabéns para todos nós. Que justificou a  
2970 ausência. Tivemos o apoio da técnica Inês da secretaria executiva. E do Ângelo. Pontos para  
2971 deliberação: Foi encaminhado um ofício da SEDESE, SUBAS numero 768/2011. Solicitando o  
2972 apoio desse CEAS, no sentido de: assessorar os conselhos municipais dos municípios que  
2973 realizaram o aceite do PAIF, na expansão de 2010, mas não demonstraram a implantação do  
2974 serviço. Lembrando que a demonstração da implantação do serviço é por meio do CADSUAS. E  
2975 eles deveriam apresentar justificativa ao MDS até 30/11, para fazer jus a prorrogação de prazo. E  
2976 que é com relação a resolução da CTI nº cinco(5). Foi encaminhada, uma relação de municípios,  
2977 anexa. O encaminhamento da comissão: propõe enviar correspondência aos conselhos  
2978 municipais de assistência dos 46 municípios, que se encontram nesta situação. Orientando-os  
2979 para que sejam garantidos junto ao gestor municipal, o envio desta justificativa ao MDS. É 30/11  
2980 mesmo. Ta certo? O prazo para encaminhar a justificativa. Isso. OK? Podemos encaminhar  
2981 assim? Está tranquilo? 2) O Conselho Municipal de Nova Resende, solicita orientações e  
2982 normativas relativas a apuração de denúncias, no atendimento por parte de entidades. O  
2983 encaminhamento. A comissão propõe enviar correspondência, com as orientações e normativas  
2984 solicitadas. Orientando o Conselho, de que forma que faz a orientação à entidade. Tranquilo?  
2985 Não entendeu não Cris? Ah. Ta. 3) O Conselho Nacional de Assistência Social solicita o apoio do  
2986 CEAS, no sentido de mobilizar e orientar aos Conselhos Municipais de Assistência, para: a)  
2987 atualizar os dados no CADSUAS, e criação de endereço eletrônico institucional; b) participarem  
2988 do processo do censo SUAS - 2011, objetivando o alcance de 100% de participação dos  
2989 conselhos de assistência social, neste processo. O encaminhamento é: A comissão propõe que  
2990 seja feito um boletim do CEAS, para se fazer essa mobilização e orientação, com linguagem  
2991 clara. Ainda que aja um contato diferenciado ainda com os 19 municípios, que no ano passado  
2992 não responderam o Censo SUAS. Este contato diretamente com os 19 municípios será feito aqui  
2993 pelo CEAS. Podemos ser assim? OK. Número quatro. O Conselho Municipal de Congonhas, o  
2994 Conselheiro Marcelo Armando, apresentou na comissão, a situação de fragilidade que encontra o  
2995 Conselho Municipal de Assistência Social do município. Detectada por ele e outros conselheiros.  
2996 Para que o CEAS tome conhecimento, e delibere sobre as providências a serem adotadas, no  
2997 sentido de contribuir no fortalecimento do controle social no município. O encaminhamento: é que  
2998 a comissão, propôs enviar correspondência ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência,  
2999 informando que o CEAS tomou conhecimento dessa situação de fragilidade, por meio do  
3000 conselheiro Marcelo Armando. E solicitar que nos envie cópia das últimas atas, do Conselho, à

3001 partir de julho de 2011, e como subsidio ainda, a conselheira Juanita se propôs a levantar a  
3002 situação da gestão do município de Congonhas. Inclusive a pedido do Marcelo, na  
3003 correspondência que este CEAS vai encaminhar ao Conselho. Que seja destacado a situação da  
3004 denúncia, da situação que o Marcelo apresentou aqui. Que ele estava no cumprimento do seu  
3005 exercício, de suas atribuições legais, enquanto conselheiro estadual e municipal. Marcelo  
3006 Armando. **Conselheiro Marcelo:** Bom, colegas. Eu acho que essa fala final aí, traduz o  
3007 comprometimento que nós enquanto Conselheiros Estaduais, a gente tem, para com a política de  
3008 assistência social. Eu entrei no Conselho Municipal de Assistência Social de Congonhas, em abril  
3009 ou maio, não sei, deste ano. E desde então eu venho solicitando prestação de contas, dos  
3010 recursos, dos gastos dos recursos municipais, e lógico lá também está inserido os recursos  
3011 federais e estaduais. De abril não apareceu, quando chegou em julho também não apareceu. E  
3012 essa não é a preocupação somente minha, a preocupação de alguns outros conselheiros  
3013 também, do nosso conselho municipal. Quando foi em 26 de agosto, eu só não estou com a ata  
3014 aqui, mas eu trouxe uma cópia. Na reunião plenária do Conselho, se faziam presentes cinco  
3015 conselheiros. Dois governamentais e três não governamentais. Eu estou lá como representante  
3016 dos trabalhadores, pela sociedade civil. E nessa reunião, nós aguardamos, e não chegava  
3017 ninguém. Então nós decidimos em conversar com a secretária executiva, para saber o que estava  
3018 acontecendo, e tal. E através de informações da secretária executiva do conselho. O nosso  
3019 município. O gestor não presta contas, aquelas prestações de contas trimestrais. Do ano de  
3020 2009, 2010 e 2011. Então assim, a gente entendeu que isso era muito grave. E demonstrativo  
3021 físico-financeiro de 2009, o documento que a gente tem. Que em 2010, ao se fazer o  
3022 demonstrativo físico financeiro de 2010, não foi possível, complementar porque o de 2009 estava  
3023 com pendências no Conselho Municipal. Quer dizer, então algo preocupante para nós. E ao  
3024 detectar essa situação, nos entendemos naquela ata de encaminhar, a todos os conselheiros  
3025 ausentes naquela reunião, a cópia daquela ata, onde foi detectada essa irregularidade, e também  
3026 cópia para o Conselho Estadual. Eu não sei se essa cópia veio oficialmente do Conselho  
3027 Municipal para cá. Acredito que não, porque nessa mesma reunião nós marcamos que fosse  
3028 solicitada a mesa diretora, uma reunião no dia primeiro de setembro para a gente discutir essas  
3029 irregularidades. Ao chegar nessa reunião, o que era cinco caiu para quatro participantes, dentre  
3030 eles três da sociedade civil e um do governo. E lá nós também tomamos conhecimento, através  
3031 de um funcionário da casa dos conselhos. Que o seu presidente, que por um acaso, é o  
3032 Secretário de Assistência. Ele disse que não iria fazer aquela reunião porque depois ele iria  
3033 prestar contas posteriormente. Porque a gente está numa semana de festas religiosas, que  
3034 chama Jubileu Bom Jesus de Congonhas. E que ele só iria fazer a reunião, posteriormente após  
3035 o Jubileu. E por um acaso, é hoje a tarde, a reunião. Hoje as 18:30. Então diante da gravidade da  
3036 situação, os conselheiros presentes naquela reunião, me solicitaram que eu, já que a gente teria  
3037 uma reunião do Conselho Estadual, que eu disse que a gente teria. Então eles me solicitaram  
3038 que a gente fizesse essa indagação e esse registro, para que o Conselho Estadual possa dar um  
3039 posicionamento lá para o Conselho Municipal. E Congonhas é uma cidade historicamente na  
3040 Política de Assistência Social, ela avançou muito. Desde o início do processo do SUAS. E a gente  
3041 não pode conceder uma situação dessa monta, em que o gestor não dá essa atenção devida ao  
3042 Conselho Municipal de Assistência Social. Então isso nos preocupa. Nos preocupa o fato de que,  
3043 isso me preocupa, porque também, eu como conselheiro estadual, não poderia em hipótese  
3044 alguma deixar de, como dever de ofício, tomar essa posição. Mas eu gostaria de trazer essa  
3045 preocupação, do Conselho Municipal de Congonhas, para apreciação dos Conselheiros.  
3046 **Conselheira Juanita:** José Ismar. **Conselheiro José Ismar:** Eu gostaria, de perguntar ao  
3047 Conselheiro Marcelo, se dentro das normativas do Conselho Municipal, existe alguma resolução,  
3048 que trata sobre essa questão? **Conselheiro Marcelo:** A Lei municipal, por um acaso quando, eu  
3049 já fui secretário de assistência social daquele município, e quando foi feito a lei que criou o  
3050 Conselho Municipal. Lá fala também, da prestação de contas trimestral. Há não ser que tenha  
3051 mudada a legislação, porque eu tomei posse no Conselho, mas também não tive acesso, quer  
3052 dizer, não nos foi passado, a documentação referente a atuação do Conselho Municipal. Já  
3053 estava naquele processo de conferência, então, as reuniões eram basicamente só para discutir a  
3054 conferência municipal. **Conselheira Juanita:** A proposta de encaminhamento das últimas atas,  
3055 do Conselho de julho para cá. É porque a gente vai verificar nas atas quais que foram as pautas  
3056 discutidas. E nesse período de julho para cá, a gente tem várias situações que o Conselho tinha  
3057 que ter deliberado. Então nas atas, dá para a gente entender o funcionamento inadequado ou  
3058 não do Conselho, para tomada de decisão. A proposta de encaminhamento foi nesse sentido.  
3059 **Conselheiro José Ismar:** Eu só solicito, incluir aí, a solicitação da Lei Municipal. **Conselheira**  
3060 **Juanita:** De criação do Conselho? **Conselheiro José Ismar:** Isso. **Conselheira Juanita:**

3061 Tranquilo? OK. Mas dá para você identificar a questão do funcionamento. Não, é julho, agosto e  
3062 setembro. As três últimas. **Conselheiro Marcelo:** De repente seria interessante até trazer do ano  
3063 de 2011. Porque se a gente for considerar que eu estou dizendo aqui, que em abril não houve  
3064 prestação de contas. Em cima da fala da própria secretária executiva daquele conselho, De  
3065 repente, a gente. **Conselheira Juanita:** A partir de Janeiro. OK. Bom. 5) A URCMAS de Poços  
3066 de Caldas, a presidente comunica o desligamento do cargo, por motivos particulares. E informa  
3067 que no momento o Conselho Municipal de Assistência Social de Poços de Caldas, não tem outro  
3068 conselheiro para substituí-la. O encaminhamento é que a comissão sugere que seja respondida,  
3069 à conselheira, com cópia para os integrantes da mesa diretora da URCMAS. Que o seu  
3070 desligamento deve ser comunicado em reunião da URCMAS e eleito um novo presidente. Até lá  
3071 ela é a responsável pela condução daquela união. OK? 6) A URCMAS do circuito das águas,  
3072 encaminharam documentos relativos a sua criação, que foi dia 30 de junho. Destaca o ofício do  
3073 CEAS, numero 240, reconhecendo o Núcleo Micro Regional de Conselho Municipal de  
3074 Assistência Social, circuito das águas, como URCMAS. O encaminhamento. A comissão tomou  
3075 conhecimento de toda a documentação. E a proposta é enviar uma correspondência,  
3076 parabenizando pela organização que foi demonstrada por meio do relatório que elas  
3077 encaminharam. E ainda, mandaram inclusive a pauta das próximas reuniões. Nesse ofício a  
3078 gente apresenta disponibilidade, como é a primeira reunião das URCMAS, e conforme já  
3079 deliberado já por este Conselho. Que nós nos dispomos a participar com ele da próxima reunião.  
3080 Ou eu ou o Marcelo. Para orientar aquela URCMAS, com relação ao papel dela, frente aos  
3081 Conselhos Municipais. E a proposta do planejamento para 2012, considerando que é uma  
3082 URCMAS nova. Presidente desculpa você já chegou e eu estou conduzindo aqui. Então nós  
3083 colocamos o encaminhamento. E se ninguém discordou, é porque concorda. Não é verdade?  
3084 Então encerrou a minha comissão. Muito obrigada! **Presidente:** Muito bem, Juanita. Agora nós  
3085 estamos na **Comissão de Política**. Cristiane. Se a gente ficar bastante atento até as 20:30  
3086 minutos a gente termina. **Conselheira Cristiane:** A comissão de política. Nós tivemos a presença  
3087 da Eliane, Conselho Municipal de Coronel Fabriciano. E o Volney. E a presença da colaboradora  
3088 Sônia Maria Vieira Campos, do ministério público de Minas Gerais. Ausência justificada do Mário  
3089 Roberto. Mentira. Desculpa. A ausência justificada da Edma, que está. Aparecido Maninho, da  
3090 SEDESE, que está de férias. O primeiro ponto (1º), nós recebemos do Conselho Municipal de  
3091 Assistência Social de Belo Horizonte, e do Conselho da Criança e do Adolescente, o plano  
3092 municipal de promoção e proteção ao direito de crianças e adolescentes, a convivência familiar e  
3093 comunitária. Que está em consulta pública, até amanhã 16 de setembro. E a comissão achou por  
3094 bem, analisar o plano e fazer algumas contribuições. Não há tempo hábil de nós analisarmos todo  
3095 o plano aqui, então eu gostaria de colocar em apreciação somente as contribuições que a  
3096 comissão fez. E deixando claro para os demais conselheiros, que a consulta pública está em  
3097 aberto, no site. E que, como cidadãos, também podem participar. Não é isso Beth? As  
3098 contribuições então ao plano municipal de promoção de Belo Horizonte. A comissão de política  
3099 sugere contribuições no eixo dois de atendimento. Porque que nós escolhemos o eixo dois?  
3100 Talvez só um esclarecimento. Nós já observamos no plano estadual e também já discutimos o  
3101 plano nacional. E um aspecto que chama atenção nos planos. É que a convivência familiar e  
3102 comunitária, ela é um direito de toda criança e todo adolescente. Independente se ela está no  
3103 serviço de acolhimento institucional. E existe uma tendência que esses planos foquem as  
3104 crianças e adolescente que já estão no acolhimento institucional. Então a gente achou por bem,  
3105 avaliar as ações de atendimento, para verificar se essas ações contemplam a prevenção. A  
3106 proteção social básica, o direito a convivência familiar e comunitária. Dentro do processo ainda de  
3107 prevenção. Ta? Então a gente analisou, que ações previstas para o objetivo dois. Então nós  
3108 estamos sugerindo. Que ações previstas para o objetivo dois sejam mais específicas. Por  
3109 exemplo: no item, tem o item dois ponto dois (2.2) que fala: implantar centro de referência de  
3110 assistência social, em todo território de alta vulnerabilidade do município. Que tenha, a gente já  
3111 esta colocando a sugestão. Que tenha a quantificação do número de CRAS a serem implantados,  
3112 uma vez que isso já foi deliberado, inclusive em conferências municipais, pelo município de Belo  
3113 Horizonte. Acrescentando prazo para execução, facilitando o planejamento de outras atividades,  
3114 e contribuindo para o exercício do Controle Social. Esse é um aspecto. No item dois ponto seis  
3115 (2.6), nós observamos que eles colocam ações, mas na verdade, a redação sugere objetivos.  
3116 Então a gente está fazendo esse alerta também para os elaboradores do plano. É o caso do item  
3117 dois ponto dois. É caso também do item três. Eu vou ler ne gente. Dois ponto dois (2.2). Garantir  
3118 as ações específicas para criança e adolescente das famílias em situação de moradia de rua. A  
3119 redação sugere objetivo e não ação. Caso seja mantida a redação, especificar, quais ações serão  
3120 feitas para essa garantia. Item três. Garantir, ampliar e qualificar as ações que promovam a

3121 garantia dos vínculos familiares e comunitários. Também está redigida como objetivo. Tendo  
3122 como ações. Realizar ações que promovam o fortalecimento de vínculos familiares e  
3123 comunitários, e reintegração familiar de criança ou adolescente, em acolhimento nos casos em  
3124 que não houve, destituição do poder familiar. Três ponto dois. Implementar ações para  
3125 sensibilização e envolvimento entre os serviços de acolhimento institucional e a comunidade. Na  
3126 visão do Conselho Estadual de Assistência Social, o objetivo três, não contempla ações, que  
3127 garantam de fato, o vínculo familiar e comunitário. Mas expressos na proteção social básica.  
3128 Sugere-se que, entendendo que as diferentes políticas para garantir, garantir serviços.  
3129 Entendendo as diferentes políticas, garantir serviços de: educação infantil, implantação de  
3130 Centros de referência de Assistência Social, com equipe técnica conforme a NOB RH. Promover  
3131 a qualificação do trabalho, do SUAS, na rede sócio assistencial, dentre outras. Então essas foram  
3132 as contribuições da comissão, para o plano de Belo Horizonte. Em discussão. **Presidente:** Está  
3133 aberto a inscrição. Pois não Conselheiro José Ismar. **Conselheiro José Ismar:** Onde está a  
3134 educação infantil. Preceder de creches. Colocar creches também. Ah tá. Desculpa. É porque até  
3135 o governo aí vai financiar. Essas creches, essas entidades, que trabalham com creche. Saiu me  
3136 parece, foi hoje. Até 2014, vai financiar com recursos públicos, essas creches. **Presidente:** Eu  
3137 quero só parabenizar. A visão que vocês tiveram, dentro da política pública de Assistência Social,  
3138 para a criança e o adolescente. Mas aquelas, prioritariamente, dentro da prioridade. Por essa  
3139 exatamente situação de quebra de vínculo familiar. E aí vocês falam da reintegração. Isso é muito  
3140 bacana. Porque de repente a gente estabelece na proteção social, e esquece. Que a reintegração  
3141 é muito mais do que só fortalecimento de vínculo. Promover isso aí. **Conselheira Cristiane:** Só  
3142 um destaque. E também para os conselheiros que ainda não conheceram o plano de Belo  
3143 Horizonte, que está em consulta pública. Ele é bem extenso, ele traz muitas outras ações, em  
3144 vários eixos. Como este Conselho Estadual, já participou da elaboração do plano estadual de  
3145 convivência familiar e comunitária. Deve ter conhecimento dos eixos que são propostos pelo  
3146 plano nacional. E o plano municipal, ele segue a lógica desses meses eixos. Então está muito  
3147 bem elaborado, tem diretrizes bastante bem elaboradas. O único aspecto que a comissão então  
3148 verificou é isso. Com relação ao atendimento, na proteção social básica, há necessidade de  
3149 haver um maior aporte de ações, que sejam mais específicas dentro deste objetivo. Só isso.  
3150 **Presidente:** OK. Então nada em contrário. Entendemos que está de acordo. Pode encaminhar  
3151 desta forma. **Conselheira Cristiane:** Podemos encaminhar então. Item dois. Ofício SUBA  
3152 SEDESE, 798 de 2011, informando o decreto 45.551, que cria a agenda intersetorial, de  
3153 prevenção ao uso indevido de drogas. Em seu artigo segundo, a SEDESE deverá destinar até 1%  
3154 do montante total previstos no orçamento, para elaboração, implementação e execução de  
3155 projetos, que contenham ações interdisciplinares e transversais de políticas preventivas ao uso  
3156 indevido de drogas. O decreto está à disposição dos Conselheiros. Até 1%. A comissão observou  
3157 que o decreto é de fevereiro de 2011. E que o Conselho Estadual de Assistência Social, aprovou  
3158 em julho da plenária 161º. A proposta para o orçamento para 2012, sem atentar para esta  
3159 determinação do decreto. Determinação do governador. Tendo em vista que o decreto, em seu  
3160 artigo terceiro, cria um comitê coordenador da agenda intersetorial, de prevenção ao uso indevido  
3161 de drogas. Integrado por um representante de doze órgãos. Secretarias de Estado e  
3162 Controladoria Geral. A comissão de política sugere a criação de um comitê de controle social,  
3163 composto por um representante de cada um dos conselhos afetos, a secretarias elencadas no  
3164 comitê intersetorial. Tendo a função de apreciar as propostas das ações intersetorial e  
3165 acompanhá-las por meio de relatórios emitidos, pelo comitê intersetorial. Além disso, a comissão  
3166 sugere também solicitar esclarecimentos a SEDESE, informações acerca do planejamento das  
3167 ações que contemplem a prevenção, transversalidade das políticas públicas. Das políticas  
3168 preventivas do uso de drogas. Ao uso de drogas. **Presidente:** Conselheiro Marcelo, logo em  
3169 seguida Conselheira Juanita e Conselheira Nívia. **Conselheiro Marcelo:** Parece que aí não está  
3170 claro, se esse recurso sai do FEAS. Não é? Então se o recurso não sai do FEAS, este 1% seria  
3171 interessante a gente saber, esse 1% de qual orçamento que está saindo? De qual rubrica? Ou  
3172 outro ponto, é quanto essa sugestão aí de: fazer uma comissão de conselhos, de tal, tal, tal. Eu  
3173 não sei como é que a gente vai fazer isso. Como é que? Sim, eu estou pensando. Quando eu falo  
3174 a gente. Como que isso será colocado em prática. Talvez a sugestão que eu gostaria de fazer, de  
3175 repente, nesse comitê, fazer uma sugestão de que tenha um representante do Conselho  
3176 Estadual, compondo esse comitê. **Conselheiro Nívia:** Vou lá por favor. Só para eu orientar lá, os  
3177 questionamentos. Para mim responder. Primeiro de qual rubrica, esse 1% de cada, de até 1%.  
3178 Não está definido ainda. Esse decreto foi criado para garantir a intersetorialidade para as ações,  
3179 para garantir o programa Aliança pela Vida, na verdade, é o nome do programa. Ele tem várias  
3180 ações, que são intersetoriais. Saúde, Assistência Social, Educação, Defesa Social, Esportes. Ele

3181 tem vários projetos. Um deles importante, muito afeto à Assistência Social. É um curso de  
3182 extensão. Para os trabalhadores do SUAS. Esse curso já está em andamento, a já quase um  
3183 mês. Todos os CRAS que têm televisão, receberam uma antena da TV Canal Saúde. E esse  
3184 curso de extensão, está sendo transmitido através deste canal, da Saúde. E um curso de  
3185 formação, para servidores. Tratando especificamente das ações preventivas ao uso de drogas.  
3186 Que podem ser desenvolvidas nos CRAS, e na intersectorialidade com os centros de saúde,  
3187 escolas, enfim. O que mais? Acho que seria interessante, se a gente pudesse estar chamando a  
3188 secretaria de política sobre drogas. Para estar apresentando o programa, ele é muito amplo. Ele  
3189 é para o Estado todo. É muito interessante. Com relação ao comitê intersectorial, fazem parte da  
3190 SEDESE, eu e a Gilvânia. São dois representantes de cada secretaria temática. Então de todas  
3191 essas secretarias que eu disse aqui, afetas. Na verdade, esse comitê, ele está basicamente  
3192 acompanhando um dos projetos. Que não me veio à cabeça, o nome agora. Mas na seleção de  
3193 100 projetos, para todas as regiões do Estado. Que sejam selecionados para receber um recurso  
3194 de 70.000 ano. Essa seleção está acontecendo. Ela deve terminar amanhã. Nós recebemos mais  
3195 de duzentos projetos. E esse comitê, na verdade, ele está mais ligado à seleção e ao  
3196 monitoramento da execução desses projetos que vão ser selecionados. Acho interessante a  
3197 proposta de criar um Comitê de Controle Social. Só que quando você sugere Marcelo, de ter a  
3198 participação de um representante do Conselho. Eu queria esclarecer que não é muito pertinente,  
3199 porque, este comitê, ele já está funcionando e ele discute as ações de execução do programa.  
3200 Como as ações elas são, da execução mesmo, de cada secretaria. Eu acho que, e eu faço parte  
3201 deste Comitê, então como membro deste Conselho, posso estar sendo esta ponte. Agora o  
3202 Comitê Intersectorial de Controle Social, acho interessante, a gente poderia pensar em como estar  
3203 encaminhando essa proposta para a Secretaria de Defesa Social, que é a secretaria titular do  
3204 programa. **Conselheira Cristiane:** Só fazendo um esclarecimento. Agradecendo já a secretária.  
3205 Até já fez alguns esclarecimentos. Só fazendo um esclarecimento a plenária. Quando a gente lê o  
3206 decreto, a comissão leu o decreto. Ela achou uma oportunidade em relação a essa questão da  
3207 intersectorialidade. Porque a gente sabe, que isso é uma busca, incessante, da política pública. E  
3208 a gente sabe que, essas questões só ocorrem, quando tem um motivo. A gente vê a questão do  
3209 enfrentamento, a situações, à droga. Como um motivo de se promover. Todos são. Mas aqui a  
3210 gente agora tem um motivo, tem uma possibilidade de promover intersectorialidade. A gente  
3211 avaliou também, o Marcelo. Quando a gente até falou dessa questão. A gente sabia que era uma  
3212 proposta ousada. Essa questão do comitê de conselhos. Mas a gente também avaliou, até  
3213 pensando assim. Não seria interessante, a gente chamar alguns conselhos. Que estão ligados,  
3214 por exemplo: a SEDESE, para já começar uma discussão, sobre as ações. Porque o decreto,  
3215 pelo menos ele nos pareceu claro. De que, cada secretaria deveria identificar, e detalhar das  
3216 ações dos programas temático-sociais, definidos na lei orçamentária, deverão destinar até 1% do  
3217 montante, de recursos previstos no orçamento, para elaboração e implementação e execução de  
3218 projetos que contenham ações, interdisciplinares e transversais de políticas preventivas ao uso  
3219 indevido de drogas. Quer dizer, ficou claro. E aí a Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
3220 Social, ela está aqui elencada, no artigo terceiro. Então ficou claro para a gente, que a secretaria  
3221 também está participando desse processo, e que tem as suas ações, aí, planejado. Então é só  
3222 fazer esse esclarecimento, porque que a comissão pensou nessa organização de conselhos,  
3223 buscando também essa oportunidade de estar se envolvendo e discutindo com os outros  
3224 conselhos também. **Presidente:** Conselheira Juanita. Esta inscrita na sua frente, conselheira  
3225 Eliane. **Conselheira Juanita:** O programa Aliança pela Vida, conforme a subsecretária já falou,  
3226 foi uma estratégia do governo. Para essa questão alarmante que está a questão de consumo de  
3227 substâncias psicoativas. Então esse programa Aliança pela Vida, ele vai fazer um trabalho de  
3228 preventivo. Então, dentre várias ações, por exemplo, foi criado no 155, que é um telefone.  
3229 Número específico para ouvidoria. Foi criada a ação do curso do Canal Minas Saúde, onde nesse  
3230 valor, desse orçamento que “foi pegado” de todas as secretarias afins. Foi disponibilizada a TV, o  
3231 acesso ao canal da Minas, do Canal Minas Saúde. Um dos cursos que vai ser dado nesse  
3232 trabalho preventivo, que já começou, acontece todas as quintas feiras, às três horas da tarde. A  
3233 antena foi para todos os CRAS e CREAS, para todas as escolas estaduais de educação, todos os  
3234 PSF's, para as cadeias públicas. Da defesa, é, sistema prisional, enfim. Todos os envolvidos  
3235 nessa prática, de prevenção ao uso de droga. No caso específico desse curso de extensão que  
3236 está tendo agora, nós realmente praticamos a intersectorialidade. Que sentaram essas pastas,  
3237 dessas áreas afins, para construir a ementas do curso. Então, onde eu inclusive participei,  
3238 sugerindo as temáticas ligadas a nossa prática, para empoderar os técnicos, nesse trabalho nas  
3239 oficinas, com os usuários específicos. Adolescente, enfim família, na questão da prevenção ao  
3240 uso de droga. Então eu acho de extrema importância, que este Conselho. Outra ação também,

3241 que eu estou lembrando aqui agora, são várias. Se eu não me engano, são dezenove. É aquela  
3242 propaganda, são aquelas duas propagandas, que foram disponibilizadas na televisão.  
3243 Propagandas inclusive muito fortes. Com relação a esse programa Aliança pela Vida.  
3244 Credenciamento de entidades para fazer acolhimento, a questão do usuário. Inclusive é esses  
3245 que a Nívia está falando que receberam duzentos projetos. Dentre outras ações. Então eu acho  
3246 de importância que este Conselho, conheça, o programa como um todo, a Aliança pela Vida. Aí  
3247 eu fico entendendo assim. Eu não estou entendendo a questão da criação dessa comissão de  
3248 conselho. Mas aí, eu acho que já foge da questão do programa em si. Aí seríamos nós fazermos  
3249 uma intervenção com os outros conselhos. Para conhecer o programa e para avaliar o  
3250 acompanhamento dele. Porque eu não enxergo uma outra ação, de criar uma comissão  
3251 intersetorial de conselhos. Aí a gente vai ter que fazer essa discussão. O CEMAES faz esse  
3252 trabalho, com todos os conselhos. E aí eu não sei se seria por aí. Eu não estou conseguindo  
3253 enxergar. Entendeu? **Presidente:** Conselheira Eliane. **Conselheira Eliane:** Na verdade,  
3254 ajudando até esclarecer o que Juanita trouxe. Que nós pensamos ontem, é que nós Conselho  
3255 Estadual de Assistência, fariamos controle social, da secretaria de desenvolvimento social.  
3256 Porque a gente está falando de um orçamento. Pelo menos foi o que nós entendemos. Foi algo  
3257 novo que chegou em nossas mãos. A gente não tinha leitura aprofundada a respeito disso. Então  
3258 assim, se trata de transversalidade, passa por todas, muitas secretarias. Marcelo fez a sugestão,  
3259 Então porque não o CEAS, fazer parte do comitê. E nós estamos falando de controle social. Se a  
3260 gente está fazendo de controle social. Não nos afeta simplesmente o fato, de compor o comitê,  
3261 estando lá participando das comissões. Mas falando de controle social, então, esse comitê, essa  
3262 organização, desses conselhos todos. A questão de controle social faria esta discussão. Cada um  
3263 no que se afeta, na política que ele faz o controle social no qual ele compõe ali. **Conselheiro**  
3264 **Marcelo:** É só para entender. Porque. Por isso que eu perguntei se o recurso está saindo do  
3265 FEAS? Se sai do FEAS, compete a gente fiscalizar. Não é? A gente não sabe. Então eu acho que  
3266 o encaminhamento que a gente poderia fazer. Era de solicitar a SEDESE, qual o percentual, e de  
3267 qual fonte está saindo. Porque se não for do FEAS, como que nós vamos fazer o controle social,  
3268 de algo que não nos compete. Porque a nós compete fazer a fiscalização dos recursos do FEAS.  
3269 E das ações. **Presidente:** Conselheira Beth. **Conselheira Beth:** Bom primeiro, eu quero  
3270 parabenizar, essa iniciativa. Eu acho que da SEDESE, do Governo de Minas Gerais, nessa  
3271 construção intersetorial. Intersetorialidade é princípio. Ela é em princípio de política pública.  
3272 Então, a gente precisa é efetivar esse princípio na política pública. É articular, a integrar, etc.  
3273 Quando você fala um por cento, acho que isso que você está colocando é pertinente, Marcelo.  
3274 Mas na intersetorialidade, ele é interessante... Quanto para efetivar mesmo, parece que é um por  
3275 cento das várias políticas que compõe o plano. Então nesse sentido, um por cento poderia ser da  
3276 Assistência Social, ou de alguma secretaria da SEDESE, que não necessariamente a assistência,  
3277 mas poderia. Quer dizer, um por cento, você soma tudo, você vai ter um recurso inicialmente  
3278 disponível. E a, acho para a gente acompanhar, acho que a gente tem que acompanhar em dois  
3279 momentos. Uma quando é recurso sim. Mas outro, que quando afeta a nossa política. Eu acho  
3280 que, por exemplo, é interessante a gente ter. Sabe Nívia ou Secretária Nívia. Acho que o número  
3281 de adesão, dos municípios, dos CRAS, quantos CRAS. Estão, aderiram. Receberam antena.  
3282 Sabe do próprio conteúdo do curso é importante. Eu acho que a gente precisa ter ciência, desse  
3283 conteúdo. A questão do número de alunos, quer dizer o número de técnicos hoje do CRAS, que  
3284 tem. Porque aí a gente sabe o tamanho, de participação da assistência Social nessa política, e na  
3285 penetração desse número, em relação a esse flagelo que nós estamos vivendo. Então eu acho  
3286 que, porque o controle, muitas vezes a gente pensa, o controle ele tem que fazer um  
3287 monitoramento um acompanhamento, e a gente quase nesse momento. A gente faz um papel de  
3288 vigilância, nesse sentido. Então eu acho que, seria extremamente... A gente já participou lá na, a  
3289 convite da Secretária. A gente já participou de algumas discussões, principalmente, acesso a  
3290 população de rua. Principalmente a questão da implantação de novos. Eu acho que a gente  
3291 precisa pensar também em plano além dessa questão do acolhimento desses projetos. É a  
3292 expansão dos consultórios de rua. Porque eu acho que, a gente, em Belo Horizonte, nós temos  
3293 dois consultórios de rua. É importante, mas você tem uma demanda muito maior. Realmente,  
3294 você precisa trabalhar nesta direção. E a questão da discussão adequada, que é um tema  
3295 candente, se a gente faz, como é que faz essa coisa de, juntar a repressão com a questão do  
3296 acolhimento. Da criança, ou do adolescente, ou do adulto. Que faz uso e abuso do psicoativo. Eu  
3297 ia falar, álcool, drogas, crack e outras drogas. Mas então enfim, eu acho que a gente precisa é  
3298 ajudar talvez, qualificar, uma iniciativa tão importante. E contribuir para ela. Tanto como gestores,  
3299 como conselheiros, no controle social. **Presidente:** Conselheira Fátima. **Conselheira M<sup>a</sup> de**  
3300 **Fátima Mayrink:** É só para fazer aqui uma contribuição. No interior, os municípios já receberam

3301 antena. Do tamanho do seu porte. E aí não tem um em cada CRAS, em cada CREAS. Foi  
3302 determinado um espaço, onde pudesse reunir o maior número de atores, para estar assistindo o,  
3303 Aliança pela Vida. Então lá em Manhuaçu foi instalada na Secretaria de Saúde, aonde os  
3304 conselheiros do COMAD, do Conselho Municipal Antidrogas, que hoje fala política sobre drogas.  
3305 E os técnicos do CRAS, do CREAS, participam das aulas telepresenciais. E os conselheiros de  
3306 assistência, alguns também estão participando. A gente tem um pessoal do Conselho Municipal  
3307 de Educação que participa: Assistência social, CRAS, CREAS, o pessoal da saúde. Ou seja, a  
3308 gente geralmente tem uma média de quarenta e cinco a sessenta participantes por cada aula  
3309 telepresencial. E os municípios vizinhos, que tem COMAD, que a gente conhece. Todos eles já  
3310 tiveram essa antena instalada e estão fazendo essas aulas e um grande número de atores. A  
3311 sociedade civil, governo, entidades. E está todo mundo sendo capacitados. Capacitados, porque  
3312 isso é uma demanda grande, não só do município de Belo Horizonte. O Brasil inteiro tem hoje  
3313 problemas com dependência química. E então assim, o interior também já foi contemplado com  
3314 as antenas, e já estão assistindo as aulas do programa Aliança pela Vida. **Presidente:**  
3315 Conselheira Nívia. **Conselheira Nívia:** O, Fátima, eu queria agradecer essa contribuição que  
3316 você deu. Porque na verdade nós ainda não temos um feedback do quantitativo e do qualitativo  
3317 desse trabalho. Que começou assim, tudo muito rápido. A idéia do Governador era mesmo que  
3318 fosse um programa de grande alcance. De grande intersectorialidade, e acabou que ficou tudo  
3319 muito corrido. Foram muitas ações de uma vez que o programa lançou. Eu estava acabando de  
3320 chegar na secretaria. No dia seguinte era o lançamento do programa. E no dia seguinte nós já  
3321 tínhamos que estar mandando ofício para os municípios, avisando da instalação das antenas. Aí  
3322 a gente começou a receber o retorno de alguns municípios que: a antena estava chegando, mas  
3323 o CRAS ainda não sabia da instalação. Porque foi tudo com um espaço de tempo muito curto.  
3324 Mas, parece que agora a coisa já deu uma organizada, o curso começou há 15 dias. Eu estive na  
3325 aula inaugural. Eles nos apresentaram, esteve também o subsecretário da saúde. Tiveram dois  
3326 subsecretários da saúde, a primeira aula foi muito interessante, nos apresentaram, mostrando do  
3327 compromisso das secretarias na intersectorialidade para o programa. E eu quero fazer o  
3328 compromisso de estar trazendo, sempre para este Conselho, um feedback do andamento das  
3329 ações. Estamos encerrando amanhã, a seleção dos projetos. Já tive notícia ontem, de que a  
3330 maior, uma grande parte pelo menos, não posso dizer a maior ainda. Afeto a assistência social,  
3331 então nós vamos abraçar esses projetos, tanto com relação a acompanhamento do  
3332 financiamento. Do repasse dos recursos às entidades. Quanto do monitoramento das ações  
3333 desses projetos. Então com certeza, essas informações, a gente vai em pouco tempo, estar  
3334 podendo organizar melhor. Não é Juanita? Compilar estes dados. Quais os municípios tiveram  
3335 algum problema com o recebimento da antena? Como que está a organização dos municípios  
3336 para receber esse curso. E além deste curso, vieram outras informações, outras ações,  
3337 aproveitando a instalação da antena. E essa parceria da TV do Canal Saúde. Que vai ser muito  
3338 importante, não só para as unidades de saúde, mas da assistência social. Então eu faço o  
3339 compromisso de estar trazendo essas informações. E principalmente com relação, a destinação  
3340 desse recurso. De onde ele virá? Porque isso realmente, não foi definido ainda, muito claramente.  
3341 Junto com a Secretaria de Planejamento, com as outras secretarias afetas. Que farão o aporte  
3342 desse recurso. De qual dotação sairá. Isso não está ainda formalizado. Então, eu faço parte do  
3343 comitê. Representando a SUBAS. E a Gilvânia que a outra superintendente, faz parte junto  
3344 comigo. Ela está lá fazendo parte da seleção dos projetos, junto com uma equipe técnica nossa.  
3345 Então assim que a gente for obtendo essas informações mais organizadas, eu vou estar  
3346 trazendo. E divulgando aqui nesta plenária. **Presidente:** Conselheira Cristiane. **Conselheira**  
3347 **Cristiane:** Eu só quero chamar a atenção dos conselheiros que, é exatamente essa, a proposta  
3348 de conhecer. É exatamente essa a proposta que a comissão está trazendo. Porque nós não  
3349 tínhamos de nada. Tanto é que essas informações que vocês estão trazendo agora. Nívia e  
3350 Juanita. Já esclarece uma série de questões. Até para o encaminhamento, e inclusive mostra a  
3351 importância, de fato, de a gente conhecer esse programa. E aí Marcelo, fazendo um destaque na  
3352 sua fala. Se você perceber o encaminhamento, a gente nem falou de orçamento. A gente está  
3353 querendo primeiro, conhecer, quais são as ações que contemplam essa prevenção? A gente nem  
3354 está discutindo orçamento ainda, uma vez que nós já aprovamos o orçamento para o ano que  
3355 vem. O interesse da comissão foi, conhecer de fato quais são as ações, que serão desenvolvidas.  
3356 E aí eu queria propor um encaminhamento de manter então, essa solicitação de esclarecimentos  
3357 da SEDESE, de informações acerca do planejamento das ações que contemplam a prevenção  
3358 transversalidade das políticas preventivas ao uso de drogas. Porque é isso que a gente está  
3359 falando aqui. É a mesma coisa que nós não estamos discordando disso. E em relação ao comitê,  
3360 ao invés da gente já propor então já essa formação de comitê. Que a gente proponha, que no ato



3361 da apresentação, dessas informações da SEDESE a este Conselho. Que a gente envolva os  
3362 outros conselhos vinculados a SEDESE. Conselho da Criança e do Adolescente, eu acredito que  
3363 deve ter o conselho de políticas antidrogas. Quer dizer, existe uma série de conselhos aí,  
3364 vinculados a SEDESE. E que neste ato de apresentação, desse plano. Que eu imagino que seja  
3365 um plano. A gente contemple também o convite a estes outros conselhos. Para quem sabe daí,  
3366 surgir outras ações de controle social. O quê que a gente quer garantir, Subsecretária e Juanita, é  
3367 que de fato tenha-se um destaque maior. Que a gente consiga perceber dentro do plano, as  
3368 ações de prevenção. Porque se a gente começar a falar do CRAS, a gente sabe que o CRAS tem  
3369 uma política de prevenção. Mas tá, diante disso, quais são as ações que serão potencializadas,  
3370 fortalecidas e inclusive implementadas. OK. **Presidente:** Eu acho louvável, até, a iniciativa do  
3371 governo, quando constitui isso aí com essa visão intersetorial. Mais do que isso. Isso ratifica  
3372 nossa posição de que, a política de assistência social em si, não dá conta de promover redução  
3373 de desigualdade social. Então a gente sai da política de assistência para o desenvolvimento  
3374 social de fato. Conforme disse o José Ismar de manhã aqui. E aí o que eu quero contribuir  
3375 Cristiane. Por isso que eu queria falar na sua frente. Antes de eu encaminhar a plenária, por isso.  
3376 Eu penso que para além, do detalhamento dessa situação do programa de combate a  
3377 drogatização. Eu penso que, os outros projetos que estão em andamento era de primordial  
3378 importância que este Conselho conheça. Eu tenho dito aonde eu vou, o seguinte: galinha que  
3379 bota tem que cantar, senão o gambá acha o ninho na nossa frente. Então nós precisamos  
3380 conhecer esses projetos. De repente a gente sabe dessa visão intersetorial, que faz parte da nossa  
3381 política de assistência. E não estamos sabendo falar o quê que o estado está oferecendo. E aí  
3382 ele tem. Gasta e desgasta, e a gente não canta. Não fala isso. Que tem. Então a gente deixa de  
3383 dar ciência aos possíveis beneficiários e usuários. De conhecer o projeto, para exercer o caminho  
3384 desse exercício de direito. Então eu gostaria que a SEDESE, não sei quem. Se através da  
3385 Subsecretaria, se você. Trouxesse esse projeto para apresentar como um todo. Uma vez a gente  
3386 conhecer. Então sim. A gente precisa saber o seguinte. O Controle Social vai ser exercido por  
3387 este Conselho. Se sim, o quê que nós vamos estabelecer como prestação de contas.  
3388 Desempenho. Aí você se comprometeu, vou estar trazendo. Qual a periodicidade? Então nós  
3389 precisamos estabelecer alguns critérios. Não só de conhecer, como de monitorar. E aí, Nívia.  
3390 Quando você faz essa colocação trazer, acho excelente você estar no comitê para você levar  
3391 para dentro dele, a visão intersetorial. E quero chamar mais atenção, para uma questão,  
3392 Cristiane. A política de assistência social, ela tem, necessariamente, de ter essa visão  
3393 intersetorial. E isso só cabe a nossa política e não as outras. Daí a importância do Conselho de  
3394 Assistência Social, estabelecer essa visão universal, para os outros Conselhos. Sem nenhum  
3395 demérito para os outros. É só isso que eu queria contribuir no processo. Mas penso que está bem  
3396 encaminhado. Não, eu acho que pode ser complementar, pode ser complementar. Para além do  
3397 que está ali, os outros projetos. Volto a você então, parece que está concordado isso aqui.  
3398 **Conselheira Cristiane:** Consenso. Deliberado então. Está OK. Item três... **Conselheira Juanita:**  
3399 Eu penso que a gente deve solicitar a SEDESE, informações com a relação, ao programa Aliança  
3400 pela Vida, porque aí, vai ser trago para cá, todas ações deste programa. Qual o valor que foi  
3401 retirado do orçamento da SEDESE. Se o valor tirado do orçamento da SEDESE, foi do FEAS. Se  
3402 foi do FEAS, qual o valor? Se é ou se será? Mas aí, a solicitação desse CEAS. E ainda  
3403 informações complementares, de como é que está o andamento do programa, no que diz afeto, a  
3404 área da assistência. Que são essas informações que a Subsecretária colocou. Quantas antenas  
3405 foram distribuídas? Para quantos equipamentos? Quantos municípios receberam? Quantos  
3406 inscritos do CRAS, do CREAS, da Saúde, da Educação, enfim. Este tipo de informação a gente  
3407 tem condições de trazer. A partir daí, verifica-se um outro encaminhamento de acompanhamento.  
3408 **Presidente:** Cris continua por favor. **Conselheira Cristiane:** Esclarecido? Item três. Informe da  
3409 reunião da CIB, ocorrida em 02 de setembro de 2011, com informações sobre: diretoria de  
3410 proteção básica, diretoria de proteção especial, diretoria de vigilância social e monitoramento,  
3411 diretoria de capacitação de gestores e conselheiros de assistência social. Informes do COGEMA.  
3412 Re-ordenamento do serviço de proteção especial, ao atendimento a população migrante,  
3413 habilitação. Dentre os documentos enviados pela CIB, consta uma resolução sem número e sem  
3414 data, que dispõe sobre o re-ordenamento do serviço de proteção social especial, ao atendimento  
3415 a população migrante realizado pelos municípios mineiros, no âmbito do SUAS. O artigo um diz:  
3416 normatizar, que o serviço de proteção social especial, ao atendimento a população migrante,  
3417 realizado pelos municípios mineiros, são provisões do serviço de acolhimento institucional . A  
3418 comissão de política solicita esclarecimento sobre sua aprovação pela CIB, e o que implica a  
3419 normatização do serviço. Com base na deliberação da 156ª plenária de fevereiro de 2011, em  
3420 que o CEAS, a partir de parecer técnico 01/2011, da secretaria executiva deste Conselho. E a

3421 instituição do Piso Mineiro, definiu pela não aprovação da resolução da CIB. Só lembrando aos  
3422 conselheiros, que flexibilizava o recurso do migrante. Acerca das demais informações contidas no  
3423 relatório da CIB, dentre as informações a SEDESE. A comissão sugere encaminhamento do  
3424 conteúdo para avaliação da comissão de apoio, bem como informar ao CEDCA, situações  
3425 referentes ao atendimento. A comissão solicita também, a avaliação da plenária, se os casos de  
3426 desabilitação, devem ser encaminhados ao conhecimento do Ministério Público de Minas Gerais.  
3427 Eu só queria fazer uma proposta, antes de a gente abrir para discussão. Que é a seguinte: vocês  
3428 estão vendo que tudo aqui, a gente está solicitando informações posteriores. Então assim, até por  
3429 causa da hora, vamos evitar dar a informação agora. Vamos deixar. Se for aprovada a solicitação  
3430 posterior, então que a gente marque para outra plenária. Eu só estou falando isso por causa do  
3431 tempo. Que a gente viu então essa resolução sem número. Não sabemos se ela foi aprovada  
3432 pela CIB, porque ela não tem informação, na documentação enviada, se ela foi aprovada ou não.  
3433 Percebemos esta situação, relacionada a esta discussão de fevereiro e julgamos que é  
3434 necessário, esclarecer. Talvez na próxima comissão, para gente trazer aqui para a plenária. É  
3435 isso. E, além disso, como a gente já deliberou aqui anteriormente, todos os casos que o  
3436 município não aceita, não atende. Ele não dá o aceite. Que é isso que a CIB discute, a situações  
3437 dos municípios que estão com irregularidades. A gente já deliberou aqui que essas  
3438 irregularidades, também seriam informadas a comissão de apoio, para os encaminhamentos em  
3439 relação aos Conselhos Municipais de Assistência. E aí surgiu esta discussão, e a gente não se  
3440 posicionou, só trouxe para a plenária. Em relação a essa possibilidade de informar também ao  
3441 Ministério Público, uma vez que a desabilitação, ela provoca interrupção no serviço ao usuário.  
3442 **Conselheira Juanita:** Então, o presidente deu uma saidinha, eu estou conduzindo. Mas aí não  
3443 vai ter jeito de não esclarecer. Sabe por que Cris? Porque esse CEAS, ele representa o Conselho  
3444 na CIB, porém como o CEAS se ausenta da reunião, eu me sinto na responsabilidade de  
3445 encaminhar, aquele caderninho, que é discutido pelos membros da CIB, lá para conhecimento do  
3446 Conselho. Porque são ações afetas a gente. Então não tem como. Essa minuta de resolução que  
3447 esta aí. Aí como eu estava aqui ontem, a comissão poderia ter me chamado que eu esclarecia  
3448 sem nenhum problema. A gente nem perderia esse tempo. Eu já tinha ido? Ta. OK. É porque eu  
3449 fui para o Ministério Público. Na verdade essa minuta foi oriunda daquela reunião que aconteceu  
3450 aqui no início deste ano. A CIB instalou uma câmara técnica, para voltar a discutir novamente, a  
3451 questão daquela resolução da portaria do migrante. E foi proposto pela câmara técnica, essa  
3452 minuta. Porém na reunião da CIB, entendeu-se a plenária que era equivocada, que não deveria  
3453 ser aprovada. E manteu-se a portaria na mesma lógica, que a deliberação do CEAS aqui. A  
3454 situação do migrante voltou a situação zero. Você co-financia o serviço migrante na mesma  
3455 lógica. Isso é fato. A questão da desabilitação, quando coloca aí. É porque nós tivemos uma  
3456 informação da diretoria de gestão do SUAS que: X municípios não realizaram as conferências  
3457 municipais. Perante a isto, por causa do findar da tarde da reunião, nós conversamos assim: esta  
3458 CIB não pode ficar omissa numa situação de gravidade dessa, porque, é de responsabilidade do  
3459 Conselho, como o órgão gestor, realizar a conferência. Então, vamos chamar esses municípios  
3460 aqui, para que eles apresentam a defesa, da não realização da conferência. Mas com relação a  
3461 estes outros encaminhamentos, eu penso que, assim: este Conselho solicitar informação, a  
3462 SEDESE vai dar essa informação. Agora o conselho estadual, estando presente, na comissão,  
3463 poderia ter esclarecido todos estes questionamentos da comissão de política. Então só para ver.  
3464 Então em relação a essa resolução. Essa resolução não foi aprovada. Então ela está sem efeito,  
3465 e tudo. A Edma também está de férias. Eu consegui esclarecer todos os questionamentos?  
3466 **Conselheira Cristiane:** Em relação à resolução então... tranquilo. Porque ela está sem efeito.  
3467 Essa era exatamente a nossa preocupação. Em relação a encaminhar as informações para a  
3468 comissão de apoio. **Conselheira Juanita:** Não acabou. Essa resolução não existe. Essa é a  
3469 resolução ontem na comissão? **Conselheira Cristiane:** A Juanita disse que ela não foi aprovada.  
3470 Ela está desconsiderada. Ela não foi aprovada pela CIB ontem. **Conselheira Juanita:** Não, não  
3471 foi aprovada. **Não identificado:** Só fazendo uma consideração Juanita. Que ontem, a gente  
3472 ponderou sobre isso. Como seria bom se um representante do Conselho estivesse lá. Porque a  
3473 gente considerou esse ponto. Dizendo assim: a gente não sabe o porquê que isso está aqui. De  
3474 repente, se tivesse lá, já ajudava, já esclarecia. **Conselheira Juanita:** Se a Edma estivesse na  
3475 comissão ela poderia ter esclarecido. Claro. OK. **Conselheira Cristiane:** Agora em relação ao  
3476 encaminhamento. Que este foi o encaminhamento já adotado, assim, da questão. Dos municípios  
3477 que estão em desabilitação, dos municípios que não atenderam que aqui tem uma série de  
3478 informações. Os municípios que enviarem evidência comprobatórias. Quer dizer, tem umas  
3479 questões aqui, que a gente acha importante, a comissão de apoio também tomar conhecimento,  
3480 para o fortalecimento do controle social local. A outra questão, aí é um fato novo, que está

3481 achando interessante também. Informar ao Conselho Estadual da Criança e Adolescente, sobre  
3482 as questões afetas, aos serviços da criança e do adolescente, como por exemplo, o ProJovem.  
3483 Então nós não sabemos como que essa informação chega ao CEDCA. Então a gente está  
3484 querendo propor aí também, uma nova ação que é essas situações elencadas pela CIB, que  
3485 comprometem o serviço, que elas também sejam informadas ao CEDCA. Esse é o fato novo. E a  
3486 questão do Ministério Público. **Conselheira Juanita:** OK. **Conselheira Elizabeth:** Eu só acho  
3487 que é o seguinte: Essa questão que você coloca ali. Ela é importante, que os relatórios, as  
3488 questões definidas pela CIB, sejam claramente encaminhadas para nós, o que você está  
3489 analisando. Esteja muito bem esclarecido, para que a gente não tenha atropelos. Porque a gente  
3490 tem que, homologar as decisões da CIB. Então uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.  
3491 A gente precisa realmente fazer esse passo para ficar bem clarinho. Porque aí a gente evita  
3492 aborrecimentos futuros, em relação ao que afeta, a importância dos municípios. Quer dizer, tudo  
3493 que é acordado na CIB, pactuado na CIB, tem diretamente, impacto nos municípios. Então a  
3494 gente precisa ter mais clareza disso, para a gente saber o quê que a gente vai estar  
3495 homologando aqui. Então isso é uma questão. **Conselheira Juanita:** Na verdade a gente não  
3496 está homologando nada, porque, só vem da CIB para cá, formalmente, quando tem que  
3497 homologar para este Conselho vem formalmente da SEDESE pra cá, pra isso. **Conselheira**  
3498 **Elizabeth:** Estou falando o seguinte. Então, as discussões que são feitas em paralelo, pode  
3499 parecer homologação e não são. Então acho que isso, que a gente tem que ter um cuidado.  
3500 Como tratar na comissão de política, o conhecimento que a gente tem do andamento da CIB. Eu  
3501 acho que, sabe, tem que ter uma marcação, pra que a gente não possa se confundir. Porque  
3502 passou por aqui, mas não passou, depois aprovou, não aprovou. A gente viu a questão do Piso  
3503 Mineiro. Então, acho que a gente tem que marcar essa posição. Essa discussão que você  
3504 levanta, para ir ao Ministério Público, a questão da desabilitação. Gente. Eu não sei, eu sou muito  
3505 cristã, quem é cristã sabe disso. Eu ando a segunda milha. Você sabe da história da segunda  
3506 milha? Não. Então eu não vou explicar, não porque demora. Você já sabe. Não gente isso é  
3507 bíblico, eu estou falando porque sou leitora, cristã, da bíblia. É dar mais um prazo de discussão  
3508 com os municípios. Sabe, porque quando você leva para o Ministério Público, essa judicialização  
3509 hoje, das questões, afetas à gestão. Elas estão ficando impossíveis de ser gerenciadas. Uma  
3510 cidade como Belo Horizonte, por exemplo, é complexo, esse fato. Então é assim, se a gente  
3511 começa a apelar para o ministério público. A gente tem uma competência, é uma competência  
3512 nossa. Aqui de estar discutindo, de estar empoderando o Conselho, de estar capacitando, de  
3513 estar qualificando, de estar discutindo com a SEDESE, entendeu? Antes da gente judicializar. A  
3514 minha avaliação é essa. É. Nem judicializar. **Conselheira Juanita:** O encaminhamento então é  
3515 esse? Não tem encaminhamento mais ne? **Conselheira Cristiane:** Ficou a questão de informar a  
3516 comissão de apoio, as situações de, que afetam os serviços, que é interna nossa. O CEDCA que  
3517 é externo. **Conselheira Juanita:** Aí solicitar a SEDESE, que essas informações de insatisfação,  
3518 de situações insatisfatórias nos municípios, sejam comunicada, além do CEAS, ao CEDCA.  
3519 Situações referentes ao atendimento, e principalmente aquelas de quebra de atendimento e  
3520 interrupção de atendimento. E aí essa questão então do ministério que a Beth já colocou o  
3521 posicionamento dela. Então eu acho assim, eu não sei. Porque na verdade a SEDESE  
3522 encaminha para cá, situações insatisfatórias, da política de assistência. Porque este Conselho  
3523 tem a competência de fazer o controle social disso. Agora, não sei se este Conselho, é que  
3524 dividiria com o CEDCA isso, ou se cabe a SEDESE encaminhar pro SEDICA isso também.  
3525 Entendeu? Então assim, essa questão de estabelecimento de fluxo, eu não sei. Porque nós  
3526 vamos encaminhar para o CEDCA, lá não tem conselheiro nosso da assistência. Então chega lá.  
3527 Não tem o José Ismar, que representa esse conselho estadual. É, não tem representante da  
3528 SEDESE. E aí chega lá, eles vão fazer N interpretações equivocadas entenderam? Podem fazer  
3529 intervenção no município equivocada. Então assim, a gente tem que ter cuidado com isso. Eu não  
3530 sei se seria essa situação. A outra questão do Ministério Público, eu também tenho muito receio  
3531 disso. No entanto, eu acho Beth, que a gente vai entrar no processo de judicialização, igual a  
3532 saúde e a educação entrou, porque não tem jeito mesmo. Porque agora eles pegaram o gancho  
3533 da lei do SUAS e vão por aí. Mas eu penso que eu também concordo. É. Eu também acho meio  
3534 temeroso, por quê? Eu acredito no que é construído antes de ser julgado. E se a gente for fazer  
3535 isso. O SUAS, a gente pode colocar o SUAS em cheque. Então. OK. **Não identificado:** Eu queria  
3536 complementar o que Juanita disse. O CEDCA hoje está na presidência da Eliane Quaresma.  
3537 Então acho assim, não tem ninguém da SUBAS, no CEDCA. Assim, a Eliane que é da  
3538 Coordenadoria da Criança e do Adolescente, que é de uma outra subsecretaria da SEDESE.  
3539 Então eu acho que o encaminhamento. Sim. Sim. E o que for afeto a assistência social. Porque a  
3540 gente está lá dentro, nos todos somos SEDESE. **Conselheira Cristiane:** E eu entendo que,

3541 como houve duas posições contrárias, ao encaminhamento ao ministério público. E que ninguém  
3542 mais se pronunciou, então, essa ação não foi aprovada. Quatro. Estou no item quatro. Ofício  
3543 1898/2011, do Centro de Apoio Operacional as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude  
3544 do Estado de Minas Gerais. Encaminhando levantamento realizado pelo CAO, no primeiro  
3545 semestre de 2011, sobre a situação, existente, de medida socioeducativa, no Estado de Minas  
3546 Gerais. Bom dos dados enviados, o relatório é bastante extenso. Eu li, Centro de Apoio  
3547 Operacional. Os dados que o CAO envia para o Conselho, são bastante detalhados, em relação  
3548 ao cumprimento de medidas sócio educativas no Estado. E eu só queria chamar a atenção dos  
3549 conselheiros, para ter conhecimento do quê que é que eles estão enviando. A situação:  
3550 Adolescentes com internação provisória decretada no Estado de Minas Gerais são 556.  
3551 Adolescentes que cumprem internação provisória em Centros de Internação, 268. Adolescentes  
3552 que cumpre internação provisória em cadeias públicas ou estabelecimento prisional, o que é  
3553 totalmente contrário pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, 138. Adolescentes com  
3554 internação definitiva decretada, 952. Adolescentes que cumprem internação em cadeia pública ou  
3555 estabelecimento prisional, 120. Também contrário ao Estatuto. E os adolescentes que cumprem  
3556 internação definitiva, em centros de internação, 665. Além disso, tem informações de adolescente  
3557 assassinados dentro tanto das cadeias públicas, quanto também dentro dos centros  
3558 socioeducativos. Então são dados bastante alarmantes, em relação à medida socioeducativa no  
3559 estado. E aí o quê que a comissão propôs. A comissão sugere correspondência ao Ministério  
3560 Público, agradecendo pelo envio das informações. Solicitando inclusive a esse órgão, quais a  
3561 medidas adotadas, a partir das informações levantadas, do levantamento realizado, para  
3562 conhecimento deste conselho. É mais um pedido de informação. Isso aí foi constatado pelo  
3563 Ministério Público. O quê que já foi feito? A título de informação. O outro encaminhamento é de  
3564 medida socioeducativa do CEDCA. Então que a gente leve também, verifique com o CEDCA, se  
3565 essas informações chegaram lá, e se eles estão tomando alguma providência. E como que a  
3566 gente pode aí propor ações, estratégias conjuntas nessa perspectiva. Eliane, Volney. É porque eu  
3567 estou falando da Eliane, principalmente porque gera. **Conselheira Juanita:** OK, o  
3568 encaminhamento CRIS. **Conselheira Cristiane:** Está aprovado. Cinco. Também o Centro de  
3569 Apoio Operacional, o CAO, das promotorias de justiça. Encaminhou em março de 2011,  
3570 documentação para conhecimento da situação de duas comarcas de Minas, Boa Esperança e  
3571 Diamantina. Onde houve a comprovação da existência de CREAS, sem que, o mesmo  
3572 executasse as medidas socioeducativas em meio aberto. Para avaliação das comissões de apoio  
3573 e política. A comissão de apoio já avaliou, juntamente com a comissão de política. O CEAS  
3574 enviou correspondência aos Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios  
3575 solicitando informações. E também à SEDESE com cópia dos documentos do Ministério Público.  
3576 Recebemos resposta do Conselho Municipal de Assistência Social de Boa Esperança. A  
3577 comissão de política, tendo em vista, a data do recebimento da correspondência do CAO, datada  
3578 de março de 2011. Sugere informar ao Ministério Público, as providências adotadas pelo  
3579 Conselho, e o empenho deste Conselho na aprovação da resolução conjunta referente às  
3580 medidas socioeducativas em meio aberto, com o CEDCA. Nós não recebemos a resposta da  
3581 SEDESE. **Conselheira Juanita:** Então. Geraldo, posso ir? Bom a SEDESE também recebeu  
3582 esse ofício do CAO IJ, com relação a estas duas questões. Porém identificamos que o  
3583 questionário encaminhado pelo CAO IJ, referente à Boa Esperança e Diamantina. Era de 2009 ou  
3584 2008 quando eles aplicaram o questionário. E os CREAS destes dois municípios foram  
3585 implantados posteriormente. Isso. Então nós visitamos os dois municípios, solicitamos  
3586 justificativa, notificamos o Prefeito. Ele nos justificou essa situação que na época, realmente o  
3587 município, não ofertava medida sócio educativa em meio aberto, que era a promotoria. Mas que a  
3588 partir de tal data, era o município que ofertava por meio do CREAS. E nos encaminhou um  
3589 relatório deliberado pelo Conselho está lá. Se o CEAS não respondeu este Conselho foi, se a  
3590 SEDESE, foi um erro nosso. E nós vamos levar pro retorno pra cá, mas já foi apurado. OK?  
3591 **Conselheira Cristiane:** OK. Item seis. O Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e  
3592 Proteção ao Adolescente – FECTIPA. Encaminhou a este Conselho o mapa da Polícia Rodoviária  
3593 Federal, com os pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes, o mapa está  
3594 a disposição também dos conselheiros, e foi encaminhado por e-mail. Solicitar a SEDESE,  
3595 informação sobre ações específicas de proteção a criança e adolescentes vulneráveis e vítimas  
3596 de exploração sexual, considerando o plano estadual, e o mapa que aponta, em Minas Gerais, 66  
3597 pontos críticos, em relação a esta violação de direitos. **Conselheira Juanita:** Bom, Eu acho  
3598 corretíssimo o encaminhamento. Eu só vou adiantar aqui, que nós recebemos também esse  
3599 mapa. E já encaminhamos o mapa para o conhecimento de todos os municípios, pedindo eles  
3600 para ficarem alerta, e atento aquela indicação do mapa, e estabelecer ações para aquele

3601 combate. A SUBAS fez esse encaminhamento. Mas a gente sabe que ações específicas nessa.  
3602 Está na Sub Secretaria de Direitos Humanos. Então deve ser solicitado mesmo, formalmente  
3603 essas informações. **Conselheira Cristiane:** OK. Item sete. Também o FCTIPA, encaminhou para  
3604 este Conselho, o gráfico referente ao número de adolescentes aprendizes, inseridos no mercado  
3605 de trabalho até agosto de 2011. Pelo mapa Minas, é o Estado que tem o maior número de  
3606 adolescentes inseridos, como aprendizes. A sugestão da comissão. Agradecer as informações,  
3607 ao FECTIPA e solicitar informações sobre quais entidades são responsáveis pelos aprendizes no  
3608 Estado de Minas Gerais. E dos adolescentes quantos são de responsabilidade do sistema AS.  
3609 Buscar junto ao fórum também, como se dá o acompanhamento dos jovens, como aprendizes, e  
3610 se há dados sobre os egressos, verificando quantos desses aprendizes efetivamente, se  
3611 inseriram no mercado de trabalho, posterior a conclusão do contrato de aprendizagem. Balizando  
3612 a qualidade do investimento nesses adolescentes apreendidos. **Conselheira Juanita:** Eu comi  
3613 mosca aqui, desculpa. Fui conversar com o Presidente. Está tranquilo o encaminhamento da  
3614 Cristiane? Ta não? Ta. OK. OK Cristiane. Manda vê. **Conselheira Cristiane:** Oito. Denúncias  
3615 anônimas. Município cuja gestora é Dalva Ferreira, acusada de assistencialismo. Itaobim.  
3616 Contratada a coordenadora do CRAS, Senhora Maria Aparecida dos Santos Queiroz, e que  
3617 possui mais dois empregos. O presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, o senhor  
3618 William Valdo Francisco Rosa, é amigo e funcionário da coordenadora de uma ONG. Nós  
3619 recebemos duas denúncias então anônimas, e aí nós vamos acatar a resolução de denúncias. E  
3620 buscar informações com os Conselhos Municipais de Assistência Social, desse município,  
3621 Itaobim, e enviar cópia da documentação a SEDESE, quanto o possível descumprimento da  
3622 NOB-RH, para providências cabíveis em relação ao CRAS. **Conselheira Juanita:** E orientar o  
3623 Conselho também qual que a ação que ele tem que fazer nesse sentido. Não? Encaminhar um  
3624 ofício para o Conselho, para ele solicitar a justificativa do gestor, e normatizar a situação. Então  
3625 solicitar do Conselho, justificativa, para ele apresentar como é que está essa situação da  
3626 denúncia. Porque ele que está lá mais próximo, do que a gente não é? Se essa denúncia  
3627 procede. Se a coordenadora tem nível médio, se ela trabalha em outra entidade. Se o presidente  
3628 do Conselho é amigo, eu não sei. É essa coisa. Não é? A partir daí é que a gente vai tomar as  
3629 decisões. Primeiro é apurar. A resolução estabelece que buscar informações sobre essa  
3630 denúncia. Está certo? Acabou? Parabéns, Conselheira! Presidente. **Presidente:** Pessoal, vocês  
3631 observaram aí que no item quatro, não tem a comissão de financiamentos, porque não nada para  
3632 ser deliberado. OK. O item quatro fala de representações. Nós temos o Sétimo Encontro  
3633 Intersetorial de Conselhos de Estaduais de Políticas Públicas, SEMAIS, no auditório da Fundação  
3634 João Pinheiro, O Seminário Legislativo de Pobreza e Desigualdade, dias 24, 25 e 26. Ó, 24, 25 e  
3635 26, este Conselho está naquele Seminário, então nós vamos ter que estar necessariamente o  
3636 tempo integral lá. Eu penso que quando aqui, a gente falou das questões dos projetos, Nívia e  
3637 Juanita. E demais conselheiros. Na questão de abrir, eu penso que essa situação aqui junto ao  
3638 SEMAIS que é o Sétimo Encontro Intersetorial de Conselhos, de repente, podia estar fazendo  
3639 esta tratativa lá dentro. Não é? Eu acho que é muito bacana. Fazer isso lá. Acho que é o espaço  
3640 próprio. Pode ser assim? OK? Pois não. **Conselheira Juanita:** Aí o encaminhamento seria este  
3641 Conselho, sugerir a SEMAIS, que neste encontro. Nesse seminário, nesse encontro Intersetorial  
3642 que, inclusive eu já fui representando o CEAS, que todos os Conselhos Estaduais, participam.  
3643 Seja apresentado o Programa pela Vida, seja apresentado todas as ações. Para os conselhos, aí  
3644 o CEAS na hora que estiver lá. Chama os conselhos para sua responsabilidade de acompanhar a  
3645 ações específicas a cada política. Não é? **Presidente:** Oh. Consola. Tem a informação do sétimo  
3646 encontro aqui. Aqui, o evento realizar-se-á 28 de setembro de 2011, às 14 horas. 8 horas,  
3647 Fundação João Pinheiro. Penso que dá tempo do Conselho fazer esse encaminhamento para  
3648 eles. Se vão atender ou não é outra questão. Mas se não a gente pode levantar isso lá. Eu só  
3649 queria colocar para os senhores, o seguinte. Nós estamos com um problema aqui, com a  
3650 participação dos vários conselheiros em vários espaços. Nesta data eu estarei em Cuiabá, eu  
3651 estarei em Campo Grande. Eu estarei em Campo Grande. E para você ter idéia, vou estar saindo  
3652 de Campo Grande para Recife, de Recife para Tocantins. Enforcando inclusive o sábado e o  
3653 domingo. Em função das atribuições do FONACEAS. Só que aqui é primordial a importância, a  
3654 gente estar. E, além disso, eu quero chamar a atenção desse plenário como um todo. Ontem, dia  
3655 14, no turno da tarde, as 14h30, nós tivemos um encontro, da comissão. E falou da implantação  
3656 do SUAS, emenda inciso 145/98, que é resultado da área de resultado da redução de pobreza e  
3657 inclusão produtiva. Foi ontem às 14 horas. E para nossa tristeza, o Conselho não esteve presente  
3658 com nenhum conselheiro. É o seminário que está acontecendo. Só que o monitoramento do  
3659 PPAG, 2008/2011, aí nós temos uma outra situação. O encerramento da plenária vai ser no dia  
3660 20 de setembro, terça-feira. Terça-feira, 20 de setembro. Reunião conjunta das comissões de

3661 participação popular e fiscalização financeira e orçamentária. Tema: avaliação do PPAG,  
3662 2008/2011 e apresentação do PMDI de 2011/2030. Terça, dia 20, 14h30. Eu não poderei estar,  
3663 porque estarei comemorando os meus 57 anos. Só que eu estarei eu estarei fazendo essa  
3664 comemoração em Teófilo Otoni. São todos os meus convidados. Fazendo a regional do Vale do  
3665 Mucuri. Então eu estarei lá em Teófilo Otoni, não poderei. Só gostaria que alguns conselheiros  
3666 também estivessem. Não da. Não da. Para a gente. Esse tipo de espaço aqui. E aí  
3667 prioritariamente, deveria ser alguém da comissão de orçamento. O João Ademar, o Conselheiro  
3668 Fernando, que não está aqui mais. Mas, necessariamente, qualquer um de nós. Importante a  
3669 gente observar o seguinte. Está acontecendo algumas situações, que a gente não tem condição.  
3670 Eu estou devendo Belo Horizonte, a Conferência Municipal que não pude estar. Estava em  
3671 viagem desse Conselho Estadual. Na posse do Conselho Municipal, Beth me convidou  
3672 pessoalmente, lá na comemoração das Pavonianas. Mais uma vez eu estava viajando, para este  
3673 Conselho. Então, tem alguns conselheiros, que estão ficando com muitas atribuições e alguns  
3674 que precisam estar conosco. E aí aquela fala do Marcelo aqui, para a Fátima. Foi inclusive em  
3675 função disso. De estar, conselheiro pelo Sindicato da Saúde, suplente. E não se fazer presente.  
3676 Então se não é para ter o comprometimento, não adianta ocupar o espaço. Mas eu gostaria muito  
3677 que vocês pudessem manifestar, a respeito disso. Duas coisas importantes. Ser mais  
3678 importantíssimo. A audiência pública, no dia 20. E outra coisa, no dia 19 tem ainda o regional de  
3679 Belo Horizonte. E nós estamos uma triangulação. Eu, Juanita e Cristiane. Para que a gente  
3680 possa. Dia 20. Vai ser às 14h30 horas, na Assembléia. Pode ser George? Conselheiro George  
3681 está manifestando. **Conselheira Cristiane:** É importante ir mais conselheiros. **Presidente:** Muito.  
3682 É Muito. E ver uma coisa a respeito da situação do PPAG, do orçamento e financiamento da  
3683 importância dele, pra a gente influenciar lá no momento. OK. OK, mas assim, isso. A técnica  
3684 Beth. Aí George, se você puder fazer um contato com Beth antes, seria importantíssimo. Amanhã  
3685 a gente vai falar com o João Ademar, para ver se ele pode participar. Mas eu queria só pedir a  
3686 vocês, assim. Pode ser que numa próxima plenária eu não esteja mais conselheiro. Não é? Nós  
3687 vamos ter um processo eleitoral. Mas é importante que ao plenário deste Conselho, tenha essa  
3688 compreensão. Tenha essa convicção. E a importância que tem do comprometimento com a  
3689 causa. **Conselheira Cristiane:** O José Ismar. Também está se colocando aqui a ... **Presidente:**  
3690 Eu queria ainda colocar que, o Seminário Legislativo das Políticas Públicas para retificação da  
3691 pobreza e enfrentamento das desigualdades sociais regionais. As Assembléia Legislativas, têm  
3692 feito várias. A conselheira Nívia, e Secretária, têm estado presente, em alguns. Só que a agenda  
3693 não permite acompanhar todos. Da mesma forma o Conselho Estadual, demos a nossa  
3694 contribuição efetiva, nos primeiros momentos. Isso. E as regionais da SEDESE, através das  
3695 diretorias, têm participado à medida que as pernas alcançam. Só para vocês têm a idéia da  
3696 importância que é. Esse Conselho. Então a gente precisa contar com este colegiado como um  
3697 todo. Senão não tem outra oportunidade da gente se fazer valer enquanto órgão de controle  
3698 social estadual. OK. Pessoal, o último item de pauta. Está ou estaria, depende da vontade dos  
3699 senhores e das senhoras. Para gente trazer para este plenário. Sucintamente com um breve  
3700 histórico, o quê que tem sido apanhado nas Regionais até então realizadas. Por alguns  
3701 conselheiros que têm feito, as regionais. Aí se alguém quiser manifestar. Se sim, se estão  
3702 dispostos ou não. Se não façamos uma avaliação na próxima plenária, onde todas elas, já  
3703 estarão realizadas. Pode ser que a gente traga um conteúdo mais rico. Pois não? **Conselheira**  
3704 **Juanita:** Eu penso que o presidente esqueceu de mim. Mas eu tinha pedido um informe. De  
3705 grande importância. Mas em respeito ao horário, aos nobres colegas, que já estão todos  
3706 guardando as bolsas. E de extrema importância do meu informe. Vai ter que ficar para o próximo  
3707 mês. Eu penso que da mesma forma, os encontros regionais. Não é? Não. O programa BPC na  
3708 Escola abriu adesão hoje, já foi ofício para todos os municípios, foi e-mail. O programa BPC na  
3709 Escola, está abrindo adesão, para todos os municípios, para identificar, crianças e adolescentes  
3710 que recebem o benefício de prestação continuada, e que estão fora do sistema regular de ensino.  
3711 E quais as dificuldades de permanência, ou de manutenção. Abriu agora dia 29, os gestores têm  
3712 que fazer a adesão. E os que já fizeram em 2008 tem que fazer a confirmação da adesão. São  
3713 duas situações. Porque vai abrir um sistema de acompanhamento, desses questionários pelos  
3714 técnicos do CRAS. Acabou que eu vou ter que fazer os meus rapidinhos. Vai começar a  
3715 expansão 2011, para CRAS, PAIF e equipes volantes de CRAS. O aceite vai começar agora dia  
3716 26/09 a 29/10, e o Conselho vai ter que deliberar sobre o aceite, a partir do dia 26/09 a dia 12/11.  
3717 São equipes volantes que os CRAS vão ter. Para atingir aquele território, que o CRAS não está  
3718 chegando. Hã. Nacional. Co financiamento federal do PAIF. E a terceira, é com relação a  
3719 resolução, a resolução numero 71 do Conselho Nacional do Ministério Público, que 15/06/2011.  
3720 Que institui, como responsabilidade do promotor público de todos municípios, o

acompanhamento, no mínimo, trimestral das entidades de acolhimento institucional, para a criança e adolescente. Estabelecendo como obrigatória esse acompanhamento institucional. Para provocar, a desinstitucionalização da criança e do adolescente. Com isso, o Dr. Edson de Castro, que a Sônia trabalha com ele. Convidou a SEDESE, ontem, para fazer uma proposta de parceria. Eu, ainda não passei para a subsecretária, porque na nossa ausência, de acúmulo de agenda. O ministério público, quer a parceria do SUAS, para que as equipes do CRAS, acompanhem o ministério público, nesta visita. Eu penso que daí que vai começar a judicialização. Porque o SUAS agora virou lei, acolhimento institucional é do SUAS. E os acolhimentos institucionais estão trabalhando dentro ainda, da benemézie, da caridade. Então eu vou discutir isso com a subsecretária. Mas eu acho que a SEDESE não pode se omitir a essa parceria. Porque é uma luta que a gente está querendo, há muito tempo, aplicar o ECA e ainda aquela alteração da revisão do estudo de caso, da criança de 6 em 6 meses, para questão da adoção. Então assim, o ministério público. Essa resolução trouxe como obrigação e ele não têm equipe técnica para fazer isso. Que é o assistente social, o psicólogo e o pedagogo. E o SUAS que está universalizado. Ele quer a parceria do SUAS, nesse sentido. Aí que eu acho o gancho da intersetorialidade, do sistema de garantia de direito, falar com o SUAS. Aí eu já fiz uma colocação, para o coordenador do CAT, que é o Dr. Edson. Que os conselhos municipais, de assistência, e da criança e do adolescente, não podem ficar fora disso. Porque eles têm a responsabilidade, de inscrever as instituições e fiscalizar. Então, inclusive chamar o Conselho Municipal. E aí a proposta dele é que se faça, o CAT e a SEDESE, uma nota orientativa para mandar para os ministérios públicos e gestores do SUAS, na importância dessa parceria. Só para vocês verem, a gravidade dessa Resolução nº 71. Ministério do Conselho Nacional do Ministério Público. Essa resolução dá prazo para as Comarcas, para o ministério público, fazer a primeira inspeção, fiscalização, até novembro só. Então eles estão apertadíssimos. Na sexta-feira, eu vou discutir isso com a Sub Secretaria, para depois dar um retorno ao Dr. Edson. Para ver de que forma a gente pode estabelecer esta parceira, para que esse trabalho aconteça da melhor forma possível. Muito obrigada. Acabei falando os meus informes, bem rapidão. **Presidente:** Só um minutinho pessoal. Vocês entenderam aí que, intrinsecamente, o Ministério Público quando atuar nessa fiscalização, isso por tabela, por tabela cobra, cobra da política pública de assistência social. Quando fala de desinstitucionalização, se não for alguém, que está com uma situação, de total rompimento de vínculo familiar, nós temos que estar trabalhando na proteção social básica e no fortalecimento de vínculo. Mais do que isso, você não falou, Juanita. Não sei se faz parte do contexto ou não. Mas a gente poderia sugerir. Tem um parceiro aí, importantíssimo, que é o Conselho Tutelar. Ele que é eleito pela sociedade civil, para zelar e cuidar de problema de criança e adolescente. Então eu acho que é importante estar levando isso para eles. Conselheira Guilhermina, seja bem vinda ao meio, quero te desejar muito, boas vindas. Espero que você tenha gostado muito dessa plenária. Você viu como ela é gostosa e duradoura. Como é que ela tenha um tempo muito maior do que a gente espera que tenha. E que você possa estar realmente comprometida com a causa. Quero agradecer a Subsecretária, pela primeira plenária enquanto conselheira. E por favor, queira dar o retorno ao nosso Secretário de Estado, que naquela reunião onde a gente fez um trabalho de mediação de conflito. Que aquilo se fez valer, provavelmente, em função de a gente ter avançado muito na qualificação sobre a mediação de conclusos. Num curso bancado com o dinheiro público, deste Estado. Aos demais, conselheiros e conselheiras, tenham um bom retorno aos seus lares. Que Deus ilumine o caminho de vocês. E muito obrigado aos secretários executivos e a secretária executiva, pelo trabalho prestado. Tenhamos todos um bom retorno e até a próxima plenária, para aqueles que a gente vai ver só na próxima. Porque eu acho difícil, não ser todos". Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.